



# RADIOFONIAS

REVISTA DE ESTUDOS EM MÍDIA SONORA

Dossiê O rádio nos 60 anos do golpe civil-militar: vozes, silêncios e reverberações  
V.15, N.2 | 2024.2



PPG COM  
UFOP

PÓS  
COM

CONJUR

INTERCOM  
GP Rádio e Mídia Sonora

# RADIOFONIAS

REVISTA DE ESTUDOS EM MÍDIA SONORA

ISSN: 2675-8067

Dossiê O rádio nos 60 anos do golpe civil-militar: vozes, silêncios e reverberações  
V.15, N.2 | 2024.2

**Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, antiga Rádio-Leituras (ISSN 2179-6033), é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Inovação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Conta com o apoio do Grupo de Pesquisa em Rádio e Mídia Sonora da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). O objetivo da publicação é ser um espaço para análise e reflexão sobre o rádio, a mídia sonora, o radiojornalismo e os processos de convergência que dialoguem direta ou indiretamente com as diversas modalidades de comunicação sonora. A revista pretende promover debates e estimular o desenvolvimento e difusão de conhecimento científico, contribuindo, juntamente com outros esforços e iniciativas, para o crescimento do campo dos estudos radiofônicos e da mídia sonora como um todo. Desta forma, a publicação encoraja a abordagem de questões metodológicas e conceituais relativas ao estudo do rádio e da mídia sonora, estimulando também a interdisciplinaridade nas propostas e o diálogo com pesquisadores de outros países. Radiofonias prioriza publicações decorrentes de pesquisas em nível de pós-graduação e inéditas. Destina-se a pesquisadores, professores, profissionais e estudantes de comunicação e especificamente de rádio.

## RADIOFONIAS

REVISTA DE ESTUDOS EM MÍDIA SONORA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Inovação Social da Universidade Federal de Pernambuco.

realização:

PPG  
UFOP COM  
Comunicação e Temporalidades

PÓS  
COM

CONJOR  
Convergência e Jornalismo

apoio:

INTERCOM  
GP de Rádio e Mídia Sonora

## Equipe Editorial / Editorial Board / Equipo Editorial

Debora Cristina Lopez (UFOP) | editora  
Juliana Cristina Gobbi Betti (UFOP) | editora  
Sheila Borges de Oliveira (UFPE) | editora  
Aline Monteiro Homssi (UFMG) | assistente editorial

## Conselho Editorial / Editorial Board / Consejo Editorial

**Belén Monclús**  
Universidad Autónoma de Barcelona (UAB), Espanha

**Daniel Martín Pena**  
Universidad de Extremadura (UEX), Espanha

**Doris Fagundes Haussen**  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil

**Eduardo Meditsch**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**Eduardo Vicente**  
Universidade de São Paulo (USP), Brasil

**José Luis Fernández**  
Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina

**Luciano Klöckner**  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil

**Luiz Artur Ferraretto**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

**Madalena Oliveira**  
Universidade do Minho (UMinho), Portugal

**Mágda Rodrigues da Cunha**  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil

**Manuel Fernández Sande**  
Universidad Complutense de Madrid, Espanha

**Marcelo Freire**  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil

**María del Pilar Martinez-Costa**  
Universidad de Navarra, Espanha

**Mia Lindgren**  
Swinburne University of Technology, Austrália

**Monica Rebecca Ferrari Nunes**  
Escola Sup. de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP)

**Nair Prata**  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

**Nelia Rodrigues Del Bianco**  
Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade de Brasília (UnB), Brasil

**Othon Fernando Jambeiro**  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Sonia Virginia Moreira**  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

**Tiziano Bonini**  
Università di Siena, Itália.

## Pareceristas nesta edição

Aline Cristina Camargo  
Universidade Estadual Paulista  
(Unesp Bauru)

Daniela Ota  
Universidade Federal de Mato Grosso  
do Sul (UFMS)

Daniel Gambaro  
Universidade Estadual de Campinas  
(Unicamp)

Izani Mustafá  
Universidade Federal do Maranhão  
(UFMA)

Heloísa Valente  
Universidade Paulista (UNIP)

Eduardo Vicente  
Escola de Comunicações e Artes da  
Universidade de São Paulo (ECA USP)

Lenize Villaça  
Fatec Ipiranga

Luciano Victor Barros Maluly  
Universidade de São Paulo (ECA USP)

Karina Woehl de Farias  
Universidade Estadual Paulista  
(Unesp Bauru)

Mirian Redin de Quadros  
Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM)

Nair Prata  
Universidade Federal de Ouro Preto /  
Fumec (UFOP/Fumec)

Nelia Del Bianco  
Universidade de Brasília (UnB)

## Projeto gráfico

[www.lenabenz-comunica.com](http://www.lenabenz-comunica.com)

## Capa

Aline Monteiro Homssi, sobre fotos  
de FreePik

## Editora:

Universidade Federal de Ouro Preto  
R. Diogo de Vasconcelos, 122.  
Pilar | Ouro Preto | Minas Gerais  
CEP 35402-048

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

O rádio e os 60 anos do golpe de 1964 **2**

Nair Prata, Nelia Del Bianco, Karina Woehl de Farias

---

## DOSSIÊ O rádio nos 60 anos do golpe civil-militar: vozes, silêncios e reverberações

Muito perto do povo e muito longe da elite: João Batista Marçal e a resistência à ditadura pelo rádio na Grande Porto Alegre **7**

Luiz Artur Ferraretto

---

Censura e repressão nas ondas do rádio no interior do Rio Grande do Sul **32**

Marli Vitali, Rafaela Clezar

---

A Rádio Jornal do Brasil no contexto do golpe civil-militar de 1964 **61**

Pedro Serico Vaz Filho

---

Reverberações da Ditadura Militar no conteúdo jornalístico do programa A Voz Do Brasil (1985-2017) **75**

Luciana Paula Bonetti Silva

---

Rádios públicas brasileiras e o Golpe de 64: principais estações e contextos históricos durante a ditadura **97**

Valci Regina Mousquer Zuculoto, Guilherme Gonçalves Longo

---

## ENTREVISTA

João Batista de Abreu: Os bastidores da resistência à censura no rádio **117**

Nair Prata, Nelia Del Bianco e Karina Woehl de Farias

---

## RESENHA

O controle do rádio nos regimes de Vargas e Salazar **129**

Erivelto Amarante

## O rádio e os 60 anos do golpe de 1964

*Radio and the 60th anniversary of the 1964 coup*

*La radio y el 60 aniversario del golpe de 1964*

*Nair Prata; Nelia Del Bianco; Karina Woehl de Farias*

A imprensa tem, de fato, se consolidado como uma fonte crucial para o estudo da história contemporânea, oferecendo um arcabouço para a opinião pública dos acontecimentos e da narrativa construída em torno deles. No entanto, quando o foco recai sobre a Ditadura Militar brasileira, iniciada em 1964, há uma lacuna evidente no uso do rádio como objeto central de estudo. Embora o meio tenha sido uma das principais fontes de notícias durante o Golpe e nos primeiros anos do Regime, ele tende a ser menos explorado nas pesquisas acadêmicas comparando-se com a imprensa escrita. O fato é resultante, em parte, à dificuldade de acesso a arquivos completos de áudio, além da fugacidade das mensagens veiculadas pelas emissoras, deixando pouquíssimos registros físicos, ao contrário dos jornais impressos.

### >> Como citar este texto:

PRATA, Nair; BIANCO, Nelia Del; FARIAS, Karina Woehl de. O rádio e os 60 anos do golpe de 1964. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 2-6, maio/ago. 2024.

### Sobre as editoras convidadas

Nair Prata

[nairprata@uol.com.br](mailto:nairprata@uol.com.br)

<https://orcid.org/0000-0002-9127-7720>

Nair Prata é jornalista, doutora em Linguística Aplicada (UFMG), com estágio de pós-doutorado na Universidad de Navarra, em Pamplona, Espanha. É professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade FUMEC.

Nelia Del Bianco

[neliadelbianco@gmail.com](mailto:neliadelbianco@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-3701-0929>

Jornalista, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB. Doutora em Comunicação pela ECA-USP com estágio de pós-doutorado na Universidade de Sevilla.

Karina Woehl de Farias

[fariaskaki@gmail.com](mailto:fariaskaki@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-4400-8840>

Karina Woehl de Farias é Jornalista, professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). É vice-coordenadora do GT História da Mídia Sonora da ALCAR.

Mesmo assim, o rádio se consolidou tanto como uma ferramenta de propaganda, quanto como um meio combativo ao militarismo da época. Aliás, os meios como um todo agiam assim, e devem ser analisados por suas inter-relações temporais, como lembra Barbosa (2014, p. 17) ao afirmar que a repressão aos veículos de comunicação deve ser vista a partir das múltiplas significações, “não apenas referentes ao passado, mas, sobretudo, ao presente, com vistas ao futuro”.

E é diante de um contexto atual polarizado por disputas dessas narrativas históricas sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, que o papel do rádio como meio de comunicação e resistência se torna ainda mais relevante para a compreensão do passado. O período marcado pelo extremo abuso de poder e violações de direitos humanos, sustentadas pela própria estrutura estatal, não pode cair jamais em esquecimento. Por isso, lutar pela preservação da memória e pelo direito à verdade e justiça é um dever de quem estuda e analisa um dos momentos mais tenebrosos do país. As reverberações do autoritarismo, ainda presentes em parte da opinião pública, reforçam a necessidade de criticidade sobre os acontecimentos, organizações e sujeitos envolvidos nesse passado ditatorial.

Em 2024, o Brasil marca os 60 anos do Golpe Civil-Militar de 1964, um dos episódios mais impactantes de sua história recente. O período histórico, que significou 21 anos de ditadura, ainda provoca consequências políticas, sociais e culturais. Assim, refletir sobre tais relações entre o golpe e o meio é fundamental para entender a complexidade de perspectivas sobre o assunto. Diante deste cenário, o dossiê lançado pela Radiofonias complementa o projeto: O Rádio nos 60 anos do Golpe Civil-Militar: debates por uma consciência histórica crítica, com iniciativa do GT História da Mídia Sonora, da ALCAR, em parceria com o GI Radio e Medios Sonoros, da ALAIC. As ações propostas começaram com a mesa temática sobre a Ditadura Militar durante o 17º Congresso Latino-Americano de Pesquisa em Comunicação, realizado no Brasil, em 2024. A ideia foi dialogar sobre os acontecimentos que integraram a

história do rádio no contexto autoritário, bem como suas consequências ao longo dos anos. Vale frisar, que o período ainda não havia sido abordado de forma coletiva por pesquisadores/as do GT ou de outros grupos centrados nos estudos em mídia sonora. Neste sentido, as ações buscaram fortalecer vínculo e o engajamento dos/as pesquisadores/as com os grupos e aproximar outros/as interessados/as nos estudos radiofônicos que rememorassem o Golpe.

O dossiê da Radiofonias - O rádio nos 60 anos do golpe civil-militar: vozes, silêncios e reverberações - traz textos com reflexões sobre as tensões entre resistência e repressão no dial brasileiro. Desta forma, os artigos exploram a forma como o meio foi instrumentalizado tanto para controle quanto para oposição ao regime. Luiz Artur Ferraretto abre esta seção temática lembrando a atuação de João Batista Marçal, sindicalista que usou a rádio para articular uma resistência local no Sul do país. O trabalho destaca como, em meio à censura e autoritarismo, o comunicador manteve-se como mediador entre trabalhadores e a repressão dos militares.

No texto seguinte, Marli Vitali e Rafaela Clezar trazem relatos históricos, por meio de entrevistas, de quem passou pela ditadura em emissoras do interior do país. As autoras revisitaram as estratégias de silenciamento enfrentadas por radialistas da Rádio Maristela, no litoral norte do Rio Grande do Sul. O estudo revela que, embora o foco do regime estivesse nos grandes centros, as emissoras regionais também sofriam medidas de controle com restrições à divulgação de conteúdo crítico ao governo.

Pedro Serico Vaz Filho examina o papel da Rádio Jornal do Brasil, uma das emissoras mais influentes do país na época do Golpe. O artigo rememora a invasão violenta sofrida pela JB em 31 de março de 1964, causada por grupos legalistas de apoio ao presidente João Goulart. Além disso, o trabalho ainda reforça casos semelhantes em outras estações de rádio, causados por sublevados do comando militar que ocupavam o poder naquela ocasião.

O programa A Voz do Brasil integra este dossiê a partir da perspectiva de Luciana Paula Bonetti Silva. No texto, a autora oferece uma análise sobre o

radiofônico, destacando traços da linha editorial do regime militar até a contemporaneidade, mesmo após o retorno da democracia. Bonetti explora como as práticas jornalísticas e os temas envolvidos foram marcados pelo controle ideológico, refletindo parte da herança autoritária da ditadura.

Valci Regina Mousquer Zuculoto e Guilherme Gonçalves Longo miram nas estações públicas e atualizam análises trazidas anteriormente sobre as reflexões do Golpe no rádio público. Zuculoto e Longo apontam como essas emissoras, inicialmente criadas para propagar o desenvolvimento cultural e informativo, foram afetadas para servir como veículos de propaganda estatal. No artigo, os autores debruçam o olhar nas emissoras educativas, estatais, universitárias e culturais, propondo evidenciar impactos da ditadura no rádio público brasileiro.

A censura imposta aos veículos de comunicação e a utilização da imprensa como um braço do regime ganham também destaque na entrevista realizada com o professor e pesquisador João Batista de Abreu. A perspectiva de Abreu, um especialista sobre o tema com artigos e livros publicados ao longo dos anos, enriquece a discussão no dossiê. O autor relembra fatos marcantes ocorridos em veículos e no país, bem como rememora momentos de resistência de veículos e jornalistas. No bate-papo, ele faz menção ao Manifesto de 7 de junho de 1977, publicado na íntegra no site da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), contra todas as formas de cerceamento aos meios de comunicação no período. Na ocasião, mais de três mil profissionais assinaram o documento, considerado histórico, sendo a maior manifestação coletiva contra a censura desde a criação da imprensa brasileira (Cantarino, 2024).

Por fim, a resenha do livro de Izani Mustafá – O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas e António Salazar 1930-1945 – acrescenta camadas importantes sobre as tentativas de uso político das mídias. O pesquisador Erivelto Amarante (UFPR) pontua no texto as questões importantes analisadas por Mustafá em relação à liberdade de expressão das emissoras homônimas Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, e Emissora Nacional,

de Lisboa.

Uma boa leitura!

## Bibliografia

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e as lembranças de fatias do passado. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.1. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/2108>. Acesso em: set/2024.

CANTARINO, Geraldo. O basta à censura durante a ditadura. **Associação Brasileira de Imprensa (ABI)**, junho de 2024. Disponível em: <https://www.abi.org.br/o-basta-a-censura-durante-a-ditadura/>. Acesso em: out/2024.

## Muito perto do povo e muito longe da elite: João Batista Marçal e a resistência à ditadura pelo rádio na Grande Porto Alegre

*Remarkably close to the people and extremely far from the elite: João Batista Marçal and resistance to the dictatorship through radio in Porto Alegre Metropolitan Area*

*Muy cerca del pueblo y muy lejos de la élite: João Batista Marçal y la resistencia a la dictadura por la radio en Porto Alegre y cercanías*

Luiz Artur Ferraretto

### Resumo

Reconstitui, do ponto de vista histórico, as perseguições sofridas por João Batista Marçal, jornalista e radialista gaúcho enquadrado quatro vezes na Lei de Segurança Nacional, durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985. Usa como base metodológica a história oral (Alberti, 2005), além de se amparar em documentos e publicações, posicionando-se como um estudo que transita entre a história das instituições e a história propriamente dita (Schudson, 1993). Considera que a trajetória radiofônica de Marçal em emissoras autodefinidas como populares coincide com a estruturação da chamada fase de segmentação (Ferraretto, 2012) e com transformações verificadas na Grande Porto Alegre devido ao crescente êxodo

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 09/08/2024 aceito em: 10/10/2024.

### >> Como citar este texto:

FERRARETTO, Luiz Artur. Muito perto do povo e muito longe da elite: João Batista Marçal e a resistência à ditadura pelo rádio na Grande Porto Alegre. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 07-31, mai./ago. 2024.

### Sobre o autor

Luiz Artur Ferraretto  
[luiz.ferraretto@ufrgs.br](mailto:luiz.ferraretto@ufrgs.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-9888-8834>

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Doutor em Comunicação e Informação (UFRGS).

rural e à ampliação da desigualdade social. Indica que o histórico de perseguições a este profissional é ímpar pelo volume e por se dar fora das rádios que dedicam parte de suas programações ao jornalismo, usualmente mais afetadas pela censura e pela repressão.

**Palavras-chave:** João Batista Marçal; Ditadura civil-militar de 1964-1985; Rádio popular; História do rádio; Política

#### **Abstract**

It reconstructs, from a historical point of view, the persecution suffered by João Batista Marçal, a journalist and radio professional from Rio Grande do Sul who was subject to the National Security Law four times, during the civil-military dictatorship from 1964 to 1985. This paper uses oral history as a methodological basis (Alberti, 2005), in addition to being supported by documents and publications, positioning itself as a study that moves between the history of institutions and history itself (Schudson, 1993). It considers that Marçal's radio trajectory on stations self-defined as popular coincides with the structuring of the so-called segmentation phase (Ferraretto, 2012) and with transformations seen in Porto Alegre Metropolitan Area due to the growing rural exodus and the expansion of social inequality. It indicates that the history of persecution against this professional is unique due to its volume and because it occurs outside of radio stations that dedicate part of their programming to journalism, which are usually more affected by censorship and repression.

**Keywords:** João Batista Marçal; Civil-military dictatorship from 1964-1985; Popular radio; History of radio; Policy

#### **Resumen**

Reconstruye, desde un punto de vista histórico, las persecuciones sufridas por João Batista Marçal, periodista y profesional de radio de Rio Grande do Sul, quien fue sometido a la Ley de Seguridad Nacional en cuatro ocasiones, durante la dictadura cívico-militar de 1964 a 1985. Utiliza la historia oral como base metodológica (Alberti, 2005), además de apoyarse en documentos y publicaciones, posicionándose como un estudio que se mueve entre la historia de las instituciones y la historia misma (Schudson, 1993). Considera que la trayectoria radiofónica de Marçal en emisoras autodefinidas como populares coincide con la estructuración de la llamada fase de segmentación (Ferraretto, 2012) y con las transformaciones observadas en Porto Alegre y cercanías debido al creciente éxodo rural y la expansión de la desigualdad social. Indica que la historia de persecución contra este profesional es singular por su volumen y porque se da fuera de las emisoras de radio que dedican parte de su programación al periodismo, las cuales suelen verse más afectadas por la censura y la represión.

**Palabras clave:** João Batista Marçal; Dictadura cívico-militar de 1964-1985; Radios populares; Historia de la radio; Política

Homem do seu tempo, João Batista Marçal fumava um cigarro atrás do outro naquela tarde de 2003, quando fui entrevistá-lo para a minha tese de doutorado sobre a história do rádio do Rio Grande do Sul na segunda metade do século<sup>1</sup> então terminado há pouco. O local escolhido pelo ex-repórter policial e ex-comunicador do rádio considerado popular – a sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado – me chama a atenção, como chama a atenção a relação de respeito e até admiração de diretores e funcionários da entidade com aquele sujeito bonachão, ora agressivo, ora debochado, sempre contundente e sem papas na língua. A situação me espanta um pouco. Lembro do apresentador que me parecia um tanto sensacionalista do início dos anos 1980, do Plantão de Polícia, quadro do Jornal do Almoço, tradicional programa de variedades da antiga TV Gaúcha, mais tarde RBS TV, a afiliada da Rede Globo de Televisão, líder de audiência há décadas. Recordo, ainda, do comunicador cercado por um grupo de senhoras, suas ouvintes, no estúdio da Rádio Sucesso<sup>2</sup>, lá por 1985, sorrindo enquanto era homenageado com um bolo trazido por elas e um singelo Parabéns a você entoado a plenos pulmões, cena que presenciei em um teste malsucedido para estagiário na emissora. Ao longo das horas seguintes, tomo contato com uma trajetória única de rebeldia e enfrentamento em relação, especialmente, à ditadura civil-militar de 1964-1985. Também, naquela tarde, começo a deixar de lado o preconceito a respeito de radialistas ditos populares, tão presente nas universidades em particular e no jornalismo em geral, preconceitos que, creio, são também direcionados a parcelas da população – as classes economicamente menos favorecidas – atingidas por suas mensagens.

Como seu público, João Batista Marçal vinha da parte de baixo da

---

1 Refiro-me a Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20, defendida em 2005 no então Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, dois anos depois, publicada na forma de livro pela Editora da Universidade Luterana do Brasil.

2 Emissora em amplitude modulada que operou sob esta denominação de 1981 a 1988.

chamada pirâmide social. Nasceu no dia 4 de novembro de 1941, em Quaraí, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, levando para os seus relatos não só o sotaque, mas também o linguajar gauchesco e chegando a ser descrito como um “radialista a cavalo” (Três por Quatro, nov. 1981, p. 4). Misturava essas origens às influências do seu cotidiano como repórter policial nos anos 1960 e 1970: “A linguagem que eu uso em Porto Alegre é a das minhas raízes campesinas, da qual não consigo me libertar. Mas também tem muito da minha vivência com os malandros, a polícia, as putas, os traficantes e bandidos de Porto Alegre. Daí, essa linguagem colorida”<sup>3</sup> (Três por Quatro, nov. 1981, p. 5). Na realidade, diferenciava-se não só na forma, mas também na maneira de tratar o acontecimento em uma época de exagerada proximidade da imprensa com a Polícia Civil e a Brigada Militar<sup>4</sup> no contexto da ditadura:

Na época, como é que se dava a notícia policial? O repórter entrava no ar e dizia assim: “O bravo delegado [...], acompanhado do dinâmico comissário Fulano de Tal, mais os inspetores Manoel, João, Pedro e Francisco, mais os investigadores Pedro, João, não sei o que, prenderam um ladrão”. [...] Era uma divulgação da polícia. O que menos interessava era a notícia. [...] Eu inverti essa lógica. Busquei o lide<sup>5</sup> e coloquei na frente... Mas também eu não trabalhei neste esquema clássico do jornalismo. Não! Eu pegava um detalhe folclórico. Uma vez, eu fiz um história assim... Uma manchete lá: “Roubaram a égua do seu Pafúncio!”. Isso lá é manchete que se dê? Tinha uma história de uma égua que morreu atropelada, matou gente... A égua estava solta em uma estrada qualquer e um fuca<sup>6</sup> [em função disso] atropelou e matou duas pessoas, mas eu comecei chamando a égua do seu Pafúncio... Eu peguei o cara chorando na delegacia a morte da égua, que ele era carroceiro. Para ele, o pobre animal era importante e o drama dele tava ligado a uma ocorrência policial com duas mortes. Então, é difícil definir este tipo de estilo. (Marçal, 9 maio 2003).

Portanto, deixo claro, como descrito anteriormente (Ferraretto, 2007, p.

---

3 Nesta e nas demais citações de João Batista Marçal, para melhor caracterização desse jornalista e radialista, procurei uma escrita a mais próxima possível de seu estilo de fala, mantendo, inclusive, coloquialidades e palavrões.

4 Denominação da Polícia Militar do estado do Rio Grande do Sul.

5 O primeiro parágrafo do texto no jargão jornalístico, aquele que guia a atenção do leitor, daí a denominação baseada no verbo inglês to lead.

6 “Enquanto durou o carro popular da Volks, ele foi chamado, aqui, de ‘fuca’, jamais de fusca, esta importação do centro do país vinda pela televisão” (Fischer, 1999, p. 83).

160), que a abordagem dos fatos por João Batista Marçal parte de “um repertório ideológico que, dependendo do momento, transita entre o anarquismo, o comunismo, o trabalhismo e a esquerda católica, com boas doses – dirão seus críticos – de sensacionalismo”:

Agi por instinto e ideologia. [...] Eu sempre tive claro que estou lidando com marginais, de fato, e marginalizados, num sentido mais amplo. Eu tô lidando com gente excluída do processo de consumo, gente colocada à margem da sociedade... Muitas vezes, não porque queira, mas porque foi empurrada por uma ordem social injusta. Então, a ideologia sempre me puxou para marcar como luta de classe a questão do crime. Eu sempre vi no crime uma variante, um viés, por menor que seja, da luta de classes. Hoje [início do século 21], não se mistura mais. Os crimes maiores tu não sabes se são na alta burguesia ou entre os pés de chinelo. Na minha época, era muito claro, era próprio da luta de classes. (Marçal, 9 maio 2003).

Para a compreensão da linha de raciocínio que vou seguir, destaco ainda uma espécie de balanço pessoal do jornalista e radialista:

Passado tanto tempo... Eu fiz tanta coisa... Olha, é muito difícil dizer uma coisa que eu me orgulhe. Talvez, de chegar ao fim da vida com os amigos – poucos que tenho –, mas maravilhosos. O carinho do homem simples da rua, da mulher da rua, dum mendigo, dum vendedor ambulante, duma prostituta, dum nego véio, duma nega véia, dum louquinho... Chegam e me abraçam. É como se eu fosse um deles... Eu sou um deles, na rua. Isso me encanta, porque eu fiz da minha profissão, seguramente, além de uma arma de combate, uma forma de dizer: “Tchê<sup>7</sup>, nós somos iguais, cara!”. (Marçal [...], 2004, 8 min 12 seg).

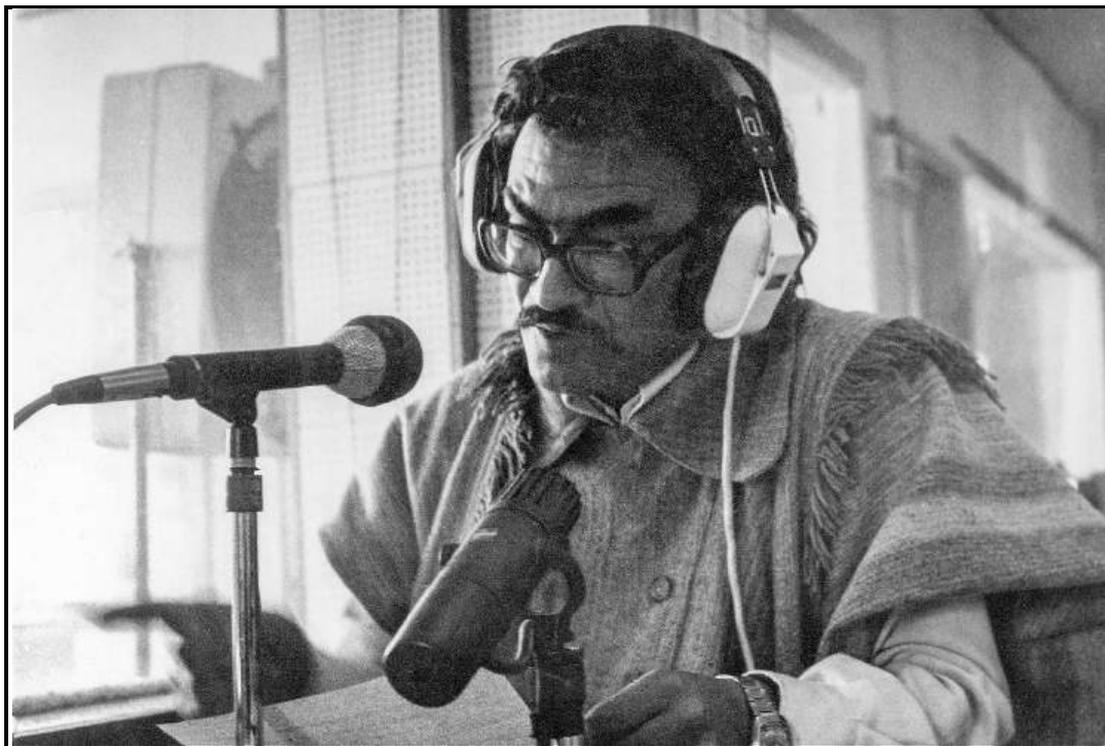
João Batista Marçal faleceu em 23 de fevereiro de 2018, vítima de câncer, aos 76 anos (Zero Hora, 24-25 fev. 2018. p. 34). Durante os 20 anos de ditadura civil-militar iniciada em 1964, acumulou “27 processos, com quatro enquadramentos na Lei de Segurança Nacional” (Marçal, 9 maio 2003), como contava, mostrando ainda a cicatriz no cotovelo do braço esquerdo, resultado de “uma tortura muito bem caprichada dentro do Palácio da Polícia” (Marçal [...], 2004, 7 min 28 seg), depois de se envolver em uma discussão em um bar, oportunidade utilizada pela repressão para prendê-lo: “Mandaram um policial

---

7 Expressão de origem espanhola, usada no Rio Grande do Sul, em geral, como vocativo e equivalente ao pronome tu (Nunes; Nunes, 2010, p. 108).

me provocar. Eu tinha tomado um uisquinho num cabaré qualquer e eu aceitei a provocação e fui pra cima do cara. Bah! Era tudo que eles queriam. Aí, me demoliram a pau.” (Marçal, 9 maio 2003).

Pondero ainda que a trajetória deste jornalista e radialista assemelha-se à dos artistas tidos como bregas por certa parcela da dita intelectualidade e que, ao contrário de compositores e/ou intérpretes da chamada MPB, não teve reconhecida, como descreve Paulo Cesar de Araújo (2002), a perseguição sofrida durante a ditadura. De fato, indicam os dados existentes, Marçal, por particularidades pessoais, acabou atraindo uma fúria repressora bem maior do que a desfechada, isoladamente, contra profissionais de rádios identificadas como jornalísticas. É essa perseguição que passo a descrever e a analisar na sequência.



João Batista Marçal (anos 1970)  
Fonte: acervo particular de João Batista Marçal

### **Quadro teórico-conceitual e metodológico**

A partir das bases científicas da minha análise, suponho que o respeito

obtido por João Batista Marçal no âmbito, por exemplo, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul provém de certa memória coletiva, aquela construída em torno de quem se expôs à repressão durante a ditadura pós-1964, mesmo que passível de idealizações, simplificações e reelaborações:

O estudo histórico da memória coletiva começou a se desenvolver com a investigação oral. Esse tipo de memória tem algumas características bem específicas: primeiro, gira em torno quase sempre de lembranças do cotidiano do grupo [...], quase nunca fazendo referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia, e tende a idealizar o passado. Em segundo lugar, a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. (SILVA; SILVA, 2018, p. 276).

Como observado anteriormente (Ferraretto, 2020, p. 15), “para explorar lembranças, recordações, reminiscências e/ou retentivas, um dos recursos é a entrevista, utilizando história oral, mas considerando sempre a necessidade de cotejar dados assim fornecidos com os de outras fontes, por exemplo bibliográficas ou documentais”. Obviamente, “qualquer tema, desde que seja contemporâneo – isto é, desde que ainda vivam aqueles que têm algo a dizer sobre ele –, é passível de ser investigado através da história oral”, com a versão apresentada sendo “ela mesma, objeto de análise” e sem que se prescindia “de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido” (Alberti, 2005, p. 29-30). Nesse sentido, além da citada entrevista que realizei, anos atrás (9 maio 2003) , com João Batista Marçal, amparo-me no depoimento dado pelo jornalista e radialista a Marcus Reis e Giliane Greff, então estudantes de Jornalismo da Universidade Luterana do Brasil, que realizaram, sob minha orientação e com imagens e edição de Daniel Fernandes, o documentário Marçal – Polícia, povão... e revolução (2004).

Creio, também, que esta reflexão oscile entre o que Michael Schudson (1993, p. 213-218) identifica, do ponto de vista metodológico, dentro dos estudos históricos no campo da comunicação, como: (1) história propriamente dita, considerando a relação da história da mídia com a história cultural,

política, econômica ou social, buscando entender como se dá a influência da primeira sobre a segunda e vice-versa; e (2) história das instituições, que pretende saber como se desenvolveu esta ou aquela instituição de comunicação. Da primeira categorização, o aqui apresentado assume a preocupação com o contexto autoritário e discricionário da ditadura de 1964-1985, enquanto, da segunda, traz o momento do rádio de então.

Imposta ao país a partir de uma articulação de setores políticos contrários ao governo esquerdista de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a sequência de governos com militares na Presidência da República inicia-se na virada de 31 de março para 1º de abril de 1964, estendendo-se até 15 de março de 1985, quando da posse de José Sarney<sup>8</sup>, representando a chamada Aliança Democrática, uma coalizão formada pelo oposicionista Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a Frente Liberal, dissidência do governista Partido Democrático Social (PDS). Em paralelo, a população urbana ultrapassa a rural. No Rio Grande do Sul, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes a 1º de setembro de 1970 (IBGE, [s.d.]), indicam que 53,6% dos gaúchos já vivem em cidades, chegando, dez anos depois, a 67,53% (Secretaria [...], 1983, p. 11)<sup>9</sup>. No estado, o êxodo rural impulsiona a favelização, em especial, na Grande Porto Alegre:

O golpe de 1964 encontrou as cidades brasileiras já em pleno processo de inchamento. O que se seguiu era um esforço da tecnocracia do regime militar em investir recursos externos nas cidades para equipá-las, enquanto unidades de produção. Essa tentativa foi frustrada pelos erros nas distribuições dos recursos: não havia investimentos na reprodução da força de trabalho, deixando-se impor a vontade do mercado. A resultante era óbvia: alto padrão econômico para os segmentos favorecidos e a degradação das condições de vida dos estratos baixos da população. (Carneiro; Penna, 1992, p. 137).

Fora isso, destaque relatório da Oxfam Brasil, braço de uma organização internacional que atua em 81 países com foco na diminuição das desigualdades sociais, indicando um quadro crescente de concentração de

---

<sup>8</sup> Em função de seu estado de saúde, Tancredo Neves, o presidente escolhido pelo Colégio Eleitoral no ano anterior, não chegou a assumir o cargo, vindo a falecer em 21 de abril de 1985.

<sup>9</sup> Os percentuais foram calculados com base em números absolutos apresentados nas fontes citadas.

renda e de empobrecimento durante a ditadura civil-militar de 1964-1985:

Nos primeiros anos da ditadura iniciada em 1964, o 1% mais rico passou de 17-19% da renda nacional, no início dos anos 1960, para 26%, em 1971, maior marca desde o pico do início dos anos 1940, fechando a década de 1970 na casa dos 25%.

A adoção de medidas privilegiando ganhos de capital sobre prejuízo do elemento trabalho – incluindo uma política salarial restritiva responsável pela redução de 30% no valor real do salário-mínimo entre 1964 e 1974, a repressão a sindicatos e outros movimentos reivindicatórios, e o favorecimento de ocupantes da alta hierarquia de grandes empresas – exemplifica as políticas sociais e econômicas adotadas pelo regime autoritário que contribuíram para o aumento da desigualdade no período. Essas políticas dificilmente seriam aprovadas em um contexto democrático, à luz de movimentos sociais reivindicatórios, de natureza sindical e estudantil, entre outros, que haviam florescido nos anos anteriores à ruptura institucional em 1964. (Oxfam, 2021, p. 16).

É ao segmento empobrecido da população da Grande Porto Alegre que parte das emissoras de rádio se dedica a partir de meados dos anos 1960, passando a se destacar nos levantamentos de audiência do então Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (Ibope) e fazendo parte do processo de recuperação do meio frente à migração de público e anunciantes para a televisão. No período aqui abrangido, como já descrevi em outra oportunidade (Ferraretto, 2007, p. 505-529), emissoras como Caiçara, Eldorado e Itaí dedicam-se continuamente ao chamado rádio popular, enquanto outras – Difusora, Farroupilha e Gaúcha – chegam a pender momentaneamente para formatos que incluem jornalismo. Seu público pertence às classes C, D e E, com mais de 25 anos e escolaridade, frequentemente, baixa. Sua programação baseia-se “na coloquialidade de seus comunicadores, no sucesso fácil das músicas veiculadas, na constante prestação de serviços – não raro descambando para o assistencialismo – e na exploração do noticiário policial” (Ferraretto, 2012, p. 14). De modo geral, o rádio vive a sua fase de segmentação, iniciada no final da década de 1950 e que se estende até o início do século 21, valendo destacar duas de suas características diretamente relacionadas com o objeto em análise: (1) a transistorização, base, na recepção, dos radinhos de pilha e, na transmissão, da presença na

programação dos profissionais a falar diretamente do palco de ação dos fatos; e (2) a consolidação dos comunicadores, dentro do estúdio, como figura central das irradiações, que ganham, assim, coloquialidade (Ferraretto, 2012, p. 17).

Acredito, ainda, que, por vezes, esse tipo de rádio é vítima de preconceito, dentro de um raciocínio no qual se opõem uma idealização de cultura, a própria de setores tidos como ilustrados, e uma demonização do entretenimento acessível às parcelas mais pobres da população. É significativo o uso da denominação marca-diabo, frequente no mercado e mesmo no discurso de entidades representativas das categorias envolvidas na lida radiofônica. A expressão, por exemplo, aparece no título – “Da virgindade aos dentes limpos. Vale tudo no marca-diabo” – e no corpo de uma reportagem da revista Cadernos de Jornalismo (1977a, p. 28), editada pelo então Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, que critica as emissoras autodefinidas como populares, colocando a atuação de João Batista Marçal como uma exceção – “um trabalho discutível, mas altamente consequente” – em meio a programas caracterizados “pelo falso moralismo, pela exploração barata de qualquer sentimento, com uma cascata melosa de doer o ouvido”.

Nas rádios tidas como populares, admito, preponderam conteúdos assistencialistas, de entretenimento, policiaescos e sensacionalistas, como destaca Eduardo Meditsch:

[...] nas rádios voltadas ao público de baixa renda, o acesso à inteligência é geralmente negado. Os grandes problemas da audiência não são enfrentados: ou são tangenciados pela dissimulação, ou sublimados pelo paternalismo dos comunicadores, que assim se tornam potenciais ocupantes de cargos políticos. A manipulação corre solta, até porque é de mau gosto, e quem poderia denunciá-la prefere não ouvir, está sintonizado em outra zona do dial. Sensacionalismo, violência, drama, berreiro, e a audiência se mantém altamente estimulada, desinformada e distraída. (Meditsch, jul.-dez. 2002, p. 59).

Repito também ponderação anterior (Ferraretto, 2007, p. 506) a respeito da expressão *rádio popular*, incorporada pelas emissoras comerciais ao vocabulário do meio sem uma perspectiva de classe social e assumindo, pelo contrário, “uma postura falsamente totalizante e unificadora da realidade”,

como observa Luiz Roberto Alves (*In: Festa; Silva, 1986, p. 121*). Faço questão, ainda, de recordar o definido por Luiz Gonzaga Motta (1987, p. 43) a respeito de *comunicação popular*: “aquela praticada pelos setores populares na sua autodefesa física ou intelectual contra a dominação política, cultural ou econômica”. Ao longo desta reflexão, portanto, uso expressões como “autodefinido”, “chamado”, “considerado” e equivalentes, porque não me parece totalmente adequada a qualificação plena de “popular” para algo realizado por uma empresa e não pelas camadas mais pobres da população. Reitero: “Há indicativos [...] de que rádio populista descreva melhor este tipo de conteúdo veiculado pela indústria de radiodifusão sonora” (Ferraretto, 2007, p. 506).

Nesse sentido, outra questão que quero destacar é a relacionada, diretamente, ao populismo, não raro, facilmente identificado na postura de comunicadores no rádio voltado às classes C, D e E. Acredito que Marçal, no entanto, não se enquadre nessa categorização se formos considerar, por exemplo, a definição apresentada por Ludovico Incisa (1997. v.2, p. 980-6.): o povo como inspiração, termo constante de referência e fonte de virtude e legitimidade; a ausência da ideia de luta de classes, substituída pela de conciliação constante com a única oposição ocorrendo entre o povo, um conceito vago, e o não-povo, ou seja, o resto da sociedade; a religiosidade reduzida ao nível do senso comum e materializada como tradição popular; e as práticas populistas como consequências da tensão entre metrópole e província. O jornalista e radialista pertencia a uma família pobre, possuía acentuado posicionamento político à esquerda e não apresentava, ao microfone, vinculação religiosa – embora certa vinculação a movimentos sociais da Igreja Católica –, tendo mantido apenas, como boa parte da população da Grande Porto Alegre, algumas marcas de linguagem e de comportamento de suas origens interioranas, no caso de Marçal, as dos habitantes da fronteira com o Uruguai.

### **Agitador linha de frente**

Se a ditadura e suas consequências compõem o cenário, as emissoras ditas populares fazem o palco de ação de João Batista Marçal. Os dados existentes indicam que atuava, fortemente, a partir da sua consciência de classe, base das perseguições sofridas no exercício da profissão e expressa, por exemplo, nesta autodefinição do jornalista e radialista: “O jornalista brasileiro tá muito perto da elite e muito longe do povo. Então, aqui no meu cantinho de província, eu rompi com isto. Eu tô muito longe da elite e muito perto do meu povo. Isto me faz feliz. Disso, eu me orgulho.” (Marçal [...], 2004, 8 min 49 seg).

Começa a trabalhar ao microfone, ainda adolescente, no ano de 1958, na Rádio Quaraí, na sua cidade natal. Em 1963, transfere-se para Porto Alegre após liderar uma greve estudantil: “Tomei minha primeira cadeia acusado de comunista. Repressão burra! Não sabia o que era comunismo nem anarquismo.” (Marçal, 9 maio 2003). Na capital do Rio Grande do Sul, faz rádio forçado pelas circunstâncias quando já atuava na editoria de polícia do jornal Zero Hora:

Eu virei radialista em Porto Alegre, na marra, de gaiato. Eu era repórter da Zero Hora na década de 60 e o Mendes Ribeiro, o finado Mendes Ribeiro, que a gente chamava de Bom Cabelo... O Bom Cabelo tinha um programa na Rádio Gaúcha, de manhã [...]. Estou fechando meu plantão às 6h no Pronto Socorro Municipal e deu um grande acidente. E, casualmente, eu tava na hora... E o Mendes Ribeiro enlouquecido... A Guaíba<sup>10</sup> anunciando que daqui a pouco vão entrar com detalhes. As outras rádios anunciando: “Daqui a pouco detalhes”. E quem tinha os detalhes era eu. Lá pelas tantas, desesperado, o Mendes mesmo falou comigo:

– Eu quero falar com o repórter!

– Sim, aqui é Marçal! E aí, companheiro?

– Aí, Marçal... Meu colega Marçal [...], colega, me dá, me dá uma força...

Eu decidi. Vou dar. Mas torrei uns segundos. Aí, pensei comigo... Vou fazer uma sacanagem. É uma tragédia... Tem um monte de morto. Mas eu vou fazer um romance em cima disso daí...

– Na neblina que cobre esta manhã de Porto Alegre, veio a tragédia e veio a morte. Sangue! Luto no asfalto! [...]

Na hora, fui contratado pela Rádio Gaúcha. (Marçal [...], 2004, 1 min 10 seg).

---

10 Concorrente da Gaúcha, a emissora era ligada aos jornais Correio do Povo e Folha da Tarde.

Numa postura própria dos profissionais com consciência de classe, Marçal resumiu, anos depois, sua resistência a entrar no ar na Gaúcha, por ser funcionário apenas de *Zero Hora*, em uma frase: “Quer repórter, contrata!” (Marçal, 9 maio 2003). Nas décadas seguintes, por vezes em idas e vindas algo rocambolescas, o jornalista e radialista trabalhou na maioria das emissoras de Porto Alegre, em especial, naquelas que se assumiam de modo constante ou episódico como populares: Caiçara, Capital, Gaúcha, Eldorado, Farroupilha, Itaí, Pampa, Princesa, Gaúcha, Metrópole, Real e Sucesso. Como já destaquei em outra oportunidade (Ferraretto, 2007, p. 160), sua passagem por tais emissoras é marcada “por duras – e debochadas – críticas à situação da população carente e à ditadura, terminando quase sempre” com Marçal “demitido por pressão do aparato de controle do Estado: Dentel<sup>11</sup>, III Exército<sup>12</sup>, Polícia Federal, Polícia Civil ou Brigada Militar”.

Eu trabalhei em todas as emissoras de rádio [popular] de Porto Alegre. Todas me botaram para a rua pela mesma razão: por dizer as coisas da forma como eu via... A violência nas ruas, a criminalidade, a delinquência, a cumplicidade, por denunciar policiais corruptos. Eu sabia que ia me custar o emprego. Me custou o emprego... Sempre! Mas não me custou a dignidade. (Marçal [...], 2004, 2 min 42 seg).

O rádio pra mim sempre foi um instrumento, um instrumento de denúncia, um instrumento de combate e um instrumento de defesa, defesa das minorias e de combate as mazelas da burguesia. Para isto, eu usei o rádio a vida inteira. paguei caro com processos, com perseguições, com violência. Ainda hoje, sou um cara que não tem nada. Eu não abro mão disso: o rádio é uma tribuna, a mais poderosa tribuna que eu conheço pela sua instantaneidade e pelo jogo emocional que traz. Uma tribuna que eu usei. Não tenho o menor pudor de dizer que eu usei em função das minhas batalhas, como homem engajado, como homem de esquerda. (Marçal, 9 maio 2003).

Acredito que uma situação relatada pelo jornalista e radialista na Caiçara,

---

11 Departamento Nacional de Telecomunicações, órgão responsável, entre outras tarefas, pela fiscalização das outorgas de rádio e televisão, o que, no contexto da ditadura, significa emitir informes e pressionar emissoras, quando essas iam contra os interesses do regime autoritário vigente de 1964 a 1985.

12 O atual Comando Militar do Sul, com sede em Porto Alegre.

da, na época, Rede Rio-grandense de Emissoras<sup>13</sup>, de Otávio Dumit Gadret, ilustra bem a relação das emissoras com a repressão e dos empresários com profissionais com bom potencial de atrair audiência e, a partir dessa, anunciantes:

Na Rádio Caiçara, eu perdi o emprego quatro vezes pela mesma razão. O Gadret me chamou na sala dele.

– Olha, ou é tu ou eu. Não adianta. Comedor de ovelha só matando. Vou te mandar mais uma vez para a rua pela mesma razão. Eu não aguento a pressão do Dentel. A PM2<sup>14</sup> faz estes processos, distribui para toda a parte, vai para o governo federal... E, olha aqui, a pilha que eu tenho de pedido para que eu te tire do ar, imediatamente, ou eles fecham a minha rádio. Então, até logo. Deixa baixar a bola. Lá adiante, a gente conversa. Fui e voltei. Voltei porque dava ibope. E ibope é dinheiro no bolso do patrão<sup>15</sup>. (Marçal, 9 maio 2003).

Na Itaí, a pioneira das emissoras com foco nas classes C, D e E, a demissão de Marçal por pressão do aparelho repressivo do Estado se deu a partir de um tipo inusitado de ouvinte: soldados do quartel do III Exército. Os estúdios da rádio pertencente a Lorenzo Gabellini funcionavam, então, junto aos transmissores na BR-116, entre a cidade de Guaíba e Porto Alegre. No final da década de 1970, é lá que o jornalista e radialista apresenta o programa *Itaí, a Dona da Noite*. Com mais intensidade do que em empregos anteriores, declama o que denomina de “poesia rebelde” e toca músicas latino-americanas politicamente engajadas: “Dava um verso, parava e eu já envenenava” (Marçal, 9 maio 2003). Assim, aproveita o horário, da meia-noite às 5h, quando julga, de modo equivocado, diminuída a atenção das autoridades policiais, para reforçar um discurso voltado às classes pobres e contrário à ditadura. Toca um pequeno trechoda canção *A Desalambrar*, do uruguaio Daniel Viglietti, sinaliza para o operador de áudio que interrompa e faz a tradução, enfatizando a defesa da reforma agrária, para, em seguida, repetir o processo até o final da música:

A Desalambrar, eu tocava uma vez por semana. É um clássico latino-

---

13 Atual Rede Pampa.

14 A área de inteligência da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

15 Conforme Marçal, em outra emissora, após a sua contratação, o anúncio de 30 segundos passou a custar cinco vezes mais (Cadernos de Jornalismo, 1977c, p. 31).

americano: [cantarola] “A desalambrar... A desalambrar... Que la tierra es nuestra... Tuya y de aquel... De Pedro y Maria... De Juan y Jose...” Botem abaixo os aramados! Tomem essa porra dessa terra que é nossa. Eu estava antevendo ali [...] o que seria o MST<sup>16</sup> de hoje. (Marçal [...], 2004, 5 min 15 seg).

Do poema gauchesco Martín Fierro, do argentino José Hernández, traz a dor, a indignação e as esperanças dos trabalhadores rurais, tudo “traduzido e declamado no ar” (Marçal, 9 maio 2003). De España en el Corazón, do chileno Pablo Neruda, enfatiza versos como “venid a ver la sangre por las calles” e “y por las calles la sangre de los niños”, declamados em português e tratando as cidades apossadas pelos nacionalistas do general falangista Francisco Franco, durante a Guerra Civil Espanhola, como as áreas mais pobres das metrópoles do Brasil da ditadura.

Lá pelas duas, três horas da manhã, o pau comia solto. Aí, era poema revolucionário, música infame e pau neles. A essa hora, tão dormindo os caras... Mas foi aí que eu me fodi. [...] Houve uma madrugada, aqui no quartel do III Exército... Era sucesso absoluto... Tudo que era parada de táxi... Os motoristas... Tudo se babavam, ouvindo as bobagens que eu dizia. Motoristas de táxi, vigilante, doméstica, o povão da madrugada, que trabalha, que vive de noite. [...] Numa madrugada, eu soube que tinha um grupo de soldadinho... Quá-quá-quá... Rindo num canto [...]. Passou um oficial, carioca [...], um capitão, que foi ver o que era motivo de arreganho dos soldadinhos [...]. Desceu dali e chamou o serviço de informações. Quando eu ia saindo da rádio de manhã, já tinha um pelotãozinho, lá, mas não deram bola para mim. Foram direto falar com o Gabellini. Aí, o Gabellini:

– Pode ir embora! Passa de tarde aqui!

Aí, eu senti. Fui lá.

– Tu já sabes que estás indo embora.

– Eu não... Quero que tu me conte. Problema que veio todo o III Exército aí, que tu tavas fazendo subversão de madrugada aí e os soldados tavam se cagando de rir e tu tavas emprenhando os soldadinhos pelas orelhas. (Marçal, 9 maio 2003).

Aproveitando que o diretor era de São Paulo, Marçal conseguiu ser contratado pela Rádio Capital, instalada pouco tempo antes em Porto Alegre. Estreou em uma segunda-feira para fazer o horário das 6h ao meio-dia, mas

---

16 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criado em 1984 e principal organização da sociedade civil a defender a reforma agrária no país.

fica poucos minutos no ar:

Eu estava maldito, né? Sempre maldito... Eu sempre andei na lista negra. Aí, pintou uma vaga na Rádio Capital:

– Segunda de manhã, você abre a rádio às seis horas.

[...] Fernando Henrique<sup>17</sup> não podia falar nele... Brizola<sup>18</sup>... Dom Helder Câmara<sup>19</sup> era maldito. Prestes<sup>20</sup>... Lá pelas tantas, num cantinho da página da Zero Hora, aqui de Porto Alegre, estava escrito que Dom Helder Câmara tinha feito uma palestra em Estocolmo, na Suécia. Quando veio a minha terceira entrada, estava fechando 15 minutos de rádio, não guntei... Tá aqui! Tá liberada essa notícia, então. [...] Chegou 15 minutos... A porta se abriu...

– O senhor pode sair!

Saí rindo, né?

– Pode sair!

Senti, né?

– Tá, mas e aí, querido? O que que houve?

– Não, não... O senhor está despedido...

– Sim... Eu sei, tchê! [...] Mas me diz, pelo menos, a razão...

– Pô, cara! Falou em Dom Helder... Tá ali... O III Exército... Já tá na ponta da linha, na minha sala. Se eu não te tiro, eles vêm e fecham a rádio. (Marçal [...], 2004, 4 min 11 seg).

Em outras ocasiões, Marçal chegou a ser detido pelas autoridades. Na metade da década de 1970, na Farroupilha, então pertencente aos Diários e Emissoras Associados, foi contratado pelo cantor regionalista Victor Matheus Teixeira, o Teixeira, que alugou a faixa da meia-noite às 6h. Quase sempre, gravavam o conteúdo previamente, mas, por vezes, Marçal fazia ao vivo as duas primeiras horas. Em uma dessas ocasiões, após criticar durante dias a retirada de um grupo de posseiros, que ocupavam uma área na Vila Nova, Zona Sul de Porto Alegre, acabou saindo algemado do estúdio: “Quando terminou o programa, já tava a Polícia Federal ali. Já vinham me cuidando.” (Marçal, 9 maio

---

17 Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil de 1995 a 2003, político filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Após o golpe civil-militar de 1964, esteve exilado no Chile e, depois, na França até 1968.

18 Leonel Brizola, histórica liderança trabalhista. Após o golpe civil-militar de 1964, ficou 15 anos exilado, passando pelo Uruguai, Estados Unidos e Portugal, de onde retornou ao Brasil em 1979.

19 Opositor do regime militar e uma das principais lideranças da Igreja Católica no país, tendo sido indicado quatro vezes para o Prêmio Nobel da Paz pelo seu combate à ditadura e às torturas no Brasil.

20 Luiz Carlos Prestes, secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, de 1943 a 1980.

2003). Fato semelhante acontece na MetrÓpole, de Canoas<sup>21</sup>, emissora pertencente à Rede Brasil Sul de Comunicações<sup>22</sup>, de Maurício Sirotsky Sobrinho, na qual apresenta o Jornal de Integração Comunitária, um dos poucos programas com algum registro formal, embora escrito, de sua performance ao microfone, algo politicamente incorreta para os padrões atuais e cheia de regionalismos típicos do Rio Grande do Sul:

Mas oigatê<sup>23</sup> porquera<sup>24</sup>, china<sup>25</sup> véia faladera. Não há de for nada, boca floriada! Bom dia, meus irmãos de Canoas! Bom dia, meus irmãos de Esteio, de Sapucaia, de Gravata-aí<sup>26</sup> – vejam só, não se faz mais cidades como antigamente. Bom dia, meus gringos<sup>27</sup> de São Leopoldo<sup>28</sup>, de Nói Hamburge<sup>29</sup>. Bom dia, pra quem mais mesmo? Hein, Dixon Ricardo<sup>30</sup>? Ah, esses meus ajudantes, está despedido (risadas). Agora me lembrei: bom dia, meus irmãos da Borregaard<sup>31</sup>, em Guaíba. Bom dia, Vila Mathias Velho, Vila São Luís, Niterói, Mato Grande<sup>32</sup>. E bom dia também para aquele vila nojenta que fica aqui desse meu lado (ele aponta, como se os ouvintes pudessem vê-lo, afinal é assim que fala o tempo inteiro). Como é mesmo o nome dela? Pô, aquela que fica aqui, Dixon Ricardo! Aquela vila bagaceira que me racha a cara de vergonha. Ah, é isso mesmo: bom dia, Porto Alegre, como vai essa bicheira<sup>33</sup> de cidade, onde o prefeito tá matando à míngua os motoristas da Prefeitura?

Conforme reportagem da revista *Cadernos de Jornalismo* (1977c, p. 31),

---

21 Município que faz divisa com Porto Alegre ao norte da capital gaúcha.

22 Atual Grupo RBS.

23 Interjeição que exprime “admiração, espanto, alegria” (Nunes; Nunes, 2010, p. 332).

24 “Porcaria, coisa nojenta” (Nunes; Nunes, 2010, p. 390).

25 “Descendente ou mulher de índio, ou pessoa do sexo feminino que apresenta alguns dos característicos étnicos das mulheres indígenas. Cabocla, mulher morena. Mulher de vida fácil.” (Nunes; Nunes, 2010, p. 113).

26 Municípios da Grande Porto Alegre, com Marçal aproveitando para fazer uma referência algo jocosa ao de Gravataí.

27 “Denominação dada ao estrangeiro em geral, com exceção do português e do hispano-americano” (Nunes; Nunes, 2010, p. 231).

28 Como Novo Hamburgo, cidade de colonização predominantemente alemã da Grande Porto Alegre.

29 Corruptela de Neues Hamburg, ou seja o nome da cidade de Novo Hamburgo em alemão.

30 Radialista que operava, então, a mesa de áudio no estúdio da MetrÓpole.

31 Indústria de celulose de origem norueguesa instalada em Guaíba no ano de 1972, cuja poluição geraria intensa mobilização popular nos anos seguintes. Na atualidade, pertence ao grupo chileno Empresas CMPC S.A.

32 Bairros populares do município de Canoas.

33 “Ferida nos animais, contendo vermes depositados pelas moscas varejeiras” (Nunes; Nunes, 2010, p. 61).

em 22 de junho de 1977, uma entrevista com o deputado estadual Romildo Bolzan, do Movimento Democrático Brasileiro – a oposição aceita pela ditadura – vai do divórcio até a necessidade de uma Constituinte, algo associado à redemocratização, motivando a sua demissão e uma quase prisão. Parado junto à janela do estúdio da Metrópole, o jornalista e radialista vê a chegada de dois camburões com soldados da Brigada Militar e agentes da Polícia Federal:

Com toda calma, começou o programa. E eu comecei a debochar de Porto Alegre... Falava [...]:

– Não quero que Porto Alegre me ouça...

Porque aqui a repressão era muito grande. Eu estava sendo corrido... Estava em Canoas. Canoas é aqui colada, mas é Canoas. Não é Porto Alegre.

– Aí, Porto Alegre, cidadezinha horrorosa. Vai te catar... [...]

Uma da tarde, pontualmente, encosta um camburão da Brigada Militar... Um da Polícia Federal... Dois camburões, com uns caras armados de metralhadora. Mas eu tô vendo pelo vidro... Os caras... Os trogloditas chegando... E eu deixei chegar... Bem perto... Mas já comecei a anunciar:

– Olha! Daqui, tô vendo os camburões... Tá chegando a Polícia Federal... Atenção, Porto Alegre!

Eu vou chamar Porto Alegre, que eu não sou besta.

– Atenção, meu sindicato<sup>34</sup>! Atenção, ARI<sup>35</sup>!

[...] Eu entrei antes das duas... Eu entrei na cadeia... E saí às seis da tarde... Porque eu criei escândalo, né? (Marçal [...], 2004, 3 min 18 seg).

Além de emissoras de rádio, João Batista Marçal trabalhou em vários veículos, com destaque para os jornais Zero Hora e Diário de Notícias e a TV Gaúcha, tendo publicado, também, pelo menos duas dezenas de livros, muitos recuperando a trajetória da militância anarquista, comunista e socialista no Rio Grande do Sul (Coletiva, 23 fev. 2018/ Zero Hora, 24-25 fev. 2018, p. 34). Em sua casa, na Vila Santa Isabel, no município de Viamão, mantinha um acervo considerável de “jornais, revistas e documentos diversos relacionados à história e à memória de personalidades, entidades e partidos de esquerda brasileiros”, aberto a estudiosos do tema e doado por sua família, após o falecimento do jornalista e radialista, ao Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH, [s.d.]).

34 Referência ao então Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, atual Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul.

35 Referência à Associação Riograndense de Imprensa (ARI).

Na política partidária, foi candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores, ajudou a fundar o Partido Socialista Brasileiro e chegou a se aproximar do Partido Democrático Trabalhista (Versão dos Jornalistas, jun. 1991. p. 5). Sua militância política incluiu, ainda, entre outras entidades, o Movimento de Justiça e de Direitos Humanos (MJDH) e a Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro (Fracab). Tal atuação, por óbvio, misturava-se à forma como abordava, ao microfone, a situação, por exemplo, dos presos ou de ocupantes de terrenos urbanos ou de áreas agrícolas:

[...] durante anos, eu virei ídolo nas cadeias. Chegava nos presídios e era uma festa, porque, como homem de esquerda, eu nunca permiti determinadas coisas. Eu sou contra a pena de morte... Eu nunca permiti que batessem em preso na minha frente... Eu sempre defendi a família dos presos... Eu fui ligado aos direitos humanos durante mais de uma década. Mas firme, com posições claras e definidas. (Marçal, 9 maio 2003).

Eu só tenho esta casa, onde eu moro, porque eu invadi esse terreno aqui. Eu não vendi a minha consciência. Eu invadi esse terreno. Hoje, tá legalizado, mas eu invadi isso aqui... Porque eu comandeí invasões de terra. (Marçal [...], 2005, 5 min 55 seg).

Observo que, ainda na contemporaneidade, em muitas rádios, é comum a desqualificação de acusados, suspeitos e condenados por crimes e contravenções, o mesmo ocorrendo com quem participa de movimentos sociais relacionados à população em condição de rua ou a agricultores sem-terra. Trata-se de um procedimento verificado, inclusive em emissoras autodefinidas como dedicadas ao jornalismo e, portanto, em tese, mais sujeitas a parâmetros éticos e técnicos para a emissão de notícias e de opiniões. Na lógica perversa da ditadura de 1964-1985, não espanta a preocupação do aparato repressivo do Estado com a atuação de João Batista Marçal ao microfone ou fora dele. Tal prática se mantém mesmo até a promulgação da Constituição Federal de 1988. De fato, o nome de João Batista Marçal aparece em vários documentos mantidos, pelo Ministério da Justiça, no banco de dados Memórias Reveladas, criado em 2009 pela Casa Civil da Presidência da

República, permitindo o acesso on-line – <http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br> – e mediante cadastro prévio à documentação anteriormente sigilosa de órgãos ligados à repressão no período de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985, como, entre outros, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Comissão Geral de Investigações (CGI), o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS):

Seu campo de atuação é junto às camadas populares, onde procura identificar-se com os menos favorecidos, insuflando o descontentamento, a revolta e a desobediência aos poderes constituídos. Configura-se como agitador linha de frente.

[...] Usando sua condição de jornalista, procura denegrir ao máximo o trabalho da polícia, desmoralizando-a como instituição. (Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, 6 nov. 1979).

Além de apontarem sua vinculação a organizações políticas então na clandestinidade – por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro –, relatórios das áreas de informação da Polícia Federal e do III Exército acompanhavam, ainda, a atuação do jornalista e radialista junto à Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro (Polícia Federal, 17 abr. 1985) e à Associação dos Moradores do Campo da Tuca (Ministério do Exército, 21 dez. 1979), da qual foi identificado como fundador e vice-presidente. Suas participações nessas entidades e nas rádios, por vezes, cruzavam-se:

Quando havia invasão de terra, por exemplo, na ditadura militar... Quem fazia o serviço sujo de tirar invasor a pau de madrugada – dando em homem, mulher e criança – era a Brigada Militar... Então, o meu combate era contra eles. [...] E a grande raiva deles, durante o meu último período na Caiçara, foi esse, que eu não dizia brigadiano<sup>36</sup>. Eu dizia “pé-de-porco<sup>37</sup>”, como uma forma de deboche, de esculhambar. Mas o povo diz... Não sou eu... Não criei isso daí, não é? Então, um processo se

---

36 Integrante da Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

37 “Designação já desusada para os brigadianos”, conforme Luiz Augusto Fischer (1999, p. 124), origem da mais corrente porco, “derivada do ódio contra os brigadianos por parte dos meliantes” (Fischer, 1999, p. 130). O autor lembra, no entanto, “que, no tempo dos pedro e paulo [...], os brigadianos em dupla, como tinham duas vezes a letra P no capacete, se dizia ironicamente que aquilo queria dizer pé-de-porco”. Fischer (1999, p. 124) também registra o equivalente de pedro e paulo usado em outras regiões: “No Brasil em geral, se diz cosme e damião, em homenagem aos santos”.

arrastou durante anos e anos. Eu quase fui para a cadeia... (Marçal [...], 2005, 6 min 12 seg).

Em um documento tendo por assunto Infiltração comunista nos diversos setores de atividade, o Serviço Nacional de Informações (4 nov. 1983) incluiu Marçal na lista dos militantes dessa tendência dentro dos veículos de comunicação. Após o fim do regime militar e dois anos depois da legalização do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil, o tema ainda preocupava o SNI (16 nov. 1987), parte do aparelho repressivo remanescente do período ditatorial, que registrou o lançamento do livro *Comunistas Gaúchos*, de João Batista Marçal durante a 33ª Feira do Livro de Porto Alegre.

### **Considerações finais**

Não tenho dúvida de que quem pesquisa algo tende a olhar o objeto de estudo a partir de seu lugar de fala, marcadamente o seu contexto de classe social. Políticas inclusivas de reserva de vagas em instituições de ensino superior são relativamente recentes no Brasil. Nos estudos de rádio, como já afirmei em outra oportunidade (Ferraretto, 2020, p. 17), as emissoras autodefinidas como populares compõem uma “área quase nunca abordada”. Creio mesmo que, se fôssemos olhar a fundo a pesquisa a respeito do rádio durante a ditadura, apareceriam de forma hegemônica os estudos a respeito do radiojornalismo naquele período. Arrisco afirmar que a abordagem do rádio para as classes C, D e E vive de endeusamentos em uma perspectiva a apostar no que o meio poderia ser e em demonizações a respeito do que as emissoras são. Não é diferente na parte do mercado dominada por jornalistas, na qual a expressão marca-diabo parece ser corriqueiramente usada a demarcar o que seria ruim em relação a um papel mais importante atribuído ao acompanhamento dos fatos por vieses informativo, interpretativo, opinativo e de serviços. Recuperar, portanto, a trajetória de João Batista Marçal, com seus erros e acertos, é, portanto, também, recuperar parte da história do rádio

comercial voltado às parcelas menos abastadas da população.

Considero, inclusive, que o engajamento demonstrado por esse jornalista e radialista, em sua atuação nas rádios da Grande Porto Alegre, justifica-se pelo contexto ditatorial e é, portanto, lícito. Frente ao autoritarismo, sua arma foi o microfone, valendo, creio, para esse profissional o mesmo respeito por ele demonstrado em relação aos que, certos ou errados, se levantaram de forma até violenta contra o regime militar:

Ninguém pode dizer que não temeu a ditadura, né? Ela foi muito perversa. Ela destruiu uma geração inteira, né? Ela marcou essa geração que tá aí. Ela matou, torturou, saqueou, violentou, fez misérias aí. Aqueles que pegaram em armas merecem, todos eles, o meu respeito por isso. Tiveram a dignidade de se levantar quando a ordem era acovardar, era covardia geral... (Marçal [...], 2004, 6 min 48 seg).

Creio ter demonstrado, aqui, que esse profissional optou pela dignidade para se levantar quando a ordem era se acovardar, diferenciando-se em meio aos conteúdos assistencialistas, de entretenimento, policialescos e sensacionalistas do rádio autodeclarado como popular. Saliento que os indícios existentes apontam para a possibilidade de que algumas manifestações de Marçal, se usadas na atualidade, se aproximassem da calúnia, da difamação e da injúria, como no caso da expressão “pé-de-porco”. Recordo, no entanto, que o deboche é arma historicamente usada pelos oprimidos contra seus opressores. Não seria adequado sob a vigência do Estado democrático de direito, embora sempre se possa questionar o alcance desse em um país subdesenvolvido, onde, vez ou outra, surgem vozes a defender a volta ao passado em uma absurda idealização do governo dos generais de 1964 a 1985.

Talvez as suas manifestações até afrontassem o que se convencionou, mais notadamente neste século, como adequado ou até o assim chamado politicamente correto. Como destaquei no início desta reflexão, João Batista Marçal era um homem do seu tempo. Algumas de suas atitudes e alguns dos seus exageros verbais talvez também fossem. Espero, no entanto, que as razões para muitas de suas manifestações – ora agressivas, ora debochadas, sempre contundentes e sem papas na língua – daquela época de arbítrio não se

façam mais necessárias nos tortos caminhos da vida nacional.

## Referências

ACERVO João Batista Marçal. **Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, [s.d.] Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nph/acervo-joao-batista-marcal>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES, Luiz Roberto. Comunicação e cultura popular: as prosopopeias na rua, no meio do redemoinho. *In*: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 118-145.

ARAÚJO, Paulo Cesar. **Eu não sou cachorro, não**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

AOS GRITOS, Marçal defende os humildes. E toca Violeta Parra. **Cadernos de Jornalismo**, Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 30-31, 1977b.

AS DESVENTURAS de um radialista a cavalo. **Três por Quatro**, Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nov. 1981. p. 4-7.

CARNEIRO, Luiz Carlos; PENNA, Rejane. **Porto Alegre, de aldeia a metrópole**. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira/ Oficina da História, 1992.

DA VIRGINDADE aos dentes limpos. Vale tudo no marca-diabo. **Cadernos de Jornalismo**, Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 28-30, 1977a.

DUARTE, Rosina. João Batista Marçal, o nome da resistência. **Versão dos Jornalistas**, Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul, jun. 1991. p. 5.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul**: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20. Canoas: Editora da Ulbra, 2007.

FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Eptic – Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação**, Aracaju: Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, v. 14, n. 2, maio-ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/418/332>.

FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio no Brasil: histórias a serem contadas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da

Universidade Federal de Santa Catarina, v. 17, n. 2, 2020, p. 11-21. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/67961/44858>.

FISCHER, Luis Augusto. **Dicionário de porto-alegrês**. 5.ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1999.

IMPrensa perde João Batista Marçal. **Coletiva**, Porto Alegre, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://www.coletiva.net/jornalismo/imprensa-perde-joao-batista-marcal,263479.jhtml>. Acesso em: 10 jul. 2024.

INCISA, Ludovico. Populismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. 10.ed. Brasília: Editora UnB, 1997. v.2, p. 980-6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século 20**. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2004.

JOÃO Batista Marçal. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24-25 fev. 2018. p. 34.

MARÇAL, João Batista. **[Entrevista]**. Depoimento a: Luiz Artur Ferraretto. Porto Alegre, 9 maio 2003. 2 cassetes.

MARÇAL – Polícia, povão... e revolução. Produção de Marcus Reis e Giliane Greff. Imagens e edição de Daniel Fernandes. Canoas: Centro de Produção Audiovisual da Universidade Luterana do Brasil, 2004. Duração: 10 min. 34 seg. Disponível em: <https://youtu.be/IUQ160FsU-0>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MEDITSCH, Eduardo. Fatiando o público: o rádio na vanguarda da segmentação da audiência. **Verso & Reverso**, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ano 16, n. 35, p. 55-60, jul.-dez. 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Brasil: alternativa popular, comunicação e movimentos sociais. *In*: GRIMBERG, Máximo Simpson (Org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 37-50.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. 12ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010.

O FIM do programa com demissão e visita à polícia. **Cadernos de Jornalismo**, Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 31-32, 1977c.

OBITUÁRIO. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24-25 fev. 2018. p. 34.

OXFAM BRASIL. **Democracia inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo, 2021.

PORTO ALEGRE (RS). Ministério do Exército – III Exército. **Informe n. 740 M35 E2/79**. Registro em: 21 dez. 1979. Arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas em: 30 maio 2018. Fundo: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_79001007\_d0001de0001.pdf.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. **Informe n. 41-3278/79**. Registro em: 6 nov. 1979. Arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas em: 30 maio 2018. Fundo: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_83006705\_d0001de0001.pdf.

PORTO ALEGRE (RS). Serviço de Informações do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça. **Informe n. 054/11/85-S1/SR/DPF/RS**. Registro em: 17 abr. 1985. Arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas em: 30 maio 2018. Fundo: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_83006705\_d0001de0001.pdf.

PORTO ALEGRE (RS). Serviço Nacional de Informações. **Informação n. 020/16/APA/83**. Registro em: 4 nov. 1983. Arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas em: 30 maio 2018. Fundo: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_83007428\_d0001de0001.pdf.

PORTO ALEGRE (RS). Serviço Nacional de Informações. **Documento RR1/00142/120/B3A/87/01**. Registro em: 16 nov. 1987. Arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas em: 30 maio 2018. Fundo: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_87015383\_d0001de0001.pdf.

SCHUDSON, Michael. Enfoques históricos a los estudios de la comunicación. In: Jensen, Klaus Bruhn, JANKOWSKI, Nicholas W. (Ed.). **Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas**. Barcelona: Bosch, 1993. p. 211-228.

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mercado brasileiro de comunicação**. 3.ed. Brasília, 1983.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

## Censura e repressão nas ondas do rádio no interior do Rio Grande do Sul

*Censorship and repression on the airwaves in the interior of Rio Grande do Sul*

*Censura y represión en las ondas en el interior de Rio Grande do Sul*

Marli Vitali, Rafaela Clezar

### Resumo

A ditadura militar instaurou um período de censura e repressão à arte, cultura e meios de comunicação de forma explícita. Este artigo tem como objetivo apurar dados históricos sobre a censura e repressão na Rádio Maristela de Torres (RS) durante o regime militar na década de 1960. Os depoimentos orais possibilitaram uma análise sobre a forma como a emissora de rádio vivenciou a ditadura nessa década. A metodologia utilizada embasou o estudo de caso apontando de que maneira a censura atingiu a emissora de Rádio AM do interior do Rio Grande do Sul com base nos autores Prado (2012), Ferraretto (2001) e Assunção (2004). Fatos desconhecidos até então, como a pressão sobre os apresentadores dos Programas do Sindicato e Música e Oração, foram identificados ao longo da pesquisa.

**Palavras-chave:** Censura no Rádio; Rádio; ditadura militar no Brasil.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 14/08/2024 aceito em: 10/10/2024.

### >> Como citar este texto:

VITALI, Marli; CLEZAR, Rafaela. Censura e repressão nas ondas do rádio no interior do Rio Grande do Sul. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 32-60, mai./ago. 2024.

### Sobre as autoras

Marli Vitali  
[marli.vitali@satc.edu.br](mailto:marli.vitali@satc.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0009-0722-9733>

Doutora em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Coordena o curso de Jornalismo do Centro Universitário Satc (UniSatc), onde leciona nas disciplinas de Teorias do Jornalismo, Técnicas de Reportagem em Entrevista e Projetos Integradores.

Rafaela Clezar  
[rafaelaclezar@hotmail.com](mailto:rafaelaclezar@hotmail.com)  
<https://orcid.org/0009-0003-1493-3725>

Radialista e Jornalista formada pelo Centro Universitário Satc (Unisatc). Atua como jornalista na Rádio Viva FM. Tem Licenciatura em Letras (português, literatura e inglês).

### **Abstract**

The military dictatorship established a period of censorship and repression of art, culture and media explicitly. This article specifically discussed censorship and repression in Radio Maristela Torres (RS) during the military regime in the 60. Oral statements made possible an analysis calculated on the shape in the radio station experienced the dictatorship in the air. The methodology used supported the case study, pointing out how censorship affected the AM Radio station in the interior of Rio Grande do Sul based on the authors Prado (2012), Ferraretto (2001) and Assunção (2004). Unknown facts until then, such as the pressure on the presenters of the Union and Music and Prayer Programs, were identified throughout the research.

**Keywords:** Censure on the Radio; Radio; military dictatorship in Brazil.

### **Resumen**

La dictadura militar introdujo un período de censura y represión explícita del arte, la cultura y los medios de comunicación. Este artículo tiene como objetivo investigar datos históricos sobre la censura y la represión en Rádio Maristela de Torres (RS) durante el régimen militar de los años 1960. Los testimonios orales permitieron analizar cómo la emisora vivió la dictadura en esa década. La metodología utilizada sustentó el estudio de caso, señalando cómo la censura afectó a la emisora AM Radio del interior de Rio Grande do Sul con base en los autores Prado (2012), Ferraretto (2001) y Assunção (2004). A lo largo de la investigación se identificaron hechos desconocidos hasta entonces, como la presión a los presentadores de los Programas Unión y Música y Oración.

**Palabras clave:** Censura en la Radio; Radio; dictadura militar en Brasil.

## **Introdução**

O período da ditadura militar iniciado na década de 1960 trouxe consigo a repressão através da censura, principalmente aos meios de comunicação, especificamente o rádio, concessão pública alvo constante dos censores. O presente artigo pretende discutir o seguinte problema: Como a Rádio Maristela

viveu a censura durante a ditadura militar? O objetivo geral é analisar a presença da censura na época da ditadura militar na Rádio Maristela AM de Torres, cidade localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul. A problemática da pesquisa abrange os objetivos específicos: identificar quais programas foram censurados na rádio; relatar situações vivenciadas pelos locutores da época; citar expressões, termos ou músicas censuradas.

Neste artigo consta um breve histórico do Rádio no Brasil, a inserção do veículo no Estado do Rio Grande do Sul e sua influência política, religiosa e social. Resumidamente foi relatada a história do Regime Militar e suas três fases. De forma sucinta fica retratada a presença da censura no rádio gaúcho, especificamente na Rádio Maristela. Ainda será especificado o que foi censurado na Rádio Maristela, bem como, serão relatadas situações vivenciadas pelos locutores entre a década de 60, 70 e 80.

Para o presente estudo foram realizadas entrevistas orais com cinco pessoas que atuaram na programação da Rádio Maristela no período pesquisado, Nilson Léo da Rocha Lumertz, Paulo Daitx, Padre Mariano Callegari, Ari Raupp Vieira, bem como o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Trabalhadoras Rurais de Torres em 2016 José Carlos de Matos.

A pesquisa bibliográfica é documental e estudo de caso, elaborada a partir de material já publicado, buscando nos livros e artigos propostas de estudo e discussão. De acordo com Rauen (2015, p. 169), “define-se o levantamento, a leitura, o fichamento, a análise e a interpretação de informações manuscritas, impressas ou digitalizadas”. Foram analisados documentos de absolvição de crimes contra a Lei de Segurança Nacional imputados ao Padre Mariano Callegari.

Três matérias do Jornal O Pioneiro postadas na internet também foram analisadas para embasar a questão da ditadura militar em Caxias do Sul. Isso foi necessário, porque na época a Rádio Maristela pertencia à Mitra Diocesana de Caxias do Sul e era dirigida pelo bispo dom Benedito Zorzi, personalidade envolvida com os trabalhadores rurais de Caxias do Sul e contrário à ditadura

militar. Para Cervo (2007, p. 62), “são investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”. O estudo de caso permite que se conheça e examine de maneira mais detalhada um indivíduo, grupo ou comunidade representativa em um universo delimitado.

### **Rádio no Brasil**

O rádio foi uma invenção do cientista e padre brasileiro Roberto Landell de Moura, em 1893. Polêmicas envolvem este feito. O cientista italiano Guglielmo Marconi teria patenteado o aparelho antes do padre gaúcho, pondo em dúvida a invenção de Landell. Fato este que, segundo Prado (2012), não se confirma:

Marconi conseguiu a transmissão de sinais telegráficos, sem fios, denominado radiotelegrafia. Já Landell foi o pioneiro na transmissão a distância, sem fios, da voz humana, por meio das ondas eletromagnéticas (PRADO, 2012, p. 27).

Inicialmente, tem-se como marco que o rádio no Brasil tem sua primeira transmissão em 1922, no discurso do presidente Epitácio Pessoa durante a exposição comemorativa do centenário da Independência no Rio de Janeiro. Conforme Moreira (1991, p. 15), “a mágica característica do rádio começava – ali – a fazer parte da história nacional”. Todavia, essas informações acima foram questionadas por pesquisadores do Rádio brasileiro durante o XII Encontro Nacional da História da Mídia, em Natal/RN. As pesquisas referendam o dia 6 de abril de 1919 como a data inicial da radiodifusão no país (VAZ FILHO, 2020). Os pesquisadores atribuem o pioneirismo à então Rádio Club de Pernambuco na transmissão sonora à distância – de um ponto de transmissão para vários pontos.

A primeira emissora brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquette Pinto, antropólogo, etnólogo e escritor, considerado o pioneiro do rádio no País, foi instalada em 1923. Segundo Martins (2005), em artigo publicado na internet, uma das famosas frases de Edgard Roquette Pinto,

faladas durante o programa “educação em massa”, merece ser citada aqui.

O rádio é a escola dos que não têm escola, é o jornal de quem não sabe ler, é o mestre de quem não pode ir à escola, é o divertimento gratuito do pobre, é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado, pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil (ROQUETE PINTO, *apud*, MARTINS, 2005, s. p).

Na década de 1930 o rádio se popularizou em vários estados brasileiros a partir de sua regulamentação em 1932. Conforme Ferraretto (2001, p. 111), “este importante veículo de comunicação está presente na Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo”.

Um marco nessa época foi o pronunciamento em cadeia nacional do presidente Getúlio Vargas, sobre o decreto do Estado Novo<sup>1</sup>, anunciando a criação do “Programa Nacional”, depois chamado “A hora do Brasil”, hoje denominado “A voz do Brasil”<sup>2</sup>. Em cada fase o programa tinha objetivos diferentes. Segundo Prado (2012, p. 99), “o Programa Nacional tinha por objetivo propagandear as realizações do governo federal. Sua obrigatoriedade veio em 1939, quando o país vivia a ditadura do Estado Novo e passou a se chamar A Hora do Brasil. O nome A Voz do Brasil só surgiu durante a ditadura militar”.

Na década de 1940 a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, estatizada pelo governo Getúlio Vargas, ganhou um modelo comercial e o rádio tornou-se mais

---

<sup>1</sup> Período autoritário iniciado no dia 10 de novembro de 1937 com um golpe liderado pelo próprio presidente Getúlio Vargas e apoiado, entre outros, pelo general Góes Monteiro. O Estado Novo tinha como objetivo principal combater o comunismo e neutralizar a atuação do governador gaúcho Flores da Cunha, considerado, por seu poder político e militar, um obstáculo ao continuísmo de Vargas e à consolidação de um Exército forte, unificado e impermeável à política. (Fonte: CPDOC Fundação Getúlio Vargas – disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>. Acesso em 13 de agosto de 2016).

<sup>2</sup> A Voz do Brasil é um noticiário radiofônico obrigatório criado em 22 de julho de 1935 durante o governo de Getúlio Vargas com o nome de “A Hora do Brasil”. O propósito do programa é de divulgar ações dos três poderes. A Voz do Brasil é o programa de rádio mais antigo do mundo. O programa foi criado por Armando Campos, amigo de infância de Getúlio Vargas, e passou a ser transmitido em 22 de julho de 1935 com o nome de Programa Nacional. Somente em 1962 passou a se chamar “A Voz do Brasil”. Atualmente, o programa é transmitido por mais de cinco mil rádios em todo o país. (Fonte: Observatório do direito à comunicação). Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/> Acesso em: 20 de agosto de 2016.

dinâmico com a criação das radionovelas e programas musicais. A primeira novela, “Em busca da felicidade”, foi lançada em 1942 (PRADO, 2012). Quase uma década depois, em 1950, a chegada do transistor, abolindo o uso de fios e tomadas, deu maior mobilidade para este veículo de comunicação, o que garantiu um maior número de ouvintes.

Vale relatar que, nessa época, houve a inserção de programas de educação pela Igreja Católica por meio das dioceses da Região Nordeste do país com o propósito de conscientizar a população para a importância da educação na formação do ser humano.

Outro fato relevante da década foi o início das experiências de educação à distância não formal, pela Igreja Católica, por meio de dioceses da Região Nordeste, que em 1961, tornou-se o Movimento de Educação de Base (MEB) e foi ampliado para as regiões Norte e Centro-Oeste (PRADO, 2012, p. 216).

O MEB, voltado principalmente ao trabalhador rural, tinha a preocupação social de mostrar ao homem do campo seus direitos enquanto cidadão e aprimorar a consciência crítica da realidade social em que ele estava inserido. “Depois de 1968, o MEB enfrentou restrições, por ser de caráter conscientizador e aparentar perigos ao sistema ditatorial da época, sendo obrigado a moderar a pedagogia libertadora” (PRADO, 2012, p. 216).

Em 1960 surgiram as rádios com frequência modulada (FM) no Brasil, depois de uma transmissão experimental na Rádio Imprensa no Rio de Janeiro. Mesmo assim, sua consolidação enquanto veículo de comunicação ocorreu em 1968, impulsionada pela produção de discos e a divulgação das músicas (VICENTE; DE MARCHI; GAMBARO, 2016).

Na década de 1970 surgiram as rádioscomunitárias, sem fins lucrativos e visando ao trabalho voluntário nas comunidades através de informações e serviços de utilidade pública. Segundo Prado (2012, p. 297), “o destaque da década de 1970 recai na consolidação das rádios comunitárias. Literalmente, um veículo para dar voz aos que não têm voz”. Sete anos depois, é publicado o Plano de Distribuição de canais educativos e comerciais em FM. Prado (2012) registra o número de reservas na época, 350 canais para operação de FMs

educativas. As rádios educativas, diferente das rádios comerciais, são concessões vinculadas à Universidades, Fundações ligadas a governos estaduais ou municipais ou mesmo diretamente a prefeituras, com o objetivo de servir a sociedade de forma democrática e cunho educativo.

O rádio se consolidou como um veículo de comunicação importante na vida dos brasileiros. Hoje, os números demonstram que isso segue muito forte. No que diz respeito ao perfil e comportamento dos ouvintes em relação ao rádio brasileiro, dados recentes de uma pesquisa realizada pela Kantar IBOPE Media em 2023, mostram que 80% da população ouve rádio no Brasil. De acordo com a pesquisa realizada em 13 regiões metropolitanas, 80% da população dessas cidades ouve rádio e o tempo médio de escuta é de 3h55 diários. Quando o assunto se estende a outros formatos de áudio, seja em streamings ou podcasts, o número sobe para 90% dos entrevistados. Mesmo com a criação de novas mídias (Ipad, Iphone, smatphone, MP3, MP4), o número de ouvintes é alto. Em algumas regiões, como em Belo Horizonte (MG) e na Grande Porto Alegre (RS), o consumo chega a 84% e tempo médio de mais de 3h50 por dia (ABERT, 2023).

### **Rádio no Rio Grande do Sul**

A história do rádio no Brasil deveria iniciar com o verdadeiro reconhecimento em 1893 do padre gaúcho Roberto Landell de Moura enquanto inventor deste meio de comunicação tão fundamental para a sociedade. A invenção do padre desencadeou o surgimento de muitas emissoras no país com o advento do aparelho. No estado do Rio Grande do Sul a primeira emissora de rádio surgiu na capital gaúcha.

Segundo Ferraretto (2001, s.p), a pioneira foi a Rádio Sociedade Rio-Grandense, fundada em Porto Alegre, no ano de 1924, por iniciativa do uruguaio Juan Ganzo Fernandez, proprietário da empresa de telefonia no estado, a Companhia Telefônica Rio-Grandense. A inauguração da emissora ocorreu no dia 7 de setembro de 1924. Dois anos depois, a rádio fechou as portas por

conta da concorrência com emissoras argentinas adaptadas aos modelos comerciais e por falta de contribuição dos sócios que a mantinham no ar com colaborações mensais.

Não se conhecia uma emissora com publicidade, por isso sequer foi levantada essa possibilidade. A rádio parou de transmitir porque as pessoas ouviam as rádios argentinas, mais equipadas e com grandes atrações (BICCA, apud FERRARETTO, 2001, s.p).

A segunda emissora foi inaugurada em 25 de agosto de 1925, a Rádio Pelotense, na cidade de Pelotas. Ela atuou até agosto de 2023 quando encerrou suas atividades<sup>3</sup>, totalizando 98 anos de produção radiofônica. Em fevereiro de 1927 foi fundada a Rádio Sociedade Gaúcha, atualmente Rádio Gaúcha, por um grupo de personalidades de Porto Alegre. A emissora foi instalada no centro de Porto Alegre, no sexto andar do edifício do Grande Hotel, um dos mais altos da Capital na década de 20 (MOURA, 2001).

No Litoral Norte do Rio Grande do Sul a primeira emissora foi a Rádio Osório, fundada em 28 de agosto de 1957, por Antônio Paula Benfica. A segunda foi a Rádio Maristela de Torres, objeto deste estudo, fundada em 31 de dezembro de 1957, pelo bispo da diocese de Caxias do Sul, dom Benedito Zorzi. Atualmente estão em atividade no Rio Grande do Sul 400 emissoras de rádio, sendo 329 FM e 71 AM que ainda não migraram para a faixa FM. A Rádio Maristela de Torres foi umas das primeiras emissoras a migrar na região do litoral norte gaúcho em 2016. (ANATEL, 2024).

## **A Rádio Maristela**

A Rádio Maristela é um projeto idealizado pela Igreja Católica, por este motivo, desempenha desde a sua fundação o seu objetivo maior: informar e

---

<sup>3</sup> Um dia triste para o rádio após encerramento das transmissões da emissora mais antiga do RS. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/leandro-staudt/noticia/2023/09/um-dia-triste-para-o-radio-apos-encerramento-das-transmissoes-da-emissora-mais-antiga-do-rs-clm0p2m4a000b011w296chp1v.html>. Acesso em 04. Ago. 2024.

evangelizar por meio do rádio. A emissora entrou em caráter experimental com o Slogan “A Voz da Comunidade”, em 31 de dezembro de 1957. Segundo o Livro Tombo da paróquia São Domingos de Torres (1918, p. 38), “a autorização oficial para a abertura foi publicada no Diário Oficial, no dia 13 de abril de 1957. O funcionamento de forma definitiva foi em 10 de fevereiro de 1958, tendo recebido o prefixo ZYU-74, operando na frequência 1.510 kHz”. No mesmo período, a Diocese de Caxias do Sul fundou a Rádio Miriam em Caxias do Sul. As duas faziam parte da mesma Diocese.

O estúdio (base) da emissora foi instalado em uma sala do hospital Nossa Senhora dos Navegantes. A programação, intercalada com músicas, notícias e utilidade pública, começava às 6 horas e terminava às 18 horas, com a oração da Ave Maria<sup>4</sup>.

Em 1974 a rádio teve a frequência alterada para 1.380 kHz. O nome da emissora tem um significado importante para a Igreja Católica. Conforme Zanandrea & Tissot (2007, p. 47), “Maristela vem do Latim e significa estrela do mar, uma alusão a Nossa Senhora dos Navegantes”.

O bispo dom Benedito Zorzi foi o responsável pela fundação da emissora, uma iniciativa da Diocese de Caxias do Sul. A Diocese de Caxias do Sul foi criada em 8 de setembro de 1934. Na época, a Rádio Maristela era o único veículo de comunicação de Torres entre as seis comunidades, hoje desmembradas da cidade (Três Forquilhas, Mampituba, Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Arroio do Sal e Três Cachoeiras). A emissora cobria os Vales do Mampituba, Rio Cardoso e Três Forquilhas<sup>5</sup>.

Em 1960, a Rádio Maristela foi transferida para uma casa atrás da igreja Santa Luzia. O primeiro diretor da emissora foi Nilton Nogueira, único médico da época na cidade. O primeiro locutor foi Catuno Paulo de Oliveira, já falecido. Antônio Rodrigues foi o segundo locutor da emissora, também já falecido.

---

<sup>4</sup> Antônio Luis Rodrigues Filho, locutor, em entrevista ao locutor e atual diretor da Rádio Maristela Leonir Alves em 14 de março de 2008.

<sup>5</sup> Conforme dados disponíveis no site <http://www.memoriallandelldemoura.com.br>. Acesso em 24 de março de 2016.

Antônio Luis Rodrigues Filho, natural de Torres, apresentou o “Clube do Ouvinte”, iniciou na Maristela em setembro de 1958 e permaneceu na emissora até 1963 (ZANANDREA E TISSOT, 2007).

Somente em 1970 a emissora foi transferida para a rua Borges de Medeiros, 401, no centro de Torres. Nessa época houve a doação do terreno para a construção do prédio, onde permaneceu até o dia 13 de março de 2016. No dia 14 de março do mesmo ano, foi inaugurado o novo prédio, localizado na rua Manoel José de Matos, 40, local onde na década de 1960 a rádio estava instalada (LIVRO TOMBO, 1918).

Em 2007 novas mudanças foram realizadas. A Rádio Maristela passou a pertencer à Diocese de Osório, tendo assim autonomia para mudar programações, tornando-se integrante da Rede Gaúcha através de satélite e recebendo autorização para entrar em cadeia com notícias da hora e jornadas esportivas. Também nesse mesmo período começou, com transmissão 24 horas por dia e pela internet. Em 2013 a Rádio começou a retransmitir as “Notícias da Hora”, da Rádio São Francisco de Caxias do Sul. Durante o verão dois locutores foram contratados para fazer boletins com informações factuais do que acontece na cidade e região. O Repórter Verão é feito todos os anos e retransmitido por 14 emissoras da serra gaúcha. Foram muitas as conquistas ao longo da sua história, mas as mais recentes e significativas foram a construção do novo prédio junto ao Centro de Pastoral e Salão Paroquial e a migração do AM para o FM em 2016, passando a ser ouvida no dial 106.1 FM. Atualmente o prefixo da emissora é ZYW - 726.

A Rádio Maristela vivenciou o período de ditadura militar, repressão e censura que envolveu a afetou veículos de comunicação no Brasil a partir de 1964 até a década de 1980. Nessa época ocorreram perseguições, controle de informações, interrogatórios, prisões, desaparecimentos, mortes e inquéritos policiais fizeram parte da vida de muitos profissionais do rádio.

## **Regime Militar e Censura**

O Regime Militar marcou o período comandado pelos militares no Brasil, após o golpe civil-militar articulado pelas Forças Armadas em 31 de março de 1964, contra o governo do presidente João Goulart. “A centralização militar do poder significou a transferência do poder político para o interior das Forças Armadas; o poder ficava, portanto, no aparelho militar do próprio Estado” (PAES, 2002, p. 58).

Conforme Assunção (2004, p. 19), “março de 1964 foi o começo de tudo”. A época (1964-1985) marcou a instauração de vários atos institucionais, entres eles a censura, a perseguição política e a repressão aos contrários ao regime militar.

Para identificar os principais atos institucionais, o período é dividido em três fases distintas da censura no Regime entre a década de 60 e 80, implantadas no país. Conforme Olivieri (2008), “a primeira se estendeu de 31 de março de 1964 à publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968”. Nessa fase, jornais de esquerda ou ligados a João Goulart foram depredados, invadidos ou interditados.

Pequenos jornais de esquerda ou ligados a Jango, como “Política”, “Folha da Semana” e “O Semanário”, foram depredados. O mesmo aconteceu com um dos grandes jornais da época, o “Última Hora”, por ser simpático ao presidente deposto. Já o “Correio da Manhã”, por denunciar os excessos dos militares, teve sua proprietária presa, além da sede invadida e interdita (OLIVIERI, 2008).

A segunda fase coincidiu com a publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, que institucionalizou o caráter ditatorial do regime e tornou a censura implacável até o início do governo Ernesto Geisel, em 1975. Segundo Olivieri (2008), a terceira fase amenizou a censura implantada nos governos Geisel e Figueiredo, período que compreendeu entre 1975 e 1985, e que deixou a censura mais branda, até que o regime democrático fosse restabelecido. O controle das informações dos meios de comunicação seguiu vigente até a Constituição de 1988, com o restabelecimento do regime democrático (OLIVIERI, 2008).

A primeira emissora de rádio a se opor aos militares durante a ditadura

foi a Rádio Marconi no Estado de São Paulo em 1964, fato este que lhe rendeu a prisão de um profissional, o radialista Orpheu Salles. A Rádio Marconi, criada em 1962, era conhecida como a rádio dos trabalhadores, e a partir de 1964 recebeu duras críticas por priorizar o jornalismo. E mesmo depois de parar com as críticas ao governo acabou fechando as portas.

Para controlar as proibições o governo criou órgãos responsáveis por interrogatórios e prisões em 1968. Conforme Assunção (2004, p. 22), “o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi revitalizado no regime. Em seguida ficou instituído o Departamento de Operações Internas, responsável pelos interrogatórios dos presos políticos”.

A censura também era exercida informalmente, por meio de telefonemas para os veículos de comunicação e comunicados por escrito (“bilhetinhos”) proibindo a publicação de determinados assuntos (OLIVIERI, 2008). Segundo o site Memórias da Ditadura Militar (2012), o regime militar além de ampliar a censura, baseava-se também na vigilância e repressão das organizações sociais, o intitulado trinômio vigilância-censura-repressão (MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR, 2012).

A censura foi um dos meios adotados pelo regime militar para evitar qualquer tipo de informação contrária ao governo. No Rio Grande do Sul, as rádios passavam pelo crivo dos censores, notícias e músicas deveriam ser avaliadas pelos programadores, locutores e operadores antes de serem colocadas no ar.

### **Censura no Rádio Gaúcho**

A censura foi uma das armas usadas pelos militares durante o Regime para o controle de informações. Segundo Santana (2006, p. 26), “a censura aos canais de informação e à produção cultural foi intensa, tudo era acompanhado muito de perto pelos censores do governo”. A Música Popular Brasileira (MPB), uma das produções culturais difundidas na época, era tida como uma ameaça para a população e o Estado. Conforme Santana (2006), entre os nomes da

época que tiveram suas músicas censuradas destacam-se Chico Buarque, Odair José, Os Mutantes, Os Incríveis, Dom & Ravel, Simonal, Roberto Carlos, Elis Regina, Caetano Veloso, Bethânia, Taiguara, Nara Leão e Raul Seixas.

A censura nas rádios do Rio Grande do Sul tornou-se evidente a partir de 1969 com a forte atuação do Departamento de Censura Federal em sintonia com órgãos repressivos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops).

Em Porto Alegre, em torno de 15 agentes vão trabalhar no Departamento de Censura Federal. Uma das atividades desenvolvidas é a escuta da programação das rádios. Os noticiários, em especial, recebem uma maior atenção dos censores. Com a legislação obrigando à gravação das transmissões, por ordem do governo, pode-se requisitar fitas, comprovando denúncias de desrespeito às regras em vigor (FERRARETTO, 2006).

Os comunicados da censura inicialmente chegavam em forma de ofício, logo depois por telex e por telefone. Os avisos identificavam de quem partia as determinações num primeiro momento, sendo adotado o anonimato com o passar dos dias.

Para agilizar o processo, dada a quantidade de proibições, utiliza-se o telex. Os textos, cada vez mais vagos para ampliar a possibilidade de autocensura, começam a adotar outras fórmulas sem identificação de origem – “Por ordem superior...”, “Por determinação superior...” ou “Fica proibido...” – e, com o tempo, são substituídos por rápidas ligações telefônicas (FERRARETTO, 2006).

A censura atingiu as radionovelas na Rádio Continental e alterou o horário de sua veiculação. Foi o caso da radionovela *Meu Pai, qual o caminho certo?*, última produção do gênero no Rio Grande do Sul. Com estreia marcada para 10 de maio de 1971, o drama seria transmitido às 13h20, mas a censura adiou o lançamento em uma semana e mudou o horário de transmissão para as 23h30.

Considerada pelo Departamento de Censura Federal muito forte para o horário vespertino, a novela tem de ser transferida às pressas para o fim de noite, sendo substituída, no início da tarde, pela bem menos polêmica *As Últimas Flores de Verão*, de Maria Monteiro Paneraí (FERRARETTO, 2006).

O roteiro do programa de humor e sua identidade original foram às pressas reescritos pelo redator em função de veto dirigido à redação, algumas palavras eram subversivas e consideradas ameaçadoras. O escritor Luis Fernando Veríssimo também foi alvo da censura. Suas crônicas lidas na Rádio Continental obrigaram o diretor da emissora Fernando Westphalen a comparecer à Polícia Federal para explicar o porquê da veiculação das crônicas, (FERRARETTO, 2006). O superintendente da PF no Rio Grande do Sul, coronel Luiz Macksen de Castro Rodrigues, censurou a veiculação:

Olha, o senhor tem de compreender, Chico Buarque de Hollanda e Luis Fernando Veríssimo são uns recalçados devido ao sucesso dos pais [referência ao historiador Sérgio Buarque de Hollanda e ao escritor Erico Veríssimo]. Então, fazem estas coisas agressivas, subversivas... Vocês não podem dar guarida a isto, porque isto não é arte (FERRARETTO, 2006).

O diretor da rádio Continental procurou rebater o momento de censura com astúcia.

Coronel, vamos combinar o seguinte: o senhor pode falar para mim de censura, de segurança, de guerra e eu aceito e respeito, mas não fale de arte e de música que isto, o senhor tenha paciência, eu sei que o senhor não sabe e está dando prova agora. Então, vamos deixar assim. Agora, veja bem, se deixarem, eu continuo tocando Chico e colocando os textos do Veríssimo no ar (FERRARETTO, 2006).

A Rádio Continental na década de 70 sofreu com as constantes censuras dos militares. As transmissões da emissora foram suspensas várias vezes pelos censores. Foi a rádio mais atacada pelo crivo dos órgãos de repressão (FERRARETTO, 2006).

## **Memória**

A memória guarda aquilo que fica registrado na vida individual, e de certa forma registra lugares, pessoas, momentos do passado ainda presentes. Durante as entrevistas realizadas para o presente trabalho percebeu-se a riqueza de cada história, detalhes que marcam e são trazidos à discussão. Bosi (2004, p. 51) afirma que “antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança vive em estado latente, potencial”. Isto significa revelar, quando

acionados pela consciência, os momentos guardados na mente.

O resgate do passado é uma reconstrução do que já foi vivido, um despertar do que continua vivo no subconsciente de certa forma. O passado sobrevive de lembranças. Cada ser humano guarda em seu espírito o que foi vivido em forma de imagens e lembranças (BOSI, 2004).

É necessário um testemunho deste resgate para que a história relatada seja confirmada e ganhe conteúdo próprio e testemunhal. Para Ricouer (2003, s. p), “o testemunho é, num sentido, uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa. Mas só há testemunho quando a narrativa de um acontecimento é publicitada: o indivíduo afirma a alguém que foi testemunha de alguma coisa que teve lugar”. A história pode, de certa forma, trazer à tona memórias dolorosas, fatos traumatizantes, segredos pessoais e coletivos.

Através de lembranças a memória recorda momentos únicos, situações vividas no passado e resgatadas no presente. É como se o passado fosse conservado por muito tempo e trazê-lo à tona requer cuidado. A lembrança tem data definida e embora não se perceba norteia os dias daqueles que relembram o passado. Para Candau (2012, p. 16), “a memória ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, para produzir uma trajetória de vida”. Cada um carrega consigo situações vividas ao longo dos dias e muitas delas os acompanham por anos, moldando a forma de ver o mundo.

A memória é a identidade do ser individual atuando. Recordações de traumas, tragédias, momentos conturbados deixam marcas físicas e mentais. A memória coletiva remete a traços de um amigo desaparecido, guarda vestígios a partir do que é salvo dele e dos depoimentos de quem os conheceu (BOSI, 2004). O resultado disso é o esquecimento daquilo que não se deseja relembrar. Identificar o que se precisa saber e como será indagado todo o processo da recuperação de momentos muitas vezes não registrados em livros somente é possível através de depoimento. Segundo Thompson (1998, p. 204), “a lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a

considerar o que significam os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes”.

Identificar o que não está sendo dito por palavras é o mais difícil em um depoimento oral. O depoimento oral é uma forma de resgate histórico. Retrata ensinamentos sobre o passado e a época em que o depoimento é produzido. É uma produção aprofundada de documentos e fontes (DELGADO, 2010). Um depoimento de história de vida requer uma sequência de entrevistas e a aceitação por parte do entrevistado, para que se possa iniciar um diálogo. Neste artigo as memórias são reconstruídas através de depoimentos orais de profissionais da Rádio Maristela. Nestes depoimentos é possível identificar momentos vividos durante a ditadura militar.

### **Uma emissora, muitas histórias**

Os dados coletados durante a pesquisa nortearam todo o processo de fundamentação teórica e embasaram a análise do tema proposto neste artigo. Entender o contexto histórico ajuda a compreender de que forma a Rádio Maristela viveu a censura durante a ditadura militar. Por meio de entrevistas com profissionais da Rádio Maristela na década de 1960 e 1970, Nilson Léo da Rocha Lumertz, Paulo Daitx, padre Mariano Callegari e Ari Raupp, foi possível entender como a emissora vivenciou a censura durante o período, a postura da mesma e quais os posicionamentos de cada entrevistado. Foi entrevistado também o atual representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Torres, José Carlos de Matos, e que até os dias atuais permanece com programa na emissora.

### **Rádio Maristela e o Regime**

Ao falar sobre o Regime Militar na Rádio Maristela é necessário contextualizar a época com a programação da emissora. Na década de 1960 a programação da rádio era voltada para serviços de utilidade pública, avisos

paroquiais e notícias da região. A emissora era o único meio de comunicação entre as comunidades pertencentes a Torres. A audiência foi se consolidando e foi necessário colocar agentes (pessoas comuns) em cada comunidade onde chegava o som do rádio. Essas pessoas eram responsáveis por trazer até a emissora as chamadas “dedicatórias”. Este vínculo entre a comunidade e a emissora era muito forte, os ouvintes identificavam-se com a proposta da rádio: evangelizar e informar (ALVES, 2009).

Durante a ditadura militar a emissora se manteve a favor do Regime Militar implantado, em função do presidente da emissora à época, o bispo dom Benedito Zorzi, temer represálias do Conservadorismo Católico, segundo o padre Mariano Callegari<sup>6</sup>. “A rádio era a favor, como as rádios de São Paulo e o bispo era a favor dos padres e nunca assumiu a postura de arcebispos que apoiavam a ditadura”. Em Caxias, dom Benedito criou o Centro de Orientação Missionário (COM) em 1969, em que o coordenador foi o padre Orestes Straglioto e o irmão Antônio Cechin (que depois, em Porto Alegre, foi preso e torturado). O COM orientou e articulou missionários de toda América Latina no período de 1970 a 2003 (PIONEIRO, 2013).

Em suas memórias, padre Mariano lembra que em Caxias do Sul o padre e professor Dalcy Ângelo Fontanive, para não ser torturado, morto ou degolado, precisou sair da cidade e casar com a filha de um general do Rio de Janeiro. Dalcy Ângelo Fontanive nasceu em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Foi bacharel em Filosofia (UCPel), graduado em Psicologia (PUC/RJ), Doutor em Psicologia da Educação (UFF/RJ), psicanalista e membro efetivo da Sociedade de Psicanálise da cidade do Rio de Janeiro (SPCRJ).

Fontanive deixou a cidade após perder o emprego em tempos de perseguição política. Contrário à intervenção militar e ao regime ditatorial, foi para o Rio de Janeiro em busca de novas perspectivas. Na época, era diretor da Faculdade de Filosofia de Caxias, criada em 1959 pela Mitra Diocesana. Ele foi preso em 18 de abril de 1964 (PIONEIRO, 2016). Cabe aqui referenciar estas

---

<sup>6</sup> Padre Mariano Callegari. Em entrevista à autora em 6 agosto de 2016.

memórias do padre Mariano como recordações de traumas, tragédias, momentos conturbados. A memória remete a traços de um amigo, guarda vestígios a partir do que é salvo dele e dos depoimentos de quem os conheceu (BOSI, 2004).

Entre 1964 e 1985 foram instaurados vários atos institucionais, entres eles a censura, perseguição política e repressão aos contrários ao regime militar. (ASSUNÇÃO, 2004). O locutor Nilson Léo da Rocha Lumertz iniciou na Rádio Maristela em dezembro de 1971, aos 16 anos. Ele lembra do pior momento do regime militar enfrentado enquanto era locutor.

Em 1972 os profissionais tinham que ter um extremo cuidado na hora de falar. Nada ia para o ar antes de passar pelo diretor da época Ênio Rosa e pelos programadores João Roberto Teixeira (já falecido) e Paulo Daitx. Eu lembro de duas músicas censuradas na época e proibidas no rádio, *Apesar de você*, do cantor Chico Buarque, e *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré<sup>7</sup>.

A censura aos canais de informação e à produção cultural foi intensa, tudo era acompanhado muito de perto pelos censores do governo (SANTANA, 2006). Locutores e programadores tinham de ter cuidado com a veiculação de algumas músicas deste gênero. O programador e locutor Paulo Daitx era um dos programadores da emissora em 1971, foi também alvo da vigilância dos censores. Em 1968, após a instalação do ato AI5, a censura na rádio Maristela era constante. “A programação começava com o locutor assumindo a responsabilidade do programa até o fim. O locutor era muito vigiado, ele tinha a programação encaixotada, não tinha improviso, era estabelecido o assunto, ele tinha que ser escrito e arquivado. Além disso toda a programação da emissora era gravada desde a abertura até o encerramento<sup>8</sup>”.

Este controle nas rádios do Rio Grande do Sul era feito através de rádio escuta por agentes do Departamento de Censura Federal (FERRARETTO, 2006). Paulo também apresentava o Programa “Clube dos Namorados” no período da

<sup>7</sup> Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2016 com o locutor da Rádio Maristela na década de 1971 Nilson Léo.

<sup>8</sup> Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2016 com o locutor e programador da Rádio Maristela na década de 1971 Paulo Daitx.

noite e anunciou que iria colocar no ar a música *Pra não dizer que não falei das flores*, sem consultar a lista de músicas proibidas. Embora não tivesse executado a canção, já que depois viu que a música constava na lista, o rádio escuta pegou a voz do locutor anunciando a música. No outro dia foi intimado a levar até a delegacia de Torres a fita de gravação onde estava o anúncio. Para dar um esclarecimento do fato, ele lembra que usou um dos programas para justificar porque anunciou a música e não a executou. Esta gravação foi entregue ao delegado da época. Este foi o primeiro programa censurado em função de veiculação de músicas consideradas proibidas pelo governo.

Mensalmente a emissora recebia do Dentel<sup>9</sup> (Departamento Nacional de Telecomunicações) uma lista com aproximadamente 100 músicas proibidas. Ali constava o título da canção, o intérprete e o autor. Na programação musical era necessário constar o autor e intérprete/cantor rodados nos programas. O programador enviava para o Dentel em Brasília tudo documentado.

Em 1969 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Torres entrou no ar com o “Programa do Sindicato”, que era realizado semanalmente às terças-feiras, das 13h às 13h30. O principal objetivo era levar aos trabalhadores rurais da cidade e região as informações sobre a entidade sindical. A apresentação era feita pelo presidente do Sindicato Adail Oliveira do Nascimento e pelo delegado sindical de Morrinhos do Sul, Ari Raupp Vieira<sup>10</sup>.

O Sindicato foi criado em 26 de abril de 1962, após assembleia realizada no Clube Atlântico Torrense. A sede foi instalada em Três Cachoeiras, mas havia uma delegacia e um delegado sindical em outras localidades. Somente em 1968 a sede foi transferida para Torres e instalada em uma sala junto ao Hospital Nossa Senhora dos Navegantes. Os principais objetivos do órgão sindical era organizar e conscientizar os agricultores (ADAMS FILHO, 2015/2016).

---

<sup>9</sup> Órgão fiscalizador executivo do Ministério das Comunicações, extinto com a criação do Ministério da Infraestrutura, em 1990, pelo Governo Collor. (NASCIMENTO, 2005) – Disponível em [http://www.sulradio.com.br/destaques/destaque\\_8053.asp](http://www.sulradio.com.br/destaques/destaque_8053.asp) - Acesso em 04 de setembro de 2016.

<sup>10</sup> Entrevista realizada no dia 26 de agosto de 2016 com o delegado sindical de Morrinhos do Sul na década de 1969 Ari Raupp Vieira.

Um fato, em uma reunião em Roça da Estância, em uma transmissão externa teria sido o estopim para a censura do programa e a cassação do presidente do sindicato. Um dos palestrantes teria admitido que “se preciso fosse o sindicato usaria a força para alcançar os seus objetivos”<sup>11</sup>. O palestrante, Silom Oliveira do Nascimento, era irmão do presidente do Sindicato e no calor do momento acabou falando esta frase.

Este fato chegou ao conhecimento de autoridades militares e foi instaurado um Inquérito Policial Militar em dezembro de 1969, tendo como consequência a cassação dos direitos políticos e sindicais do presidente da época, Adail Oliveira do Nascimento<sup>12</sup>. Foram solicitadas as gravações do programa que o sindicato apresentava na Rádio Maristela, para que o teor do que era colocado pelos apresentadores fosse verificado. Mesmo assim, após a saída dos apresentadores e intervenção militar em função de conteúdo considerado uma afronta ao regime militar, o programa seguiu no ar, sendo apresentado pelos presidentes, funcionários e delegados sindicais. Ele permanece no ar até hoje.

### **A dor de quem perdeu amigos**

Padre Mariano Callegari foi um dos profissionais da Rádio Maristela mais prejudicados pela censura. O programa que apresentava na emissora foi encerrado em função de perseguições. Callegari nasceu no dia 27 de abril de 1932 em Monte Bérico, município de Farroupilha, serra gaúcha. Foi ordenado padre em 1959 em Caxias do Sul. Durante 12 anos permaneceu como pároco da paróquia Senhor Bom Jesus da Roça da Estância, no município de Mampituba.

Aos 84 anos ele relembrou<sup>13</sup> os tempos da ditadura e as seguidas perseguições enquanto sacerdote e locutor. “Fui acusado de subversivo pelos

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Padre Mariano Callegari. Em entrevista realizada à autora em 6 agosto de 2016.

militares, até de comunista fui chamado”, desabafa o padre. O regime militar, reprimiu organizações sociais, espionava pessoas vistas como subversivas ou opositoras, baseando-se na Lei de Segurança Nacional (MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR, 2012).

Em 1969 entrou no ar o Programa “Música e Oração”, com duração de 30 minutos. Era apresentado diariamente de segunda a sexta-feira. Tinha a supervisão e apresentação dos padres Mariano Callegari e Roberto Pezzi, com a participação de jovens das comunidades rurais de Roça da Estância e Rio do Meio, ambas do município de Mampituba. O conteúdo do programa era livre, intercalado com músicas e informações da atuação de jovens trabalhadores rurais, bem como anúncio de reunião, análises da situação que as comunidades rurais viviam e conquistas destes grupos. Ele foi suspenso em dezembro de 1969 em função de perseguições pelos censores do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social).

Conforme padre Mariano, um dia após apresentar o programa, militares estavam no salão paroquial de Torres e perguntaram a ele quantos quilômetros teria de Torres a Roça da Estância, local onde o padre residia. Ele respondeu que exatamente não sabia e percebeu que estava sendo seguido no trajeto que fazia diariamente<sup>14</sup>. Segundo o padre, há dois casos de morte que envolvem jovens que participavam do programa. Um deles foi encontrado enforcado, já o outro foi assassinado e cortado em pedaços. O padre relata que o jovem morador do Rio do Meio, um dos locutores do programa, pediu que o religioso o confessasse em um domingo. Esse pedido teria sido designado pelo militar Doralicio da Silva, soldado destacado na Roça da Estância, que teria inclusive raspado a cabeça do jovem. Doralicio da Silva, conforme relatado pelo padre Mariano, foi quem entregou o documento de imputação de crimes para os padres, um dia após apresentação de uma das edições do programa na rádio.

Um dia eu estava lá na casa paroquial com as mulheres, nós tínhamos escola de corte, costura e artesanato. Chegou lá um dos meus líderes e disse: “padre eu quero me confessar. Confessar domingo. O soldado

---

<sup>14</sup> Padre Mariano Callegari. Entrevista já citada.

Doralicio da Silva me mandou aqui para me confessar”. “Ué”, eu disse, “o que que tem a ver soldado Doralicio da Silva. Mas em todo caso tu quer te confessar eu te confesso”. Ele morava no Rio do Meio. “Então o soldado te mandou aqui pra se confessar, e foi ele que te raspou a cabeça?” “Sim”. Ele era um dos meus locutores na rádio Maristela. Eu confessei e pronto, aí não se fala mais sobre o assunto. Aí vou dormir, lá pela meia-noite vieram me acordar. ‘Padre, padre o fulano de tal foi encontrado enforcado!’ Eu não me lembro nem do nome dele, mas está escrito no Livro Tombo, bastante declarado<sup>15</sup>.

No dia da celebração da missa de corpo presente, prefeitos de Torres, Praia Grande, São Francisco de Paula e outras cidades estiveram na igreja acompanhando o sermão do padre que não se conformava com a morte do jovem.

Eu celebrei a missa e comecei a desconfiar. Eu falei, eu disse, eu como padre a minha obrigação é fazer um enterro bem feito, bonito, eu disse perante todo mundo, agora o resto não é comigo, é com a Justiça, é com o destacamento da polícia aqui perto<sup>16</sup>.

Quase cinco décadas depois dos fatos, o religioso ainda recorda com precisão os fatos que vivenciou, trazendo pontos que considera relevantes para a discussão do período de ditadura. São essas memórias que mantêm ativa a mente do padre Mariano, sempre que o assunto envolve o regime militar.

Outra história que ele destaca é do jovem Dorvaci Pereira Lentz, também locutor do programa de rádio. Um dia, Dorvaci o procurou na paróquia para se despedir. Ia procurar trabalho em Caxias do Sul. Um tempo depois em frente a paróquia estava uma Kombi preta de Caxias do Sul trazendo o caixão do jovem. Como orientação o caixão não poderia ser aberto. Inconformados com a morte, parentes abriram o caixão e encontraram o corpo do jovem em pedaços. “Nós abrimos o caixão. Fui lá ver, estava ele em pedaços dentro do caixão. Ele foi cortado em pedaços”<sup>17</sup>.

Padre Mariano relata ainda que no ano de 1969, época do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, foi perseguido pelos representantes do DOPS, durante seus sermões na paróquia Senhor Bom Jesus da Roça da

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> idem.

<sup>17</sup> Idem.

Estância, do município de Mampituba. “Fui perseguido, mas tenho orgulho de ter lutado contra a ditadura. Sempre fui a favor dos humildes. Sou um dos poucos padres incluídos no livro *Brasil Nunca Mais*”. O que não está sendo dito por palavras pode ser observado nas entrelinhas do enunciado da frase (THOMPSON, 1998).

O número de processos contra pessoas no Rio Grande do Sul chegou a 40 no período de 1964 a 1975<sup>18</sup>. Centenas de desaparecidos, perseguições e mortes sob tortura marcaram este período no Brasil. Foram 7.367 pessoas alcançadas pela repressão de 1964 a 1979. Aproximadamente mil morreram ou desapareceram (ASSUNÇÃO, 2004).

A atuação de padre Mariano na colaboração para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Torres, na organização da Juventude Agrária Católica (JAC) e sua luta social para que as terras das famílias de Mampituba fossem regularizadas serviram para que ele fosse enquadrado nos artigos 16 e 45, item 1, da Lei de Segurança Nacional, acusado de comunista e subversivo. O religioso foi julgado e absolvido dos crimes pelo Tribunal Militar em Porto Alegre<sup>19</sup>. Trecho do documento de absolvição anexado aqui (Imagem 1) traz dados sobre viagens de Mariano que eram monitoradas pelos militares.

---

<sup>18</sup> Brasil Nunca Mais Virtual, 2013- Disponível em <http://bnmdigital.mpf.mp.br> - Acesso em 21 ago 2016.

<sup>19</sup> Conforme cópia do documento de absolvição, apelação número 38 875 do Rio Grande do Sul, assinado em 29 de outubro de 1971, pelo Procurador da 1ª Categoria da Justiça Militar Raymundo Leonam de Almeida Nobre.

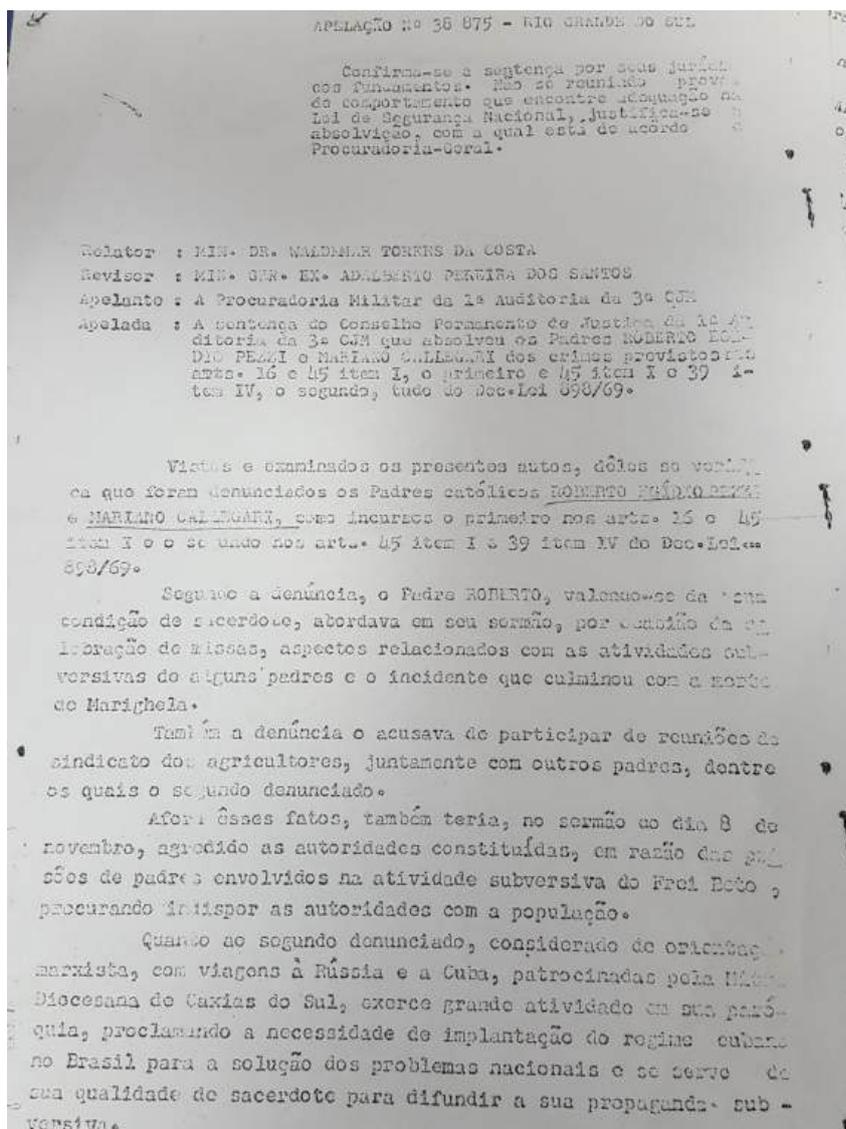


Imagem 1 – Documento de absolvição de crimes contra a Lei de Segurança nacional.  
Fonte: Acervo Pessoal padre Mariano Calegari.

Ainda no teor do documento consta a “acusação de participar de reuniões de sindicatos de agricultores e de se cercar de elementos de grupos dos 11<sup>20</sup>, pregando, ao púlpito, a subversão da ordem política e social”.

Segundo o documento de absolvição, somente dois anos após a condenação, em 29 de outubro de 1971, julgados pela auditoria de guerra em

<sup>20</sup>O movimento grupo dos onze surgiu no Brasil em outubro de 1963, sob o comando de Leonel de Moura Brizola. O principal objetivo deste movimento era evitar um golpe militar. DOCUMENTOS REVELADOS, 2013 - Disponível em <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/grupo-dos-onze-companheiros-movimento-liderado-por-brizola-para-barrar-o-golpe-e-avancar-com-as-reformas-parte-3/> - Acesso em 26 ago 2016.

Porto Alegre e pelo Superior Tribunal, no Rio de Janeiro, os padres Marino Callegari e Roberto Pezzi foram absolvidos por unanimidade de pena que poderia variar de dez a 30 anos de prisão, dependendo da interpretação dos órgãos julgadores.

A tortura psicológica sofrida na época acompanhou padre Mariano até seus últimos dias e esteve presente durante sua conversa. “Você deve ver as palavras que eu digo (voz embargada), sofro ainda hoje as consequências daquilo tudo, me deixou meio *tan*”<sup>21</sup>. Ele foi assistido por psicólogos e embora tenha sido mais uma vítima da ditadura nunca foi indenizado, mesmo tendo sido absolvido dos crimes que lhe foram imputados.

### **Considerações finais**

Durante este artigo fica evidente as discussões sobre a forma como a censura afetou a Rádio Maristela. Embora de maneira velada, a emissora não se manteve contrária ao regime da época. Em função de temer represálias por parte da Igreja Católica, o presidente da emissora na época, bispo Dom Benedito Zorzi, mostrou-se neutro à ação dos censores na programação diária da rádio. Três programas foram alvos de censura e repressão: “Clube dos Namorados”, “Programa do Sindicato” e “Música e Oração”. Músicas e conteúdos foram inspecionados pelos órgãos do governo.

Gravações foram solicitadas para a comprovação de expressões usadas consideradas inadequadas, músicas proibidas não poderiam nem sequer ser mencionadas pelos locutores. Houve ainda o afastamento de profissionais considerados “subversivos” e “comunistas”, processos foram instaurados e programas foram encerrados em função de perseguições e inquéritos policiais.

O locutor Nilson Léo da Rocha Lumertz, um dos entrevistados neste artigo, relatou que em 1972 não havia improvisado e o que iria para o ar passava antes pelo diretor da época Ênio Rosa e pelos programadores João Roberto

---

<sup>21</sup> Padre Mariano Callegari. Entrevista citada.

Teixeira (já falecido) e Paulo Daitx. O programador e locutor Paulo Daitx, foi também alvo da vigilância dos censores. Segundo depoimento a esta autora, a programação começava com o locutor assumindo a responsabilidade do programa até o fim. Era estabelecido o assunto, ele tinha que ser escrito e arquivado.

Líder sindical à época, Ari Raupp, um dos apresentadores do “Programa do Sindicato”, também viveu momentos de censura no ar. Uma frase dita em um ato do sindicato e transmitida na emissora, fez com que eles fossem chamados para dar explicações. Foi instaurado um Inquérito Policial Militar em dezembro de 1969, tendo como consequência a cassação dos direitos políticos e sindicais do presidente do sindicato. As gravações foram solicitadas pelos militares e isso pesou contra Raupp e o programa, que foi retirado do ar.

Mas, os casos mais complexos foram os relatados pelo padre Mariano Callegari, que vivenciou situações enquanto atuava como apresentador na emissora. Ele foi acusado de comunista, subversivo e de participar do grupo dos onze. Seu programa contava com a participação do Padre Roberto Pezzi e jovens agricultores da comunidade de Roça da Estância e Rio do Meio, pertencentes ao município de Mampituba.

O programa foi encerrado após duas mortes de dois jovens que participavam do mesmo. Segundo o padre um foi degolado e o outro jovem cortado em pedaços. Detalhes das mortes e nomes dos jovens conforme depoimento do padre estavam escritas no Livro Tombo da paróquia Senhor Bom Jesus da Roça da Estância. Importante ressaltar que a pesquisadora foi em busca do referido livro para obter mais informações, mas o mesmo não foi localizado em nenhum dos locais onde poderia estar. Conforme informações do pároco de Morrinhos do Sul, Rodrigo Shüller, não há até o momento uma explicação para o desaparecimento deste livro tão importante para a Igreja Católica.

Estas mortes citadas pelo padre Mariano Callegari, embora ele não tenha lembrado dos nomes ou não quisesse fazer isso, podem ser o instrumento de

pesquisa para estudos futuros que queiram aprofundar o tema. Não há até o momento nenhuma publicação, seja em livros, revistas ou informativos, acerca destas mortes não contabilizadas como morte por tortura em função da ditadura militar. São situações que não foram esclarecidas e seguem como algo sem solução até o momento.

## Referências

ABERT – Assessoria de Comunicação, 2013. Disponível em <https://www.abert.org.br/site/imprensa/noticias/80-da-populacao-ouve-radio-no-brasil-aponta-inside-audio-2023> Acesso em 13 ago 2024.

ANATEL – Assessoria de Comunicação, 2024. Disponível em <https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp>

ADAMS FILHO, Nelson. **História Torres Aspectos** – VOL. II. Torres: Gráfica São José, 2015/2016.

ALVES, Leonir. **Análise de aspectos da linguagem radiofônica no programa Bom Dia Litoral**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão. 2009. <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp154491.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ASSUNÇÃO, Fernando Luiz. **Assassinados pela Ditadura Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Memórias dos Velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

BRASIL NUNCA MAIS VIRTUAL, 2013 – Disponível em <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/> - Acesso em 21 ago 2016.

CANAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CENSURA NO PERÍODO DA DITADURA. Miriam Ilza Santana, 2006. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/censura-no-periodo-da-ditadura/> . Acesso em: 12 ago. 2016.

CERVO, Amado Luiz. Bervian, Pedro Alcino. Silva, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CPDOC – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA

CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Fundação Getúlio Vargas, 1997. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao> - Acesso em 19 ago 2016.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Golpe de 1964: do humor à censura.** 2006. Disponível em <http://www.radionors.jor.br/2014/03/golpede-1964-do-humor-censura-2006-luiz.html> - Acesso em 13 maio 2016.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Uma história do rádio no Rio Grande do Sul.** 2006. Disponível em <http://www.radionors.jor.br/2014/03/golpede-1964-do-humor-censura-2006-luiz.html> - Acesso em 16 mai 2016.

**LIVRO TOMBO (1918)** – paróquia São Domingos de Torres – Acesso em: 24 mar. 2016.

MARTINS, Mara Lúcia. **Roquette Pinto: o precursor da educação no rádio.** Artigo publicado em 2005 Disponível em [http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0069\\_06.html](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0069_06.html) - Acesso em: 22 mar.

**MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR** – Projeto do Instituto Herzog, 2012 Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto/> - Acesso em: 16 maio. 2016.

**MEMORIAL LANDELL DE MOURA** – informações atualizadas em 2008, Disponível em <http://www.memoriallandelldemoura.com.br>. Acesso em: 19 mar. 2016.

MOREIRA, Virginia Sonia. **O Rádio no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1991.

MOURA, Berenice; MACHADO, Cláudia. **Memórias da comunicação: encontros da ALCAR RS.** 2. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

NASCIMENTO, Sérgio. DENTEL – DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2005. Disponível em [http://www.sulradio.com.br/destaques/destaque\\_8053.asp](http://www.sulradio.com.br/destaques/destaque_8053.asp) - Acesso em 04 set 2016.

OLIVIERI, Antônio Carlos. **O regime militar e a liberdade de expressão.** 2008. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/censura-ditadura-militar.jhtm>. Acesso em: 16 mai. 2016.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

PALMAR, Aluizio. **Documentos revelados.** 2013. Disponível em <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/grupo-dos-onze-companheiros-movimento-liderado-por-brizola-para-barrar-o-golpe-e-avancar-com-as-reformas-parte-3/> - Acesso em 26 ago 2016.

PIONEIRO, 2013. **Diocese de Caxias do Sul abrigou Centro de Orientação Missionária com participantes da América latina durante Ditadura Militar.** Junior, Porthus

PIONEIRO, 2014. **50 Anos do Golpe Militar.** Pozza, Rosilene

PIONEIRO, 2016. **Bento-gonçalvense Dalcy Angelo Fontanive reflete sobre educação, liberdade, religião e filosofia** . Agência RBS

PRADO, Magaly. **História do rádio no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Editora Da Boa Prosa, 2012.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de Iniciação Científica: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação.** Palhoça: Ed. Unisul,

2015.

RICOUER, Paul. **Memória, História, Esquecimento**. 2003. Disponível em [http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia) - Acesso em: 07. Set. 2016.

SILVEIRA, Wilson. **Observatório do Direito à Comunicação**. 2010. Disponível em <http://www.intervezes.org.br/direitoacomunicacao/?p=24859> – Acesso em: 20. Ago. 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed, 1998.

VAZ FILHO, Pedro Serico. **Luiz Maranhão Filho – um ícone do rádio brasileiro**. Revista ALTERJOR. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 10 Volume 02 Edição 22 Julho-Dezembro de 2020.

VICENTE, Eduardo; DE MARCHI, Leonardo; GAMBARO, Daniel. O rádio musical no Brasil: elementos para um debate. In: ZUCULOTO, Valci; LOPEZ, Debora; KISCHINHEVSKI, Marcelo (org.). **Estudos Radiofônicos no Brasil – 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom**. São Paulo: Intercom, 2016.

ZANANDREA, Fabiana & TISSOT Ramon Victor. **Rádio Miriam 50 anos comunicando vida**. Caxias do Sul: UCS, 2007.

## Entrevistas orais

CALLEGARI, Mariano. Padre/locutor. Mampituba, gravação em áudio e vídeo em 6 agosto de 2016.

LUMERTZ, Nilson Léo da Rocha. Torres, gravação em áudio em 24 de agosto de 2016.

DAITX, Paulo. Torres, gravação em áudio em 24 de agosto de

VIEIRA, Ari Raupp. Torres, gravação em áudio em 26 de agosto de 2016.

MATOS, José Carlos de. Torres, gravação em áudio em 26 de agosto de 2016.

## A Rádio Jornal do Brasil no contexto do golpe civil-militar de 1964

*Rádio Jornal do Brasil in the context of the 1964 civil-military coup*

*Rádio Jornal do Brasil en el contexto del golpe cívico-militar de 1964*

Pedro Serico Vaz Filho

### Resumo

O presente artigo rememora fatos ocorridos no Brasil na ocasião do golpe civil-militar de 1964, que instaurou a ditadura militar no país, vigente até 1985. A delimitação apresenta o contexto da Rádio Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, que sofreu uma invasão em 31 de março de 1964, data da deflagração do mencionado golpe. Convém destacar que o episódio foi uma ação violenta causada por grupos legalistas de apoio ao então presidente João Goulart. No mesmo contexto, revelamos ataques sofridos por outras emissoras de radiodifusão por parte de sublevados do comando militar que ocupou o poder naquela ocasião. Dessa forma, este estudo enfatiza a força do rádio como meio temido e também valorizado por integrantes de domínio, ainda que em denominações políticas opostas.

**Palavras-chave:** Golpe civil-militar de 1964; Ditadura militar; Rádio Jornal do Brasil; Poder do rádio.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 05/08/2024 aceito em: 10/10/2024.

### >> Como citar este texto:

VAZ FILHO, Pedro Serico. A Rádio Jornal do Brasil no contexto do golpe civil-militar de 1964. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 61-74, mai./ago. 2024.

### Sobre o autor

Pedro Serico Vaz Filho  
[pedrovaz@uol.com.br](mailto:pedrovaz@uol.com.br)

Pós-doutor pela Universidade de São Paulo; Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo; Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero; Pós-graduado em Teoria e Técnicas da Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero; e Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo, pela FIAM (Faculdades Integradas Alcântara Machado). Atua na Fundação Cásper Líbero.

### **Abstract**

This article rescues facts that occurred in Brazil during the civil-military coup of 1964, which established the military dictatorship in the country, in force until 1985. The delimitation presents the context of Rádio Jornal do Brasil, in Rio de Janeiro, which suffered an invasion on March 31, 1964, the date of the aforementioned coup. It is worth highlighting that the invasion was a violent action caused by legalist groups supporting then president João Goulart. In the same context, we reveal the attacks suffered by other radio stations by members of the military command that occupied power at that time. In this way, this study emphasizes the strength of radio as a medium that is both feared and valued by members of the ruling parties, even though they were of opposing political persuasions.

**Keywords:** Civil-military coup of 1964; Military dictatorship; Rádio Jornal do Brasil; Power of radio.

### **Resumen**

Este artículo rescata hechos ocurridos en Brasil durante el golpe cívico-militar de 1964, que instauró la dictadura militar en el país, vigente hasta 1985. La delimitación presenta el contexto de Rádio Jornal do Brasil, en Rio de Janeiro, que sufrió una invasión en 31 de marzo de 1964, fecha del citado golpe de Estado. Cabe destacar que el episodio fue una acción violenta provocada por grupos legalistas que apoyaban el entonces presidente João Goulart. En el mismo contexto, revelamos los ataques sufridos por otras emisoras por parte de insurgentes del comando militar que detentaba el poder en ese momento. De este modo, este estudio enfatiza la fuerza de la radio como medio temido y al mismo tiempo valorado por los miembros del dominio, aunque en denominaciones políticas opuestas.

**Palabras clave:** Golpe cívico-militar de 1964; Dictadura militar; Rádio Jornal do Brasil; El poder de la radio.

## **Introdução**

Em 2024 registram-se os 60 anos do golpe civil-militar, que instaurou a ditadura militar no Brasil, a qual foi mantida até 1985. Independentemente da efeméride, é fundamental reconstituir o citado período pois “[...] ainda há reflexões importantes a fazer em relação àquele episódio, que até hoje não foi

superado pela sociedade brasileira”<sup>1</sup>. As repercussões da ascensão dos militares ao poder começaram com a cassação de direitos políticos dos derrotados. Na sequência, viriam a perseguição, a censura, a tortura; enfim, o amplo leque de alternativas repressoras dos regimes autoritários (Ferraretto, 2000).

A partir do contexto do golpe civil-militar de 1964, o direcionamento do presente artigo busca a reconstituição do período pela perspectiva radiofônica. Por esta abordagem, apresenta-se como amostragem a invasão armada à sede da Rádio Jornal do Brasil<sup>2</sup>, no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964 (uma terça-feira), data do princípio da sublevação golpista que alcançou o poder.

O episódio é retratado a partir de matéria publicada no Jornal do Brasil, em 1 de abril de 1964, meio impresso vinculado à citada estação radiofônica. Esta análise também compara ocorrências, na mesma dimensão violenta, contra outras estações de rádio, ocasionadas pela deflagração do citado golpe que, concomitantemente, teve o apoio de inúmeros meios de comunicação.

### **A invasão à JB**

Em 1 de abril de 1964, o Jornal do Brasil publica em primeira página a foto de um militar, na entrada da Rádio Jornal do Brasil, com a seguinte legenda: “Gorilas invadem a JB”. O primeiro impacto da manchete causa a ideia de que os sublevados seriam os responsáveis pela invasão à emissora, inclusive devido ao título da matéria: “Fuzileiros com metralhadoras invadem a JB e tiram a rádio do ar”.

Tal entendimento estaria acentuado pela atmosfera daquele momento de total instabilidade política no Brasil. No entanto, o texto da reportagem revela que os fuzileiros navais, que adentraram à estação, eram comandados pelo

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://conexao.ufri.br/2021/04/por-que-devemos-nos-lembrar-do-golpe-de-1964/>  
Consultado em: 15 ago. 2023.

<sup>2</sup> A Rádio Jornal do Brasil foi fundada no dia 10 de agosto de 1935, sob o prefixo PRF 4, posteriormente ZYJ453.

então almirante Cândido da Costa Aragão, oficial leal à presidência civil.

Pessoas mais atentas, e conhecedoras da linha editorial do grupo Jornal do Brasil e da política vigente, não cometeriam o engano de achar que a invasão à rádio seria de ordem da sublevação militar. A seguir, a reprodução do primeiro parágrafo da notícia de capa da citada edição:

Quem chegasse às 8h30 da noite de ontem ao edifício do Jornal do Brasil e da Rádio Jornal do Brasil não poderia entrar pois encontraria na porta, metralhadora em punho, um fuzileiro naval. E se olhasse pela parede de vidro dos estúdios da rádio teria a impressão de assistir a um filme de gangsters: quatro outros fuzileiros, comandados pelo Tenente Arinos, moviam-se como gorilas pelos estúdios, seus movimentos tolhidos pelas metralhadoras que ameaçavam microfones, painéis de instrumentos e os funcionários estupefatos com aquela irrupção de selvageria tecnológica em plena Avenida Rio Branco.<sup>3</sup>

O esclarecimento da notícia da invasão à emissora recebe destaque na página 4 do Jornal do Brasil, na mesma edição de 1 de abril, com detalhamentos sobre o fato. A matéria reproduzida descreve um interrogatório sofrido pelo superintendente da Rádio Jornal do Brasil, Bernard Campos, que apresentou depoimento ao então diretor do Conselho de Telecomunicações, Coronel Scaffa.

Após a apresentação do teor da redação do noticiário exibido na rádio, Bernard Campos recebeu do coronel voz de prisão, com a alegação de que a estação estava transmitindo, no radiojornal das 18h50, “notícias altamente subversivas”<sup>4</sup>. No caso, o noticiário revelava uma reunião secreta do então general Humberto de Alencar Castelo Branco. Este importante articulador da conspiração golpista, que tomou o poder e destituiu o presidente da República, na ocasião, João Belchior Marques Goulart, o Jango. No entanto, tal ordem foi relaxada pouco tempo depois. A mesma publicação informa que Bernard

---

<sup>3</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_08&pasta=ano%20196&pesq=R%C3%A1dio%20Jornal%20do%20Brasil&pagfis=51573](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=R%C3%A1dio%20Jornal%20do%20Brasil&pagfis=51573). Consultado em: 9 jul. 2023.

<sup>4</sup> Menção ao primeiro parágrafo da matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 1 de abril de 1964, página 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&Pesq=R%C3%A1dio%20Jornal%20do%20Brasil&pagfis=51578](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=R%C3%A1dio%20Jornal%20do%20Brasil&pagfis=51578). Consultado em: 15 jun. 2023.

questiona o comandante do corpo de fuzileiros navais, o almirante Cândido da Costa Aragão. É importante reiterar que o grupo comandado por Aragão era formado por tropas legalistas de apoio ao presidente João Goulart.

Com a exposição desse acontecimento violento, ressaltamos novamente a importância do rádio naquele intenso conflito político, em meio a tantas inseguranças e instabilidades. No caso, com registros que revelavam a ação de membros que integravam o grupo legalista do então presidente João Goulart. No lado oposto, estava a sublevação militar também, estrategicamente avaliando o poder da radiodifusão naquele momento e agindo igualmente com veemência para censurar programações de rádio ou mesmo fechar emissoras resistentes àquele sistema político.

### **Ataques a outras estações de rádio**

No dia 2 de abril de 1964 (quinta-feira), o Jornal do Brasil prossegue com informações sobre outros acontecimentos em emissoras de rádio do Rio de Janeiro. Na primeira página da edição é publicada a informação sobre o fechamento das rádios Nacional e Mayrink Veiga. Na sequência, a repercussão da invasão à Rádio Jornal do Brasil e a notícia do empastelamento do jornal Última Hora, que era contrário ao golpe. Este último periódico publica, em 2 de abril de 1964, na primeira página, fotos da depredação e do incêndio causado nas redações do veículo no Rio de Janeiro e em Recife. A seguir, a reprodução da notícia dos ataques publicada no Jornal do Brasil na mencionada data:

Às 16 horas as rádios Nacional e Mayrink Veiga, que formavam uma cadeia da legalidade, irradiando notícias de interesse do governo saíram do ar. A Rádio Jornal do Brasil esteve fora do ar durante 40 minutos, por violência de fuzileiros navais, que obedeceram a ordens do Ministro da Marinha, segundo eles próprios disseram. A Rádio JB teve que optar entre integrar a rede governista e permanecer sem noticiários, tendo preferido esta última alternativa. Este jornal foi invadido ontem, pela segunda vez em 8 horas por fuzileiros. [...] O jornal Última Hora, foi atacado: quebraram máquinas de escrever, cadeiras e arquivos, e puseram fogo em caminhonetas. Fatos idênticos repetiram-se na sede da UNE, onde coquetéis Molotov provocaram incêndio, logo debelado pelos bombeiros.<sup>5</sup>

A partir dos relatos e citações anteriores, cabem na sequência a caracterização e os conceitos políticos da Rádio Jornal do Brasil, naquele ano de 1964, assim como do Jornal do Brasil, meios vinculados que seguiam a mesma linha editorial. Segundo a professora Ana Baumworcel, “[...] Dreifuss (1981) e Nascimento (2007) defendem que o Jornal do Brasil, por trás da fachada de órgão informativo, era usado como canal de divulgação para a campanha ideológica da elite orgânica e colaborou para que o golpe fosse aceito pelos leitores”.<sup>6</sup> A autora ainda apresenta um perfil apurado da postura editorial da mencionada estação radiofônica no artigo “A História de 1964 pelas Ondas da Rádio Jornal do Brasil-AM”.

Assim como o Jornal do Brasil, a rádio JB-AM adotou uma postura ideológica liberal conservadora em 1964. [...] a emissora construiu uma “retórica de adesão” ao golpe militar, contribuindo, inclusive, para a sua realização. Ao participar da Rede da Democracia<sup>7</sup>, fez campanha ideológica, “em clima de guerra” contra o governo do presidente João Goulart, identificando-o como “subversivo, comunista e golpista”. No início do governo, em 1961, assim como o JB, ocupou uma posição enunciativa de apoio à legalidade, se colocando no centro, “entre direitistas e esquerdistas”. Em 1963, muda de posição, se aproximando das forças políticas que queriam a deposição do presidente. No entanto, em alguns momentos, seu discurso é ambíguo. E, nessa ambiguidade, apresenta algumas vozes de oposição aos militares e os fatos que revelam, sutilmente, de forma implícita, uma postura antidemocrática da “revolução vitoriosa”. Mas uma posição enunciativa contrária à ditadura, a RJB-AM só adquire, paradoxalmente, depois da censura contínua à imprensa, instaurada com o Ato Institucional n. 5, em 1968. Como revelado, em outros estudos, pela autora deste trabalho, a emissora constrói uma “retórica de resistência”. Porém, seu discurso não é linear, unívoco, nem na retórica de adesão, nem na de resistência. Certa ambiguidade coexiste em suas múltiplas estratégias discursivas em diferentes momentos históricos. (Baumworcel, 2014, p.13)

Por esta linha, Baumworcel reafirma que a “[...] Rádio Jornal do Brasil AM

---

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_08&pasta=ano%20196&pesq=R%C3%A1dio%20Jornal%20do%20Brasil&pagfis=51605](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=R%C3%A1dio%20Jornal%20do%20Brasil&pagfis=51605). Consultado em: 15 ago. 2023.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2155-1.pdf>. Consultado em 14 ago. 2023.

<sup>7</sup> Disponível em <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22099/eduardo%20todo.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Consultado em 16 ago. 2023.

reproduzia a posição enunciativa do Jornal do Brasil [...]”, situação que nos faz recompor e entender a questão da formação de opinião daquele período. Dessa realidade, recorreremos a outras fontes que registram inúmeros meios de comunicação declaradamente apoiadores do golpe civil-militar de 1964.

Às vésperas de 1964, o presidente João Goulart, Jango, propunha reformas de base (como por exemplo, a agrária) com o aprofundamento do projeto nacional desenvolvimentista e incomodou a oligarquia. Os grupos jornalísticos começaram o bombardeamento, caracterizando as reformas nas matérias como antimodernas e populistas. No contexto da Guerra Fria, o comunismo era propagado no imaginário da sociedade brasileira como uma ameaça, sendo difundido dessa forma pelos principais jornais, assustando a população e gerando um clima favorável à instalação da ditadura no país. Jornais como Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, O Globo, Tribuna de Imprensa, Estado de Minas legitimaram a derrubada do presidente, incentivando e julgando e, por meio de editoriais diários, apoiando a instalação de uma ditadura militar e a deposição de João Goulart.<sup>8</sup>

Dos meios impressos já mencionados de apoio ao golpe civil-militar, destaca-se também o extinto jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, que circulou entre 1901 e 1974, considerado por muitos de oposição à ditadura, mas também famoso pelos seus editoriais Basta! Fora!, que, respectivamente, nas edições de 31 de março e 1 de abril de 1964, defendiam enfaticamente a saída de João Goulart da presidência às vésperas do golpe<sup>9</sup> (Chammas, 2012).

Dessas circunstâncias políticas de 1964, seguimos evidenciando tais acontecimentos que também estão registrados na obra intitulada “Rádio Palanque”, de Sonia Virginia Moreira, que menciona as repercussões daquela fase, contra a imprensa, sobretudo pelas estações de rádio:

No dia 1º de abril, destacamentos do Grupo de Fuzileiros Navais ocuparam o Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa e O Globo. Pouco depois das 14 horas, as Rádios Mayrink Veiga e a Nacional saíram do ar. [...] A sede da UNE foi incendiada e o jornal Última Hora, janguista, empastelado<sup>10</sup>. No dia seguinte, 2 de abril, a Rádio MEC viveu uma

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaold\\_1107\\_11075cca40caa7fe7.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_1107_11075cca40caa7fe7.pdf). Consultado em: 16 ago. 2023.

<sup>9</sup> Disponível em: [file:///C:/Users/Lg/Desktop/2012\\_EduardoZayatChammas.pdf](file:///C:/Users/Lg/Desktop/2012_EduardoZayatChammas.pdf). Consultado em: 16 ago. 2023.

<sup>10</sup> Revista Nosso Século, n. 71, p. 72, 1972.

situação inusitada: o professor de história medieval da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, Eremildo Luiz Vianna, invadiu a emissora do Ministério da Educação com um grupo de dez alunos armados, para destituir a então diretora, Maria Yedda Linhares, e tomar posse. (Moreira, 1998, p. 66)

O cenário relacionado neste artigo sobre o golpe civil-militar também enfatiza o trabalho de Lia Calabre, autora de “A Era do Rádio”, no qual revela embates da repressão política em 1964 quanto às estações de rádio, algo que nos auxilia na reconstituição daquele momento acerca da radiodifusão:

O golpe militar de 1964, que levou à investigação e à cassação de muitos dos grandes astros da Rádio Nacional e ao fechamento da Rádio Mayrink Veiga, de orientação legalista, juntamente com questões de gestão internas das emissoras, representou um momento de ruptura definitivo na história do rádio brasileiro. O governo militar investiu na integração televisiva do país e as emissoras foram adotando o modelo de rádios locais, com notícias e prestação de serviços, músicas gravadas e esportes, como no slogan da Rádio Globo, criada em dezembro de 1944: “Música, esporte e notícia”. Os “anos dourados” do rádio no Brasil chegavam ao fim.” (Calabre, 2002, p. 49-50)

Dos periódicos e das referências bibliográficas anteriormente citadas, é importante explicitar o papel da Rede da Democracia, inserida na citação de Baumworcel (2014). Tratava-se de um programa de rádio diário, criado em 1963, pelos jornais O Globo, Jornal do Brasil e Diários Associados. A produção esteve sob o comando das estações de rádio vinculadas aos citados jornais, no caso, as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi, conforme descreve Eduardo Gomes Silva:

[...] retransmitido por centenas de emissoras país afora, sempre no horário compreendido entre as 22h30min e meia-noite. Também de forma padronizada, uma considerável parte daqueles programas chegavam à mídia impressa graças ao espaço que O Globo, Jornal do Brasil e O Jornal passaram a reservar à transcrição de seus conteúdos; complementando, ao mesmo tempo que destoavam, da campanha anti-Goulart que esses mesmos diários implementavam através de editoriais, colunas assinadas e demais reportagens de cunho oposicionista. Seu período de atuação estendeu-se até abril de 1964, dias antes do general Castelo Branco ser empossado presidente da República. (Gomes Silva, 2008, p. 1)<sup>11</sup>

11

Disponível

em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22099/eduardo%20todo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Consultado em: 16 ago. 2024.

Desse nosso recorte sobre o golpe civil-militar, integrado com o meio rádio, lembramos ainda uma das publicações de maior circulação do Brasil nos anos de 1960, a revista *O Cruzeiro*, declaradamente apoiadora do golpe. Esta dedicou uma edição especial celebrando a sublevação militar. *O Cruzeiro*<sup>12</sup> pertencia ao grupo das Emissoras e Diários Associadas, do empresário Assis Chateaubriand.

### **Revista *O Cruzeiro*, apoiadora do golpe**

Deste período, apuramos outros registros sobre a Rádio Jornal do Brasil que foram publicados. A edição de 10 de abril de 1964 revela detalhes da já citada invasão à emissora. A capa da revista apresenta, como destaque especial, a palavra “extra”. No título, a frase “Edição histórica da Revolução”. Na foto, o então governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, que foi um dos integrantes da organização da derrocada de Goulart, além de ter sido um dos signatários do AI-5<sup>13</sup>. *O Cruzeiro*, assim como outros meios de comunicação, se referia ao golpe com o termo “revolução”<sup>14</sup>. Aquela edição circulou com 423 mil exemplares pelo país. Na sequência, trecho da citada matéria:

Às 19 horas, do dia de temor, que era o 31 de março, a Rádio Jornal do Brasil é invadida por um grupo de fuzileiros. Armados de metralhadoras, equipados para uma batalha. Motivo alegado para a invasão: divulgação de uma nota em que se dizia que o General Humberto Castelo Branco se reuniria com diversos oficiais-generais no Ministério da Guerra. O

---

<sup>12</sup>Revista *O Cruzeiro*, artigo sob o título “Revolução”. Rio de Janeiro, 1964, p. 36.

<sup>13</sup> Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, assinado pelo então presidente da República Artur da Costa e Silva (1899-1969).

<sup>14</sup>Segundo os militares que realizaram o golpe de Estado que depôs o presidente legalmente instituído João Goulart, em 31 de março de 1964, a ação foi uma “autêntica revolução, vitoriosa [...]”. Entretanto, algumas questões são levantadas. Se a “revolução” traduzia o interesse e a vontade da nação, por que ela depôs um presidente que tinha apoio popular? Nesse sentido, é possível afirmar que o golpe militar de 1964 traduziu também a vontade de um grupo, pois, caso contrário, não seria necessário reprimir, depor e prender a outra parte ou o outro grupo, que também fazia parte da nação brasileira. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/revolucao-ou-ditadura-militar.htm>. Consultado em: 9 jul. 2023.

Ministério, àquela altura, era tido e havido como reduto do Governo Federal. A Rádio, daí em diante, passou a transmitir apenas noticiários internacionais, em seus programas noticiosos. Pouco mais tarde, naquela mesma noite, 200 soldados tomavam conta da Central do Brasil, que aderira à greve da Leopoldina.<sup>15</sup>

A revista O Cruzeiro destacou, com foto em página inteira, uma “chuva de papéis picados”, no centro da cidade de São Paulo, sob a legenda: “O paulista sabia o que queria quando apoiou, integralmente, a campanha de volta à Democracia lançada pelo governador Ademar de Barros. Por isso, na hora em que a notícia da vitória foi dada, o povo de São Paulo rebentou no mais puro entusiasmo democrático”. Pela dimensão do alcance da publicação, e dos demais meios impressos citados, incluindo a Rede da Democracia, temos amplas referências sobre o quadro da manipulação das informações sobre a população daquele período.

### **O golpe, o rádio e o analfabetismo**

Diante de tão ampla temática sobre aquela sublevação, o presente artigo busca a delimitação por fatos relacionados ao rádio por se tratar de um meio de comunicação imediatista, acessível, popular e, como descreve Isabel Vieira, “[...] um instrumento ideológico na medida em que seu controle e propriedade o transforma em ‘arma’ – arma que mobiliza, induz, liberta ou escraviza”. A autora também enfatiza o rádio como “[...] um poderoso instrumento político que tanto pode servir à mudança como à manutenção de um Estado, das relações sociais, da própria liberdade individual e/ou coletiva.”<sup>16</sup>

Os estudos da ditadura militar nos oferecem registros de “[...] repressão através da censura, principalmente aos meios de comunicação, especificamente o rádio, concessão pública alvo constante dos censores” (Paes, 2002). A violência era a marca do primeiro momento do golpe civil-

<sup>15</sup> Trecho da matéria publicada na revista O Cruzeiro, edição de 10 de abril de 1964, página 36, sob o título “Revolução”.

<sup>16</sup> VIEIRA, Isabel. *Rádio* – ele nunca esteve tão vivo. **Singular & Plural**, n. 5, abr. 1979, p. 58. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd136/o-radio-como-recurso-didatico.htm>. Consultado em: 13 ago. 2023.

militar de 1964:

O setor de radiodifusão não foge à regra. Ocorrem demissões – por vezes seguidas de detenção – e gradativamente, com fortalecimento da linha dura do regime, emissoras são fechadas e a censura torna-se prática comum. Já nos primeiros momentos do regime militar a repressão voltou-se contra as rádios que haviam ensaiado algum tipo de resistência. (Ferraretto, 2000, p. 150)

Um dos fatores preponderantes do rádio é a linguagem, exclusivamente dirigida aos ouvidos e, sobretudo, contemplando a população analfabeta. Acrescentam-se ainda os recursos já comuns naquele ano de 1964, como a mobilidade, por aparelhos portáteis, dos chamados “radinhos de pilha” e também os aparelhos instalados em automóveis e locais públicos. Essas situações redobravam a atenção de integrantes do poder, fossem de direita ou de esquerda. Do numeroso analfabetismo no Brasil daquele período, é crível o raciocínio da classe política dominante sobre a população que não sabia ler nem escrever, mas que tinha o rádio como principal, se não única, fonte de informação.

Destaca-se que “[...] em 1964, de acordo com o Anuário Estatístico Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira era de 79,8 milhões de pessoas”<sup>17</sup>. Além disso, segundo a mesma fonte, “[...] o número dos que viviam em área rural alcançava 33 milhões”. Pelo IBGE, os anos 1960 contavam com 39,7% da população, entre 15 anos ou mais de idade, analfabeta<sup>18</sup>. Pelo quadro da então geografia do país, e pela força de inserção radiofônica, o rádio era, e se sempre foi, muito visado e mesmo temido por aspirantes e, principalmente, integrantes do poder, ainda que em denominações políticas opostas. “Com grande poder de penetração entre as massas, muito cedo o rádio e a política se uniram, com objetivos de

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Consultado em: 9 jul. 2023.

<sup>18</sup> Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/mapa\\_do\\_analfabetismo\\_do\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf). Consultado em: 9 jul. 2023.

doutrinação ideológica. E o rádio conseguiu servir aos interesses políticos com “maquiavélica” eficiência (Ortriwano, 1985, p. 60).

### **Considerações finais**

O cenário político de 1964, com ataques aos meios de comunicação, nos indica a importância do rádio sobre todos os ângulos e posições políticas. Entre outros fatores, pelo caráter acessível desse meio, relacionado ainda à questão do considerável analfabetismo no Brasil daquele período.

Neste contexto, para este artigo, os meios impressos foram de extrema importância para o resgate histórico aqui apresentado. Por conseguinte, certos comparativos, via textos e fotos de antigas edições, nos revelam estratégias autoritárias do passado notadas ainda no tempo presente. Diante dessa informação, buscamos entender e revelar detalhes daquela ação, sob a adoção de uma metodologia que requer documentação em jornais e revistas, tendo ainda no escopo teórico fontes primárias, como os autores descritos, que foram fundamentais para a reconstituição e entendimento das ações advindas do golpe civil-militar de 1964.

Os meios de comunicação apoiadores daquela sublevação militar, nos primeiros momentos da ditadura, revelavam festejos e frases de alento e de esperança, como as descritas pelo historiador uruguaio René Armand Dreifuss:

A 2 de abril de 1964, a burguesia comemorou a deposição do Presidente João Goulart com gigantesca marcha de famílias pelas ruas do Rio de Janeiro, um acontecimento cujos os organizadores aguardavam com ansiedade há mais de uma semana. Na hora marcada para o início da marcha, a Avenida Rio Branco continha um mar de faixas contra o comunismo, carregadas por uma multidão calculada em oitocentas mil pessoas. Enquanto multidões percorriam a Avenida Rio Branco, a sucessão presidencial era extensivamente discutida. Os empresários que assistiam a Marcha do escritório do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) no Rio, contentes com as aclamações e entusiasmo nas ruas e muito satisfeitos com o resultado do seu trabalho anticomunista (Dreifuss, 1981, p. 419).

A citação de Dreifuss é certificada em texto e fotos na Revista O Cruzeiro, apoiadora do golpe, em edição extra de 10/04/1964. A publicação

denominava a situação como “Revolução”. Na página 4 exalta o então governador Magalhães Pinto, integrante da organização do golpe e do AI-5 (1968), com texto assinado pelo colunista David Nasser:

Agora, eles sabem que a sua coragem não se conta pelos fios de cabelo, o indecifrável Magalhães Pinto, mineiro silecioso, patriota humilde, general sem farda de um dos movimentos mais perfeitos da história revolucionária. O Brasil nunca se esquecerá que o primeiro gripo foi seu, o primeiro gesto de um ballet inesquecível, o primeiro passo da longa marcha democrática (Nasser, 1964, p. 4).

O que podemos destacar dessa citação é que de fato o Brasil “nunca se esquecerá”. Lembrará sempre do golpe civil-militar de 1964, do AI-5, dos anos de chumbo, denominados a partir dos anos de 1970, dos ataques às emissoras de rádio e demais meios de comunicação e, sobretudo, à formação de opinião.

## Referências

Equipe da revista. **Revolução. O Cruzeiro**. Rio de Janeiro: 1964, p. 36.

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Almirante Aragão**: do golpe de 1964 ao exílio no Uruguai. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/215/175>. Consultado em: 24 ago. 2023.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o trabalhismo**: partido e sindicato em São Paulo, 1945-1964. São Paulo, Cedec/Brasiliense, 1989.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**: Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Sarhar Editor, 2004.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa**: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã, entre 1964 e 1968. São Paulo, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Lg/Desktop/2012\\_EduardoZayatChammas.pdf](file:///C:/Users/Lg/Desktop/2012_EduardoZayatChammas.pdf). Consultado em: 16 ago. 2023.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

GOMES SILVA, Eduardo. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964**. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22099/eduardo%20todo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Consultado em: 16 ago. 2023.

MOREIRA, Sonia Virginia. **Rádio Palanque**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e

determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60**: rebeldia, contestação e repressão política. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

## Reverberações da Ditadura Militar no conteúdo jornalístico do programa A Voz Do Brasil (1985-2017)

*Reverberations of the Military Dictatorship in the journalistic content of the program A Voz Do Brasil (1985-2017)*

*Reverberaciones de la Dictadura Militar en el contenido periodístico del programa A Voz Do Brasil (1985-2017)*

---

Luciana Paula Bonetti Silva

### Resumo

O artigo apresenta uma revisão e sistematização de marcos e eventos que fazem parte da trajetória histórica de A Voz do Brasil com foco do período da Ditadura Militar (1964-1985), para posteriormente desenvolver uma análise de conteúdo de reportagens do programa após a reabertura política, entre 1985 e 2017. Através da legislação e estudos sobre o programa, durante o Regime Militar, identifica-se a tentativa de aproximá-lo dos formatos e linguagens do rádiojornalismo comercial, em detrimento da propaganda de Estado. De maneira que já nesse período, o modelo informativo foi almejado para afastar o programa da herança totalitária varguista, ainda que fossem flagrantes as omissões de pautas negativas e um modelo de “objetividade propagandística” no conteúdo (PEROSA, 1995). A partir da reabertura política, diversos documentos registram que o conteúdo noticioso

---

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 15/08/2024 aceito em: 10/10/2024.

>> **Como citar este texto:**

SILVA, Luciana Paula Bonetti. Reverberações da Ditadura Militar no conteúdo jornalístico do programa A Voz Do Brasil (1985-2017). **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 75-96, mai./ago. 2024.

### Sobre a autora

Luciana Paula Bonetti Silva  
[lucipbs@gmail.com](mailto:lucipbs@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-1479-7455>

Jornalista e historiadora, investiga temas referentes à Radiodifusão Pública no Brasil. É doutora e graduada em História, e mestra e graduada em Jornalismo. Atualmente, é analista de comunicação da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão (FAPEU), lotada no Núcleo de Educação para o Trânsito do Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans/UFSC).

passaria a nortear as reportagens do programa. Para analisar se isso ocorreu ou se houve reverberações do período militar, realiza-se uma análise de conteúdo categorial das reportagens do programa, com foco em coberturas de momentos de crise dos governos de turno.

**Palavras-chave:** História da Mídia Sonora; A Voz do Brasil; Ditadura Militar; Radiojornalismo.

### **Abstract**

The article presents a review and systematization of milestones and events that are part of the historical trajectory of A Voz do Brasil, focusing on the period of the Military Dictatorship (1964-1985), to later develop a content analysis of reports from the program after the political reopening, between 1985 and 2017. Through legislation and studies on the program during the Military Regime, we can identify the attempt to bring it closer to the formats and languages of commercial radio journalism, to the detriment of state propaganda. In this period, the informative model was sought to distance the program from the totalitarian legacy of the Vargas regime, even though there were blatant omissions of negative agendas and a model of “propaganda objectivity” in the content (PEROSA, 1995). After the political reopening, various documents record that the news content began to guide the program's reports. In order to analyze whether this was the case or whether there were reverberations from the military period, a categorial content analysis of the program's reports was carried out, focusing on coverage of moments of crisis for the governments in power.

**Keywords:** History of the Sound Media; The Voice of Brazil; Military Dictatorship; Radiojournalism.

### **Resumen**

El artículo presenta una revisión y sistematización de hitos y acontecimientos que forman parte de la trayectoria histórica de A Voz do Brasil, con foco en el período de la Dictadura Militar (1964-1985), para después desarrollar un análisis de contenido de los reportajes del programa después de la reapertura política, entre 1985 y 2017. A través de la legislación y los estudios sobre el programa durante el régimen militar, podemos identificar el intento de aproximarlos a los formatos y lenguajes del periodismo radiofónico comercial, en detrimento de la propaganda estatal. En este período, se buscó el modelo informativo para distanciar el programa del legado totalitario del régimen de Vargas, aunque

hubiera flagrantes omisiones de agendas negativas y un modelo de «objetividad propagandística» en el contenido (PEROSA, 1995). A partir de la reapertura política, diversos documentos registran que el contenido de las noticias guiaría los reportajes del programa. Para analizar si esto fue así o si hubo reverberaciones del período militar, se realizó un análisis de contenido categorial de los informes del programa, centrándose en la cobertura de los momentos de crisis de los gobiernos de turno.

**Palabras clave:** Historia de los medios sonoros; La voz de Brasil; Dictadura militar; Radioperiodismo.

## Introdução

O programa radiofônico *A Voz do Brasil* foi criado durante o primeiro Governo de Getúlio Vargas, em 1934 (SOUZA, 2003). A partir da ideia de promoção do governo e da integração nacional, em seu início, reunia discursos presidenciais e peças musicais e literárias (PEROSA, 1995). Ao longo de 90 anos, porém, evidenciou-se a busca pelo afastamento de um modelo personalista em prol da produção de conteúdo noticioso. Esta mudança não foi abrupta. Mesmo antes da reabertura política, no final da Ditadura Militar, o programa passou a adotar formatos radiojornalísticos, com a veiculação de informes.

Durante o Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), os discursos presidenciais passaram a ser realizados em transmissões em cadeia obrigatória de rádio e TV, ao invés de no espaço dedicado ao Poder Executivo em *A Voz do Brasil* – o que pode ser sintoma também da baixa audiência do programa e da popularização da TV. No governo Sarney, dá-se um passo adiante nessa direção, com a criação do programa *Conversas ao Pé do Rádio*, uma tentativa de separar o conteúdo noticioso acerca do Poder Executivo da comunicação direta entre presidentes e cidadãos. O que nos instigou a refletir e investigar a adoção de critérios jornalísticos na versão contemporânea do programa foi o seguinte anúncio da página da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), no campo reservado ao histórico de *A Voz do Brasil*:

## 2003, o foco na cidadania

2003, como parte do novo conceito de comunicação pública do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Radiobrás promoveu a mais profunda reforma editorial realizada no programa. A parte destinada ao Poder Executivo adquiriu enfoque jornalístico e formato atual. A reportagem deixou os gabinetes para sair às ruas em busca da relação entre as políticas públicas implementadas e as necessidades da sociedade. Pela primeira vez, A Voz do Brasil abria seus microfones para a população perguntar, comentar e avaliar os projetos e ações do governo abordados no programa. “O Guarani” foi remixado ao ritmo de forró, samba, choro, bossa-nova, capoeira, moda de viola e até techno. E o tradicional “Em Brasília, dezenove horas” foi substituído por “Sete da noite, em Brasília”, sinal da opção pela linguagem mais simples, usual e em tom de diálogo. Desde então, A Voz do Brasil acumula três prêmios de jornalismo e é reconhecida como canal de acesso a informações precisas e objetivas sobre governo, Estado e Cidadania. (EBC, 2012)

Percebe-se que a tentativa de dissociar o programa da noção de propaganda política, ideia central no excerto citado acima, exacerba-se nos anos 2000. São fartos os documentos que atestam o objetivo de produzir conteúdo noticioso, respeitando critérios jornalísticos como imparcialidade, neutralidade, entre outros. Neste trabalho reunimos e sistematizamos alguns destes marcos para posteriormente analisarmos as permanências e rupturas do conteúdo anunciado como jornalístico em *A Voz do Brasil*, com relação ao período do Regime Militar, este marcado pela introdução de formatos radiojornalísticos, mas ainda com a omissão frequente de pautas negativas.

Assim, em um primeiro momento, como procedimento metodológico deste estudo, emprega-se a análise documental. Para tal, tem-se como base bibliografias diversas, pesquisas acadêmicas e legislações referentes à instituição e produção do programa. Entre elas estão as obras da historiadora do rádio Lia Calabre (2006) e da pesquisadora da comunicação Lilian Perosa (1995), bem como o livro do ex-presidente da Radiobrás Eugênio Bucci (2008). Também foram importantes as entrevistas reunidas pelo audiodocumentário “A Voz que não se calou: as mudanças no programa A Voz do Brasil a partir do governo Lula” (SILVA, 2014). Em um segundo momento, propomo-nos a apontar algumas das principais transformações que ocorreram na estrutura de *A Voz do Brasil* a partir do fim da Ditadura Militar (1964-1985), desenvolvendo uma da

Análise de Conteúdo Categorical (BARDIN, 2009)<sup>1</sup> das reportagens do programa referente ao Poder Executivo, entre 1985 e 2017<sup>2</sup>, buscando pontuar possíveis reverberações e rupturas em relação ao período de exceção.

### **A Voz dos militares**

Foi durante a Ditadura Militar, que *A Voz do Brasil* deixou de ser um espaço exclusivo do Poder Executivo, dedicando tempo para notícias sobre Congresso Nacional. Também neste período, nota-se a presença de locução feminina e uma maior influência da linguagem do radiojornalismo, bem como notícias de caráter não-oficial. Isso, no entanto, não garantiu que o caráter propagandístico fosse eliminado, visto que as pautas negativas eram deliberadamente ignoradas (PEROSA, 1995). Instaurado o Golpe de 1964, o programa ficou a cargo da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) (MATOS, 2001). Destaca-se que, por parte dos chefes da AERP, era importante negar qualquer semelhança entre a Assessoria e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (1939-1945), e com qualquer ideia que remetesse a herança totalitária de Getúlio Vargas. A maior diferença entre ambos, porém, era a questão técnica, como, por exemplo, a abrangência do veículo da televisão. A respeito das principais características da AERP, Carlos Fico destaca com base em matéria publicada do *Jornal do Brasil*.

Em fevereiro de 1971 seria divulgado um Plano Global de Comunicação Social, durante um encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião foram revelados os objetivos do governo com a propaganda. Falava-se em “mobilizar a juventude”; em “fortalecer o caráter nacional”; em estimular o “amor à pátria”, a “coesão familiar”, a “dedicação ao trabalho”, a “confiança no governo” e a “vontade de participação”. Todo

---

<sup>1</sup>Para a Análise de Conteúdo Categorical, as transcrições de reportagens do programa *A Voz do Brasil* foram analisadas conforme a sequência de etapas proposta por Bardin (2009), as quais compreendem: pré-análise; a análise do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

<sup>2</sup>A análise aqui apresentada expõe resultados parciais do trabalho de pesquisa desenvolvido na dissertação *O Jornalismo no Programa de Rádio A Voz Do Brasil em Períodos de Crise Política - Análise de Coberturas entre 1985 e 2017*, apresentada em 2018, ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina.

um receituário que supunha “contribuir para a afirmação democrática” do país e que também pretendia “atenuar as divergências que sofre a imagem do país no exterior”. Tinha-se por fito, portanto, uma atuação complexa, capaz de atingir objetivos bastante vagos (como o “fortalecimento do caráter nacional” e a “vontade de participação”, sem que se dissesse que tipo de participação seria esta) e de crítico dimensionamento moral nos anos 70, época já posterior à chamada liberalização dos costumes – tempos em que, certamente, não soariam modernos os apelos à “coesão familiar” e ao “amor à pátria”. (FICO, 1997, p. 94)

A criação e extinção abrupta de empresas de comunicação marcou o período da Ditadura Militar<sup>3</sup>. Por exemplo, em 1980, a Secretaria de Comunicação (Secom), criada em 1979, chegou a ser extinta por João Baptista de Oliveira Figueiredo através do decreto nº 85.550, de 18 de dezembro, que também subordinou a Empresa Brasileira de Notícias (EBN) (1979-1988) ao Gabinete Civil da Presidência da República. Em 1981, no mês de janeiro, duas secretarias foram instituídas: a Secretaria de Relações Públicas e a Secretaria de Imprensa. Dois meses depois, ambas foram extintas e substituídas pela Secretaria de Imprensa e Divulgação (SID). À parte destas mudanças, a EBN produziu *A Voz do Brasil* de 1979 até 1988, quando uma entrevista do Ministro Paulo Roberto Camarinha determinou o fim de seu próprio mandato e o fim da empresa que veiculou seu último pronunciamento público. Eugênio Bucci (2008) narra este episódio no capítulo “Com a alma ferida”.

O brigadeiro, então Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, concedeu no dia 16 de junho, uma entrevista a Eduardo Mamcasz, diretor-superintendente da EBN na época, criticando o governo em questões como: a baixa remuneração dos militares, a manutenção de “marajás” no Legislativo e no Judiciário, a inflação, o congelamento da

---

<sup>3</sup> Em 1975, foi criada a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) que produziu *A Voz do Brasil* de 1988 até 2007. Até a criação da Empresa Brasil de Notícias (EBN), em 1979, acreditamos então que o programa se manteve nas mãos da Agência Nacional. A Lei nº 6.650 de 27 de maio de 1979, decretou também a criação da Secretaria de Comunicação Social (Secom) subordinando a ela a Radiobrás e a EBN. É importante frisar que atualmente a Secom responde por *A Voz do Brasil* mas quem a produz é a Empresa Brasil de Comunicação. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é uma Empresa Pública fundada 10 de outubro de 2007, por meio da Medida Provisória Nº 398/2007, com sede em Brasília (DF). Tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos na sua lei de criação. Entre eles prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal; e distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União.

Unidade de Referência de Preços, índice base para o reajuste dos salários. Desafiando o então ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a promover o descongelamento: “senão, não precisa ser ministro, fica em casa e despacha papel” (CAMARINHA, 1988 apud BUCCI, 2008, p. 88).

Dois dias depois, os jornais anunciaram a demissão sumária do ministro, sendo que o decreto que extinguiu a EBN saiu no dia 22 daquele mesmo mês, incorporando sua estrutura e funcionários à Radiobrás, que agora passava a se chamar Empresa Brasileira de Comunicação, não mais de Radiodifusão.

Estes episódios evidenciam a permanência de um padrão autoritário na gestão das empresas públicas de comunicação por parte do Executivo, entre a Ditadura Militar e nos primeiros após a abertura política. Todavia, é preciso considerar alguns marcos que demonstram importantes rupturas quanto ao conteúdo de *A Voz do Brasil* em relação ao modelo propagandístico da Era Vargas.

Durante o governo militar, a censura imposta pelo AI-5, em 1968, impactou o conteúdo do programa. O pronunciamento de Luís Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça, após o anúncio deste Ato Institucional e a leitura da primeira lista de cassações foram fatos marcantes nas edições de *A Voz do Brasil*, neste período. Os nomes de Juscelino Kubitschek e Dom Hélder Câmara, personagens importantes e combativas ao Regime, não poderiam ser pronunciados. Demissões também ocorreram nas estatais de comunicação. O programa ganhou um texto de caráter menos personalista, trazendo mais dados. Caberia então aos números falarem sobre o crescimento do Brasil. Para além disso, temos que:

A abertura, tradicionalmente a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, foi substituída pelo Hino da Independência. Dez minutos foram reservados ao Jornal Nacional, com notícias de maior importância, de caráter oficial ou não, no âmbito nacional ou internacional. Vinhetas musicais foram incorporadas entre as notícias do governo. O programa também deu grande destaque, em especial durante a Copa do Mundo de 1970, ao noticiário esportivo. (MATOS, 2001, p.38-39)

Esta foi a primeira vez que a ópera *O Guarani* deixou de fazer parte da identidade sonora do programa. Além das mudanças já mencionadas, o uso de

redações sucursais em diversas regiões marcou a tentativa de fazer de *A Voz do Brasil* um espaço dedicado a notícias sobre o país e não apenas de diálogo entre o presidente e a nação (MATOS, 2001). Esta tendência permanece no governo Ernesto Geisel, e a partir de 1974, percebe-se que:

[...] o programa oficial tentou assumir características de um radiojornalismo mais dinâmico, ao estilo das emissoras privadas. Para tanto, foram introduzidas vinhetas (pequenas ilustrações musicais intra-noticiário), a participação direta do repórter na apresentação da notícia e gravações de entrevistas ou depoimentos com membros do governo. Além disso, a apresentação do noticiário ficou atribuída a dois locutores, um homem e uma mulher, para suprimir o tom linear de uma única locução masculina (PEROSA, 1995, p. 126)

Entre a criação do programa, em 1934, e o período de redemocratização política, a partir de 1985, podemos elencar como rupturas: a introdução do tempo reservado ao Congresso Nacional, a adoção de locução feminina e a influência da linguagem do radiojornalismo comercial como algumas rupturas. O programa se mostrou também, pela sua longevidade, como uma fonte histórica relevante de vários episódios da política brasileira.

### **A Voz da Redemocratização (1985-2017)**

Durante o Governo de José Sarney, cabe ressaltar, além do já mencionado episódio da demissão do brigadeiro Paulo Roberto Camarinha e da extinção da EBN, que *A Voz do Brasil* sofreu algumas alterações. Entre elas está a volta da ópera *O Guarani* na abertura; a inserção de noticiário local e regional; o intercâmbio com agências internacionais e uma maior interação com as rádios educativas e emissoras de TV; bem como a adoção de um estilo de narração mais natural e coloquial, de vinhetas com instrumentos regionais e de blocos como *O Brasil e a Constituinte* e *Brasil Entrevistas* (MATOS, 2001). Na produção do programa, aderiu-se ao sistema de pautas jornalísticas, com a assinatura do repórter ao final da matéria, agora realizada no local do acontecimento. Algumas mudanças que marcaram a transição do controle da EBN para a Radiobrás foram: a apresentação de chamadas, a centralização da

cobertura no Poder Executivo em detrimento das sucursais, o enxugamento da equipe exclusiva do programa e produção de matérias pela equipe de radiojornalismo da Radiobrás, dividida entre os setores governamentais.

Se *A voz do Brasil* veio desde o final da Ditadura buscando se consolidar como espaço para veiculação de notícias, no governo de Fernando Collor há uma nova ruptura. Perosa (1995) aponta um retorno ao modelo de “objetividade propagandística” do primeiro período da Ditadura Militar. A abertura do programa mudou mais uma vez e passou a ser executada ao som de *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso. Entre a década de 1990, até a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que mais marcou o programa em termos de formato foi a concessão, em 1996, de 5 minutos diários para o poder Judiciário, e um minuto semanal para o TCU – que veio a se tornar 1 minuto todas as segundas, quartas e sextas-feiras.

Esta mudança é uma das mais marcantes em termos de divisão de tempo desde 1946, quando foi concedido espaço ao Congresso. Até os dias atuais, *A Voz do Brasil* está assim dividida: numa primeira parte, com 25 minutos de duração, dedicada ao poder Executivo; numa segunda, com apenas cinco minutos, para o espaço do Judiciário; na terceira, com dez minutos, a do Senado Federal, e a última, com vinte minutos, o da Câmara dos Deputados. Segundas, quartas e sextas, um dos três poderes sede um minuto de sua programação para as notícias do Tribunal de Contas da União.

### **Análise de coberturas do programa entre 1985 e 2017**

Visando observar rupturas e permanências do período militar no programa, desenvolvemos uma Análise de Conteúdo Categorical (BARDIN, 2009) de reportagens de *A Voz do Brasil*, referente ao Poder Executivo. Fizeram parte deste estudo<sup>4</sup> reportagens sobre temas que eram negativos para os governos

---

<sup>4</sup>Através do acervo eletrônico da revista semanal *Veja*, da Editora Abril, de abrangência nacional, buscamos detectar as datas em que grandes escândalos de corrupção ou outros fatos geradores de crise foram noticiados. As capas da revista nos permitiram assim localizar em que semanas ou meses determinados assuntos foram mais noticiados, de maneira que uma segunda pesquisa, agora nas capas dos jornais *O Estado de São Paulo* e

de turno, a partir das categorias: apuração e omissão. Assim, buscamos analisar a cobertura - ou não - em *A Voz do Brasil* sobre pautas que geraram crise política para os governos de turno, o que nos permite observar se o modelo de “objetividade propagandística” e as omissões de pautas negativas, apontadas como uma marca do programa durante a Ditadura Militar (PEROSA, 1995), seguiram no programa após a reabertura democrática.

Quanto a José Sarney (1985-1989), analisamos a cobertura do escândalo de corrupção na BR Distribuidora, que foi capa de jornais em dezembro de 1988. Já no governo de Fernando Collor (1990-1992), interessou-nos como foi noticiado o processo de impeachment, em setembro de 1992. No governo Itamar Franco (1992-1994), nosso olhar lançou-se para a CPI do Orçamento e em como o impacto dela no corpo ministerial foi noticiada, em maio e em dezembro de 1993. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), buscamos reportagens que tratassem do tema das denúncias de corrupção no leilão das privatizações, investigação que foi notícia durante o ano de 2002. Sobre os dois primeiros mandatos do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), interessou-nos, sobretudo, como foi a cobertura do caso do Mensalão, em 2007. Já no governo Dilma Rousseff (2011-2016) se faz relevante a cobertura do processo de impeachment, em 2016. Por fim, o governo de Michel Temer (2016-2018) teve que se explicar quando gravações suas foram vazadas, em 2017, e pouco ou nada foi dito sobre o tema no programa, silêncio este que buscamos problematizar em nossa análise.

Quanto à categoria apuração, buscamos entender se *A Voz do Brasil* seguiu a tendência observada por Perosa (1995) durante o governo Sarney. Para a autora, a maior inovação proposta por esta gestão – em contraste com o período do Regime Militar – foi a veiculação de notícias negativas, como no caso do envolvimento do ministro Mauro Sales nos casos Sulbrasileiro e

---

*Folha de São Paulo*, nos permitiu refinar a busca para localizar os dias exatamente em que determinados assuntos vieram à tona na imprensa nacional. A partir dessas datas, encaminhou-se uma solicitação ao acervo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para que fossem enviados os áudios do programa dos períodos anteriores a 2009, a partir de quando os áudios do programa referentes ao Poder Executivo passaram a ser disponibilizados no site da empresa.

Brasilvest. O que causava estranheza ao corpo ministerial, e chegou a render intimidação quando as perguntas dos repórteres da extinta Empresa Brasil de Notícias (EBN) foram consideradas impertinentes - caso do ministro Roberto Gusmão (PEROSA, 1995).

A ideia era que a EBN se tornasse uma agência pública de notícias, com um Conselho Diretor composto por membros da sociedade civil, do governo, jornais, sindicatos dos jornalistas, entre outros, para que houvesse um controle público da atuação da empresa, o que influenciaria *A Voz do Brasil*. Dado este contexto, entendemos pertinente tornar a “Presença de Elemento Contraditório” e a “Postura dos repórteres em relação às fontes e suas informações” referências de análise para esta categoria. Deste modo, buscamos localizar se nas reportagens de *A Voz do Brasil* sobre pautas negativas para os governos de turno houve o debate do contraditório e se os repórteres questionam os dados trazidos pelas fontes, seja confrontando-os com outros dados, seja através de perguntas que demandassem esclarecimentos às fontes.

Em que pese houvesse coberturas sobre pautas negativas, no Governo Sarney, de maneira geral, houve pouco espaço para o debate do contraditório. Na edição do dia 16 de dezembro de 1988, quando se reporta a transferência do general Albérico Barroso, da BR Distribuidora para a Petrofértil, a postura dos repórteres permaneceu complacente em relação a única fonte ouvida, o presidente da Petrobrás à época, Armando Guedes. Em 19 de dezembro, quando Armando Guedes deixou a presidência da Petrobrás, apenas ele é ouvido pela reportagem e nenhum questionamento à sua versão dos fatos é feito - mesmo ele defendendo que sua saída não tem relação com o caso de corrupção da BR Distribuidora. Esse padrão se repetiu no dia seguinte, 20 de dezembro, quando o demissionário foi Aureliano Chaves, o ministro de Minas e Energia que deixava o Governo após dez anos. Em nenhum momento sua saída foi relacionada ao caso BR Distribuidora. No dia 21, reporta-se o nome do novo ministro de Minas e Energia, Íris Resende, sua posse é noticiada com tom oficialesco, no entanto, logo na sequência vai ao ar reportagem sobre o dossiê

resultante da sindicância interna da BR Distribuidora à Polícia Federal. Assim, a posse do novo ministro fica sutilmente relacionada ao escândalo nesta edição do programa.

Nas edições do Governo Collor, entendemos haver um caso mais equilibrado na apuração do impeachment. Ainda que os repórteres permaneçam pouco questionadores em relação às fontes - marcadamente oficiais - há mais riqueza de angulação sobre o tema. Por exemplo, no dia 28 de setembro de 1992, o programa noticia a confiança de Collor na votação da Câmara e a agenda de Itamar Franco, que recebeu governadores e o presidente do PMDB. Ou seja, o ouvinte tem indícios de que por mais confiante que esteja o presidente e o seu porta-voz, lideranças importantes do país já se articulam com o vice-presidente. No dia seguinte, quando há a cobertura ao vivo da votação na Câmara, vão ao ar os votos de três deputados favoráveis ao impeachment.

Para além disso, também é realizada reportagem sobre a movimentação de manifestantes em frente à Câmara e sobre a expectativa em relação ao vice-presidente Itamar Franco. É questionável, por exemplo, que a repórter que cobria esta pauta em frente à Câmara e não entrevistou nenhum cidadão presente. Mas, de todo modo, o programa não deixou de dar as informações mais essenciais sobre o tema, ainda quando elas não eram de interesse ou em benefício de Fernando Collor. No dia 30 de setembro, entendemos que a edição como um todo possui equilíbrio, entre pautar os desafios do novo governo e a saída do velho, garantindo voz a Collor e a Itamar em um momento que poderia ser delicado para os profissionais do programa, uma vez que o afastamento já havia sido aprovado em votação no Senado, mas Collor permanecia em exercício até Itamar tomar posse - o ocorreu no dia 2 de outubro do mesmo ano. Outra questão importante que não deixou de ser pautada é o depoimento de membros do governo à Polícia Federal. No dia 1 de outubro, entendemos que mais uma vez que a edição como um todo possui equilíbrio, entre pautar os desafios do novo governo e a saída do velho, ouvindo Fernando Collor, Itamar

Franco, os ministros que saíram e os que entraram no novo Governo.

No Governo Itamar Franco, nas edições dos dias 21 e 23 de dezembro de 1993, o programa cobriu a CPI do Orçamento. No dia 21, nenhum dos investigados pela CPI foi ouvido pela reportagem. No dia 23, quando a CPI do Orçamento voltou à pauta, entendemos que houve maior equilíbrio na reportagem que trata do depoimento do deputado Ibsen Pinheiro, por serem abordadas opiniões diversas entre os parlamentares:

LOC F: O depoimento do deputado Ibsen Pinheiro na CPI do Orçamento dividiu as opiniões dos parlamentares. Repórter Antônio Carlos Silva: O depoimento mais esperado da CPI do Orçamento durou oito horas. Depois de explicações sobre movimentação bancária e evolução patrimonial, o depoimento do ex-presidente da Câmara, o deputado Ibsen Pinheiro, dividiu as opiniões. Alguns parlamentares, como o senador Garibaldi Alves Filho, da Sub-Comissão de Subvenções Sociais, entenderam que o deputado Ibsen Pinheiro deu explicações razoáveis às perguntas. Outros mais cautelosos querem esperar as informações que o ex-presidente da Câmara prometeu à CPI para emitir opinião. Neste grupo está o senador Francisco Rollemberg. Deputados da Sub Comissão de Bancos, que forneceram dados para a maioria das perguntas, não ficaram satisfeitos. Para o deputado Aloizio Mercadante, o deputado Ibsen Pinheiro não explicou, por exemplo, de onde vieram 15 milhões de cruzeiros que serviram de entrada da compra de um apartamento, em **126 novembro** de 90, após o bloqueio dos cruzados e depois de uma campanha eleitoral, que o deputado Ibsen Pinheiro pagou com recursos próprios e que, segundo o deputado Aloizio Mercadante, foi feito em uma época em que a renda do ex-presidente da Câmara era incompatível. Já o relator, deputado Roberto Magalhães considerou este depoimento o mais difícil, e sem entrar no mérito das respostas do ex-presidente da Câmara, disse apenas que o depoimento acrescentou à CPI. Mas afirmou que algumas questões ficaram pendentes. Do Congresso Nacional, Antônio Carlos Silva. (A VOZ DO BRASIL, 1993e, transcrição nossa)

Ainda na edição do dia 23 de dezembro, apresenta-se reportagem sobre o conflito entre Orestes Quércia e Itamar Franco. Mesmo que sejam destacadas informações da carta de Quércia ao presidente, na qual o ex-governador de São Paulo se diz perseguido pela imprensa, a notícia de maneira geral é bastante parcial para o presidente. Sua versão dos fatos é que dá o ponto final.

Já no Governo Lula, entendemos que se busca algum equilíbrio na reportagem do dia 1 de junho de 2005, sobre os protestos de funcionários dos Correios contra os casos de corrupção na empresa, uma vez que são fontes o

presidente do sindicato da categoria e a assessoria de imprensa da empresa. No entanto, nota-se que a posição do sindicalista não é de toda crítica ao governo, defendendo que a corrupção nos Correios é anterior ao mandato de Lula. Em 3 de junho de 2005, mais uma vez o caso dos Correios é mencionado, mas desta vez indiretamente, na pauta sobre o 4º Fórum Global contra a Corrupção, ocasião em que os funcionários acusados de práticas ilícitas não são ouvidos. No dia 6 do mesmo mês, quando o caso do Mensalão veio à tona, o tema foi tratado a partir do ângulo do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que nega as acusações. Ainda assim a reportagem não deixa de explorar o teor das denúncias - citando de maneira explícita trechos da entrevista de Roberto Jefferson à *Folha de São Paulo*.

O programa ouve ainda os acusados por Jefferson, o presidente da Câmara e o líder da oposição no Senado. Por estas razões, entendemos que mesmo sem entrevistar Roberto Jefferson e trazendo o tema a partir da posição do ministro Aldo Rebelo, a reportagem buscou uma postura equilibrada. No dia 7 de junho, mais uma vez há uma mescla entre as pautas do 4º Fórum contra a Corrupção e o caso dos Correios, o que pode gerar um entendimento de comprometimento do governo com o combate à corrupção. Mas, por outro lado, mais uma vez, menciona-se a movimentação da oposição no Congresso, que se articulava para a criação de uma CPI dos Correios. Já no dia 16 de junho, quando pede demissão o ministro José Dirceu, faz-se notório que o advogado de defesa do agente da Abin, cujo depoimento deflagrou a saída do ministro, foi ouvido pelo programa. Embora a reportagem pese mais para o discurso de despedida de Dirceu, no contexto geral desta análise, em que são raros as fontes não-oficiais e o debate do contraditório, este caso é uma exceção.

No Governo Dilma, de maneira geral, a carência do debate do contraditório é a tônica da cobertura sobre o processo de impeachment. No dia 5 de maio de 2016, por exemplo, ouvimos apenas a opinião do advogado geral da União, Eduardo José Cardoso e da própria presidenta Dilma Rousseff, que

discursa sobre sua situação na inauguração de Belo Monte e em entrevista à BBC. Esta tendência segue durante toda a cobertura, no dia 6 de maio, são fontes apenas os senadores petistas Gleisi Hoffmann e Humberto Costa e a presidenta. No dia 9 de maio, outra vez é ouvido o senador Humberto Costa, o advogado geral da União, Eduardo José Cardoso, e a presidenta. Neste dia também é mencionada indiretamente a posição do presidente interino da Câmara Waldir Maranhão, que tentou anular a cessão de votação do impeachment - do dia 17 de abril - quando assumiu o posto de Eduardo Cunha - presidente da Câmara afastado da função pelo STF. No dia 10 de maio, defendem o mandato da presidenta - além dela mesma e do advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo -, o ministro da Comunicação Social, Edinho Silva, o secretário-geral da OEA, Luis Almagro Lemes e a representante de Mulheres Indígenas do CNDM, Rosimeire Maria Teles. No dia 11 de maio, quando o programa cobre a sessão de votação ao vivo no Senado, a falta de pluralidade na cobertura a faz tomar contornos quase irrealistas. Entre as fontes ouvidas nas reportagens que antecederam a tomada ao vivo, estão a senadora Vanessa Grazziotin (PC do B) e os senadores Lindberg Farias e Jorge Viana (PT) e Randolfe Rodrigues (Rede Solidarietà). Já a reportagem de Gabriela Noronha tratava da recusa do ministro Teori Zavascki quanto ao pedido da Advocacia-Geral da União para anular o processo de impedimento contra a Presidenta Dilma Rousseff. Diretamente do Senado, Ricardo Carandina atualizou os dados das reportagens anteriores e trouxe ainda a fala do então líder do governo no Senado, senador Humberto Costa. Ao simplesmente não elencar opiniões favoráveis ao processo, ao não consultar nenhum dos 55 senadores que votaram pelo impeachment, o programa deixou de noticiar o elemento contraditório da pauta, causando inclusive uma distorção grande da realidade ao dar voz apenas à opinião daqueles que representavam minoria na disputa. Quanto aos cidadãos, mencionados no projeto de reformulação do programa na gestão de Bucci e elemento central até no bordão de abertura - "Está no ar a sua voz, a nossa voz, A Voz do Brasil" - não são consultados neste caso e em

nenhum dos analisados.

Quanto à omissão, de maneira geral, as coberturas analisadas possuem lacunas, no sentido de omitirem informações que são dadas por outros meios, de se restringirem a fontes oficiais ou em casos mais extremos, por não noticiarem determinadas pautas deliberadamente. Como exemplos de omissão parcial, podemos mencionar a cobertura sobre o caso BR Distribuidora, no Governo Sarney. Se no dia 16 de dezembro de 1988, as capas dos jornais mencionavam a demissão de suspeitos, *A Voz do Brasil* apenas reporta a transferência do presidente da BR para a Petrofértil. No dia 21 de dezembro de 1988, os jornais trazem as contradições do depoimento do empresário Eid Mansur no caso BR Distribuidora, enquanto o programa apenas aborda a entrega do dossiê apurado em sindicância interna à Polícia Federal. Ou seja, o programa tem uma angulação muito própria sobre o caso, ao que nos parece, apenas focado no impacto da investigação sob funcionários do alto escalão da estatal.

Podemos lembrar ainda a falta do debate do contraditório durante o Governo Itamar - mais notadamente nas coberturas em que são rebatidas críticas publicadas em jornais sem que se esclareça que críticas e que jornais são estes. No Governo Dilma, por exemplo, a cobertura do caso do impeachment ignorou a oposição e a formação do Governo de Michel Temer, seu vice não é sequer mencionado nas edições analisadas.

Mas a omissão do programa em relação a pautas sobre fatos geradores de crise foi ainda mais evidente durante o Governo FHC, na cobertura das investigações sobre as fraudes nos leilões de privatização, em maio de 2002, e no Governo Temer, quando veio à tona a gravação da conversa entre Michel Temer e o empresário Joesley Batista, em 17 de maio de 2017.

Sobre o primeiro caso, entre os dias 8 e 14 de maio de 2002, as investigações sobre Ricardo Sérgio, ex-presidente do Banco do Brasil que era acusado de favorecer empresas com empréstimos usados depois nos leilões das privatizações - de forma a uma empresa pegar empréstimo do BB para

comprar estatais em leilão - foi capa da *Folha de São Paulo* por três dias deste período - 8, 10 e 11 de maio. Já a prática de descapitalização das estatais através de uma política agressiva de distribuição de dividendos foi capa da edição de domingo - 12 de maio. Ou seja, em sete dias, o tema foi capa em quatro. Mas neste mesmo período nenhuma das edições do programa o tema foi pautado. O valor-notícia<sup>5</sup> nas capas da *Folha de São Paulo* só coincidiu neste meio tempo com os destaques do programa em pautas positivas, como a avaliação otimista de FHC sobre o resultado do Censo 2000, noticiada pela *Voz* no dia 8 e pela *Folha* no dia 9 de maio de 2002. De maneira que, deliberadamente o programa não adotou como valor-notícia as investigações sobre fraude nos leilões de privatização de estatais.

Já no caso de Michel Temer, o programa noticiou o caso com um dia de atraso e sem qualquer espaço para o debate do contraditório. Não se buscou contextualizar o teor da gravação, as acusações que pesaram sobre o empresário Joesley Batista, apenas no dia seguinte o presidente negou a veracidade das gravações e reiterou que não renunciaria. O programa não ouviu nenhuma outra fonte sobre o tema e o assunto que permanecia em pauta nos jornais não foi mais mencionado no programa. Ao se optar pelo pronunciamento presidencial sem um trabalho de reportagem que abordasse o assunto, o programa não noticiou o caso a partir de critérios jornalísticos.

## Conclusões

Nesta análise, do período entre 1985 e 2017, podemos apontar algumas rupturas e reverberações da Ditadura Militar no conteúdo jornalístico de *A Voz*

---

<sup>5</sup>Valor-notícia ou critérios de noticiabilidade são conceitos abordados por diversos autores que buscaram entender o porquê determinados fatos devem ou não ser noticiados. Aguiar (2008) ressalta alguns pressupostos implícitos dos quais os valores-notícia são derivados, tais como os critérios substantivos, relativos ao conteúdo e que articulam a importância e o interesse da notícia. Segundo o autor, os valores-notícia são as qualidades da construção jornalística dos acontecimentos e funcionam como “óculos” através dos quais os jornalistas operam uma seleção e uma produção discursiva daquilo que é selecionado. De maneira que os valores-notícia dão conta das “condições de possibilidades de ver e dizer sobre a realidade social que estão estratificadas na comunidade interpretativa” (AGUIAR, 2008, p.23).

do Brasil, em coberturas de pautas sobre crise política. Em “Apuração” buscamos analisar se o programa trouxe o debate do contraditório e qual era a postura dos repórteres em relação às fontes. O que podemos concluir é que foram raros os casos em que a angulação não foi completamente governista - entre os quais destacamos a cobertura do impeachment de Collor, em 1992, e a dos casos de corrupção nos Correios e Mensalão, em 2005. De maneira geral, os repórteres têm uma postura pouco questionadora diante das fontes, não confrontando suas informações nem durante a entrevista, nem na edição final das reportagens.

A omissão, por fim, presente de maneira mais ou menos deliberada em algumas coberturas também foi uma constante em nossa análise. Variando de omissão parcial, em alguns casos anteriormente destacados, a omissão total durante a cobertura das investigações sobre as fraudes nos leilões de privatização, no Governo FHC, em maio de 2002.

Dado este panorama, concluímos que há muitos avanços que merecem destaque na cobertura jornalística do programa sobre temas que despertaram crises políticas. No entanto, não é possível afirmar que se consolidou um padrão na apuração desta natureza de pauta. Observamos que houve grande variação nas coberturas do programa, de acordo com cada governo de turno, alguns omitiram mais ou menos informações – sobretudo nas edições dos governos FHC e Temer - e outros parecem ter buscado uma cobertura mais equilibrada – com destaque às edições analisados dos governos Collor e Lula.

Neste contexto, destacamos ainda a importância da defesa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007, enquanto uma empresa pública de Radiodifusão. A sua criação visava justamente o estabelecimento deste marco, em detrimento da Radiodifusão Estatal, para a qual fora criada a Radiobrás, em 1975, representando a maior tentativa de afastamento dos preceitos consolidados durante o Regime Militar. Isto possibilitou muitos avanços, seja na contratação de pessoal profissionalizado, seja na elaboração de Manuais de Jornalismo para pautar boas práticas na Casa.

No entanto, a composição do seu Conselho Curador<sup>6</sup> nunca foi uma questão bem resolvida, de maneira que sua independência editorial em relação ao Governo – característica maior da radiodifusão pública – não foi alcançada, e pior, quando houve troca de gestão, entre governos Dilma e Temer, houve retrocessos, que entendemos se refletirem no programa.

Se consideramos que, a partir de 2003 (BUCCI, 2008), *A Voz do Brasil* buscou em seus projetos editoriais uma aproximação com o que entendemos como jornalismo público (ROSEN, 1996; RORHBERG, 2011), o que notamos em nossa análise é que de forma geral, o programa ou se aproximou do gênero do jornalismo informativo (FERRARETO, 2001) ou adotou uma cobertura enviesada das questões. As duas coberturas que entendemos mais ter chegado perto do jornalismo informativo foram a do impeachment de Collor, em 1992, e a do Mensalão e CPI dos Correios, em 2005. Ainda assim, nestes casos, se houve algum diálogo com a noção de jornalismo público foi a partir da aceção de Rothberg (2011), ou seja, pelo financiamento público com relativa independência editorial. Talvez seja mais seguro assumirmos que em nenhum caso há efetiva independência editorial, mas que nestes dois episódios há uma maior independência em relação aos demais.

Embora não seja possível negar que houve mudanças consideráveis frente ao modelo de “objetividade propagandística” dos governos militares, percebe-se que a presença de pautas negativas e o contraditório na apuração, ainda que presentes em algumas das edições analisadas, não se consolidou como uma marca d’*A Voz do Brasil* na “Nova República”, reverberando características que o programa já apresentava durante a Ditadura Militar.

## Referências

AGUIAR. Leonel Azevedo. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano V - n. 1 pp. 13 - 23 jan./ jun. 2008

---

<sup>6</sup>O Conselho Curador da EBC foi extinto durante o Governo de Michel Temer, por meio da Medida Provisória N°744/2016.

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BUCCI, Eugenio. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito a informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- EBC Serviços: <[www.ebc.com.br](http://www.ebc.com.br)> Acessos em: 18 nov. 2012; 23 jul. de 2018.
- EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Somente a verdade: manual de jornalismo da EBC**. Brasília, 2013, 144p.
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997
- MATOS, Lidiane Leite de. **Voz do Brasil: Do Estado Novo ao século XXI**. 2001. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2001.
- PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. **A Hora do Clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República**. São Paulo: Annablume: ECA-USP. 1995.
- ROSEN, Jay. **Getting the connections right: Public Journalism and troubles in the press**. Twentieth Century Foundation, 1996, 100p.
- ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SILVA, Luciana Paula Bonetti. **A Voz que não se calou: as mudanças no programa A Voz do Brasil a partir do governo Lula**. 2014. Relatório de Projeto Experimental de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/13105015>>
- SILVA, Luciana Paula Bonetti. **O jornalismo no programa de rádio A Voz do Brasil em períodos de crise política - análise de coberturas entre 1985 e 2017**. 2018. 157 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198690>>
- SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de Comunicação (1889 1945)**. São Paulo, Annablume Fapesp: 2003.

### **Arquivos Sonoros de A Voz do Brasil**

- A VOZ DO BRASIL. Edição de 15 de dezembro de 1988. Brasília: Radiobrás, p1988a. Arquivo MP3 [30 minutos].
- A VOZ DO BRASIL. Edição de 16 de dezembro de 1988. Brasília: Radiobrás, p1988b. Arquivo MP3 [30 minutos].
- A VOZ DO BRASIL. Edição de 19 de dezembro de 1988. Brasília: Radiobrás, p1988c.

Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 20 de dezembro de 1988. Brasília: Radiobrás, p1988d. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 21 de dezembro de 1988. Brasília: Radiobrás, p1988e. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 28 de setembro de 1992. Brasília: Radiobrás, p1992a. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 29 de setembro de 1992. Brasília: Radiobrás, p1992b. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 30 de setembro de 1992. Brasília: Radiobrás, p1992c. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 1 de outubro de 1992. Brasília: Radiobrás, p1992d. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 2 de outubro de 1992. Brasília: Radiobrás, p1992e. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 12 de maio de 1993. Brasília: Radiobrás, p1993a. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 17 de maio de 1993. Brasília: Radiobrás, p1993b. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 18 de maio de 1993. Brasília: Radiobrás, p1993c. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 21 de dezembro de 1993. Brasília: Radiobrás, p1993d. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 23 de dezembro de 1993. Brasília: Radiobrás, p1993e. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 8 de maio de 2002. Brasília: Radiobrás, p2002a. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 9 de maio de 2002. Brasília: Radiobrás, p2002b. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 10 de maio de 2002. Brasília: Radiobrás, p2002c. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 13 de maio de 2002. Brasília: Radiobrás, p2002d. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 14 de maio de 2002. Brasília: Radiobrás, p2002e. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 1 de junho de 2005. Brasília: Radiobrás, p2005a. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 3 de junho de 2005. Brasília: Radiobrás, p2005b. Arquivo

MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 6 de junho de 2005. Brasília: Radiobrás, p2005c. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 7 de junho de 2005. Brasília: Radiobrás, p2005d. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 16 de junho de 2005. Brasília: Radiobrás, p2005e. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 5 de maio de 2016. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016a. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 6 de maio de 2016. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016b. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 9 de maio de 2016. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016c. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 10 de maio de 2016. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016d. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 11 de maio de 2016. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016c. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 17 de maio de 2017. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017a. Arquivo MP3 [30 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 18 de maio de 2017. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017b. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 19 de maio de 2017. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017c. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 22 de maio de 2017. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017d. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 23 de maio de 2017. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017e. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. de 2018.

## Rádios públicas brasileiras e o Golpe de 64: principais estações e contextos históricos durante a ditadura

*Brazilian public radio stations and the '64 coup: main stations and historical contexts during the dictatorship*

*La radio pública brasileña y el golpe del 64: principales emisoras y contextos históricos durante la dictadura*

Valci Regina Mousquer Zuculoto, Guilherme Gonçalves Longo

### Resumo

Para marcar os 60 anos do Golpe de 64, este artigo apresenta resultados preliminares de estudo sobre rádios do segmento não comercial naquele período específico da história do Brasil, com objetivo de evidenciar impactos da ditadura no campo público da radiofonia. Recortado no grupo de estatais, universitárias e culturais, que então se integravam ao chamado sistema educativo, primeiro identifica estações de expressão histórica naquele tempo: as Rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro, a Inconfidência de Minas Gerais, Cultura de São Paulo e as emissoras das Universidades Federais do Rio Grande do Sul e de Goiás. A seguir, destaca e reflete violências sofridas pela MEC e a Nacional. À época, essas rádios

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 14/08/2024 aceito em: 10/10/2024.

### >> Como citar este texto:

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer; LONGO, Guilherme Gonçalves. Rádios públicas brasileiras e o Golpe de 64: principais estações e contextos históricos. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 97-116, mai./ago. 2024.

### Sobre a autoria

Valci Regina Mousquer  
Zuculoto

[valzuculoto@hotmail.com](mailto:valzuculoto@hotmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-2453-3990>

Jornalista, secretária de Educação, Cultura e Aperfeiçoamento Profissional da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É doutora em Comunicação (PUCRS), com estágio pós-doutoral na UFRJ. É presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar), coordena a Rede de Pesquisa em Radiojornalismo (RADIOJOR) da SBPJor.

Guilherme Gonçalves Longo  
[guilherme.g.longo@usp.br](mailto:guilherme.g.longo@usp.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-1105-0180>

Jornalista e doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCom - USP). É membro dos grupos de pesquisa GIRAFÁ (Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio) e GIPTeLe (Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo).

consolidavam programação educativa. A Rádio MEC tornava-se a de maior evidência neste sentido. Já a radiofonia comercial vivia a Era de Ouro e uma rádio estatal, a Nacional, contraditoriamente era seu modelo padrão. É estudo em perspectiva histórica, de natureza exploratória, com revisão bibliográfica e análise documental.

**Palavras-chave:** História do Rádio; Rádio Público; Ditadura Militar; Golpe de 64

### **Abstract**

To mark the 60th anniversary of the 1964 Coup, this article presents preliminary results of a study on non-commercial radio stations during that specific period in Brazil's history, with the aim of highlighting the impacts of the dictatorship on the public radio broadcasting sector. Focusing on the group of state-owned, university-owned and cultural radio stations that were then integrated into the so-called educational system, the article first identifies stations of historical significance at that time: Rádio Nacional and Rádio MEC in Rio de Janeiro, RádioInconfidência in Minas Gerais, Rádio Cultura in São Paulo and the stations of the Federal Universities of Rio Grande do Sul and Goiás. It then highlights and reflects on the violence suffered by Rádio MEC and Rádio Nacional. At the time, these radio stations were consolidating educational programming. Rádio MEC was becoming the most prominent in this regard. Commercial radio was already experiencing its Golden Age and a state-owned radio station, Rádio Nacional, was, contradictorily, its standard model. This is a study from a historical perspective, of an exploratory nature, with a bibliographic review and documentary analysis.

**Keywords:** Radio History; Public Radio; Military Dictatorship; 1964 Military Coup

### **Resumen**

Este estudio examina la toma de decisiones empleada por las estaciones al elegir emplear mecanismos de distribución alternativos, identificando las restricciones bajo las cuales operan las y hasta qué punto estas opciones funcionan como una forma de arbitraje regulatorio. Se analizan los impactos de tales decisiones en el acceso, la conformidad con la misión de la estación, el costo y la naturaleza de los medios resultantes. El paper se articula con conversaciones más amplias sobre cómo los actores de los medios comunitarios negocian las limitaciones regulatorias, tecnológicas y de otros tipos, y el impacto de tales respuestas.

**Palabras clave:** Radio universitaria; Arbitraje regulatorio; Medios comunitarios; Neoliberalismo; Compromiso público.

“Chora  
a nossa pátria mãe gentil  
Choram Marias e Clarisses  
no solo do Brasil”

(trecho da música “O bêbado e a equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, que teve interpretação de Elis Regina durante a ditadura)

1º de abril de 1964. Inicia-se um longo período de terror no Brasil. O país sofre uma ditadura de duas décadas. Perseguições, torturas, assassinatos, desaparecimentos políticos, censura à imprensa, enfim, todos os tipos de arbitrariedades e violências foram praticados, privando os brasileiros das suas liberdades democráticas. Tudo em nome da segurança e desenvolvimento do país, para livrá-lo do então chamado “avanço comunista”, justificativa para o Golpe e o regime militar que instaurou.

À revelia da retórica presidencial-militar, a partir de abril de 1964, começou no Brasil um período de vinte anos de restrições políticas e constantes mudanças na Constituição, baixadas por um regime de caráter essencialmente autoritário, cuja bandeira ideológica sustentou o lema Segurança e Desenvolvimento. (Perosa, 1995, p.89)

Já naquele primeiro dia da ditadura instalada pelo Golpe Civil-Militar, assim como ocorreu com demais segmentos e instituições do país, o regime ditatorial busca controle total sobre a imprensa e seus veículos. De norte a sul do Brasil, todas as vozes que representassem risco de dissonância, resistência, enfrentamento, precisavam ser silenciadas.

Logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa: Última Hora foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados[...]. (Sodré, 2011, p. 636)

Neste silenciamento da mídia e dos seus profissionais, praticado não somente através de censura como por diversas outras formas de repressão, o rádio brasileiro - tanto as emissoras do sistema privado quanto as não comerciais - foi um dos meios de comunicação mais impactados. Embora já iniciando o ocaso da sua chamada Época de Ouro, ainda se constituía no meio

de comunicação mais popular e de maior abrangência no país. (Zuculoto, 2012a).

As repercussões da ascensão dos militares ao poder começaram com a cassação de direitos políticos dos derrotados. Na sequência, viriam a perseguição, a censura, a tortura, enfim, o amplo leque de alternativas repressoras dos regimes autoritários. O setor de radiodifusão não foge à regra. Ocorrem demissões – por vezes seguidas de detenção – e gradativamente, com fortalecimento da linha dura do regime, emissoras são fechadas e a censura torna-se prática comum. Já nos primeiros momentos do Regime Militar a repressão voltou-se contra as rádios que haviam ensaiado algum tipo de resistência. No dia 1º de abril, a Mayrink Veiga teve seus transmissores lacrados, voltando ao ar apenas três semanas depois. (Ferraretto, 2000, p. 150)

A Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, era uma estação comercial que, após sofrer este ataque inicial do Golpe e ter retornado ao ar, acabou com sua concessão cassada em novembro de 1964. Mas também emissoras não comerciais da época foram atingidas pelo tacão do regime já nas suas primeiras horas de tomada do poder. Deste segmento, uma das mais impactadas nos primeiros dias do Golpe foi a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Estatizada em 1940, a Nacional não assumiu sua natureza estatal na época. Continuou funcionando como uma estação comercial e, contraditoriamente, transformou-se na emissora padrão do hegemônico sistema privado brasileiro e uma das maiores referências radiofônicas na Era do Ouro do meio, nas décadas de 40, 50 e 60 do século 20.

[...] o rádio comercial vive sua Era de Ouro até início dos anos 60. A PRE-8 Rádio Nacional do Rio de Janeiro é estatizada pelo governo federal, mas continua operando como emissora comercial. E paradoxalmente, torna-se uma das maiores expressões desta época áurea da radiofonia comercial, que se tornou hegemônica na radiodifusão brasileira. (Zuculoto, 2012b, p. 68)

Certamente pela sua popularidade, audiência e expressão junto à sociedade brasileira, o regime ditatorial que se implantava no país logo tratou de controlar a emissora. Poucos dias após o Golpe, a Nacional passa a ser dirigida por um interventor, Mario Neiva Filho, e dezenas de seus profissionais e estrelas são afastados, investigados, demitidos. (Ferraretto, 2000). A Rádio

MEC AM do Rio de Janeiro, a primeira emissora educativa do país e uma das mais conceituadas emissoras não comerciais daquele período, igualmente sofre intervenção imediata, já no 1º de abril.

O que ocorreu com as emissoras públicas durante o regime autoritário de 20 anos a partir do Golpe de 64 é o nosso objetivo geral de pesquisa sobre o rádio e a ditadura. Adotamos aqui a denominação “rádios públicas” para as emissoras não comerciais. Isto porque, mesmo tendo vinculação estatal, como no caso da Nacional e da MEC, a maioria vem construindo suas histórias e suas programações autodefinindo-se como públicas (Zuculoto, 2012b). Desta forma, apesar de a Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelecer três sistemas para a radiodifusão nacional – o privado, o estatal e o público –, realizamos este estudo com a compreensão de que os modelos de rádio público e rádio estatal, no Brasil, desenvolvem-se imbricados.

[...] esta busca por um modelo público se dá quase que exclusivamente no que se refere à programação, já que o segmento permanece com gestão e financiamento estatais. De fato, a história do rádio público brasileiro está determinantemente emaranhada com a do rádio estatal. (Zuculoto, 2017, p. 57).

Especificamente nesse artigo, apresentamos resultados iniciais desta (re) constituição histórica em andamento. Primeiramente, identificamos e contextualizamos estações referenciais do segmento não comercial naquele tempo sombrio do Brasil: as Rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro, a Inconfidência de Minas Gerais, Cultura de São Paulo e as emissoras das Universidades Federais do Rio Grande do Sul e de Goiás. Na sequência, observando que a Nacional e a MEC foram emissoras de relevante expressão na radiofonia do país e das mais atingidas, evidenciamos impactos violentos mais imediatos que sofreram durante ou logo após o Golpe.

[...] a Nacional foi o exemplo mais acabado e bem-sucedido em termos de meio eletrônico de comunicação massiva no período anterior ao advento da televisão. De fato, trata-se da única emissora de rádio do país a merecer o qualificativo de “nacional” [...] Já a MEC é a herdeira do sonho educativo de Edgard Roquette-Pinto, principal incentivador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, segunda entidade dedicada à irradiação de mensagens sonoras no país, pioneirismo dividido com o

Rádio Clube de Pernambuco. Colocado em face da possibilidade de transformar a emissora em um negócio, Roquette- Pinto não hesitou, doando a emissora para o então Ministério da Educação e Cultura. Se uma representou o apogeu do rádio como negócio, a outra, já sob a hegemonia das emissoras comerciais, garantiu um espaço para o educativo e o cultural neste novo cenário. (Del Bianco; Klöckner; Ferraretto, 2017, p. 8)

Este panorama que contextualizamos e aqui refletimos preliminarmente constitui bases para, no andamento do estudo, realizarmos a revisão da trajetória histórica dessas emissoras ao longo de todos os 20 anos da ditadura e análise dos impactos que sofreram com o regime de arbítrio que assolou o país.

Assim, apresentamos neste artigo primeiros resultados de um estudo mais amplo, em perspectiva histórica e de natureza exploratória. Trilhamos percursos metodológicos e técnicas de coleta de dados aliando estratégias de pesquisa, da História específica da Comunicação, em revisão bibliográfica e análise documental, como método e técnica (Moreira, 2015; Cellard, 2008). Entre nossas referências principais, para tanto, está Marialva Barbosa (2005; 2008; 2017; 2019), para quem investigar a história do jornalismo e da comunicação impõe compreender que se trata de processo e este é complexo. Precisa ser estudado levando em conta do passado até o presente, mesmo quando se investiga fenômenos contemporâneos.

[...] não podemos esquecer nunca que esses são processuais, ou seja, se desenrolam no tempo. Então, tem um passado que deve ser compreendido para que você entenda tais fenômenos na sua total complexidade, sem essa lógica processual, você não consegue refletir com clareza. Não há presente absoluto, esse está inserido em uma linha temporal que vem do passado até agora, e esses processos se complexificam ao longo desse tempo. (Barbosa, 2019, p. 130).

Isto porque não significa apenas “trazer o passado para o presente, tal como ele se deu”. Segundo a pesquisadora, “o passado está irremediavelmente perdido”. Ao mesmo tempo, há um “passado que não passa”, como se expressa Henry Rousso (2016), e o tema aqui abordado, dos impactos da ditadura sobre as rádios, é um desses casos. Trata-se de um tempo histórico que a sociedade

brasileira, sobretudo, merece (re) conhecer no âmbito da “guerra de memórias” estabelecida em torno da ditadura, de suas realidades históricas que exigem ser evidenciadas, inclusive para as devidas reparações.

Marialva Barbosa (2005) propõe que investiguemos o passado “como uma espécie de pretexto para se referir ao presente”:

É neste sentido que o passado serve para iluminar o presente: não para nos fornecer ensinamentos, para que não cometamos os mesmos erros (outra forma de perceber a história), mas como um lugar imaginário de onde tiramos inspiração, buscamos fontes, escutamos personagens – os mortos –, para falar daquilo que hoje seria importante para a reflexão e, a partir dela, para a mudança. (Barbosa, 2005, p. 102-103).

Para embasamentos teóricos e metodológicos também se utiliza de concepções de Schudson (1993), que defende a relevância da escrita da história propriamente dita da comunicação articulada com a história cultural, política, econômica e/ou social; Romancini (2004; 2005), que também em perspectiva interdisciplinar evidencia aproximações entre história e jornalismo; e Martino (2008), nas suas análises igualmente relacionando estas articulações. Na fase de revisão bibliográfica, coletamos dados em livros e outras publicações, usando como fontes pesquisadores do rádio e da comunicação como Ferraretto (2000), Perosa (1995), Sodré (2011), Zuculoto (2012), Cunha Lima (2008), Milanez (2007), Baumworcel (2006). Em suas obras aqui citadas, estes autores trazem informações históricas sobre emissoras bem como quanto aos impactos da ditadura na mídia da época. Além disso, percorremos acervos de emissoras e outras instituições como Soarmec – Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC, onde buscamos rastros e vestígios, elementos que são bases para as (re) constituições de relatos históricos, na tentativa de conformar histórias não contadas ou mal contadas. Assim como compreende Marialva Barbosa, quando reflete sobre revisões históricas.

A história da comunicação, como qualquer história, passa periodicamente por revisões, seja porque foi descoberto ao acaso um arquivo precioso e que deixa ver sistemas de comunicação em toda sua complexidade,

seja porque as inquietações do tempo obrigam a direcionar o olhar para o passado, tentando compreender turbilhões e redemoinhos de mudanças que avançam sobre cada um de nós no mundo que denominamos contemporâneo. (Barbosa, 2017, p. 7)

## O Golpe contra o rádio público

“Hoje você é quem manda  
Falou, tá falado  
Não tem discussão  
A minha gente hoje anda falando de lado  
E olhando pro chão, viu”  
(trecho de “Apesar de Você”, de Chico Buarque, uma das músicas mais críticas à ditadura e que tão logo lançada, em 1970, foi censurada pelos militares)

Em 1964, o total de emissoras que poderiam, então, ser conceituadas como estatais/públicas, oficialmente não chegava a duas dezenas e se constituía, em especial, por rádios AMs. O segmento não comercial, reconhecido como educativo, recém ganhava a perspectiva de um crescimento um pouco mais rápido, em termos de número de estações outorgadas, sob a nova legislação da radiodifusão da época, de 1962. Mas a possibilidade de ampliação do número deste grupo de estações viria realmente apenas anos mais tarde, com o advento e a consolidação do FM. Em 1965, ocorre a reserva dos canais educativos de rádio e televisão. E somente mais de dez anos depois, em 1977, é que o Ministério das Comunicações publica o Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em FM, implementando a categorização entre educativos e comerciais. Porém, já no recrudescer da ditadura, em 1984, apenas 20 canais de FMs educativas tinham sido outorgados. Nestes, 14 emissoras já transmitiam, mas seis ainda estavam em fase de implantação. (Blois, 1996).

Entretanto, mesmo não sendo muitas, as rádios estatais/públicas na época do golpe de 64 já se destacavam na radiofonia brasileira, buscando construir modelos de programação diferenciados do sistema comercial

(Zuculoto, 2012b). Conforme revisão de periodização histórica específica do segmento, produzida em pesquisa anterior, naquele período específico em que se instaurou a ditadura, a partir de abril de 64, o grupo das estatais, educativas, culturais e universitárias/públicas vivia sua segunda fase, a do ensino pelo rádio, abrangendo da metade da década de 40 ao início dos anos 70.

Meados dos anos 40 ao começo da década de 70: 2ª fase – Ensino pelas ondas radiofônicas - é aquela em que o sistema efetivamente começa a se desenvolver buscando se firmar como educativo. O segmento passa a incluir produção e transmissão de programas de educação formal, instrucionais, com incremento de aulas pelas ondas radiofônicas. Enquanto isso o Rádio Comercial vive sua Era do Ouro até início dos anos 60. (Zuculoto, 2012b, p. 68)

Ao iniciarmos este estudo, um dos primeiros movimentos foi de identificação das principais emissoras educativas do período em torno do Golpe de 64. Evidenciamos entre as de maior destaque a Rádio MEC do Rio de Janeiro, um dos focos deste artigo, como a que iniciou o sistema educativo no país e como a principal do grupo naquele específico momento histórico; a Rádio da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, muito mais por ter sido a primeira estação universitária do Brasil, inaugurada em 1957; e a Rádio da UFG – Universidade Federal de Goiás, criada em 62, mas que só passa a transmitir regularmente em 65. A estação de Goiás também reivindica ser a primeira rádio universitária do país. Isto se deve ao fato de realmente ter recebido a primeira outorga de canal para radiodifusão educativa, instituída a partir da legislação de 62. (Zuculoto, 2012b).

As rádios Nacional do Rio de Janeiro e Inconfidência de Minas Gerais, embora também estatais/públicas e incluindo em partes de suas programações algumas produções instrucionais da época, funcionavam com mesmo modelo de programação das comerciais. Também tinham suas gestões e administrações semelhantes ao do rádio privado, igualmente porque suas concessões datam de 1936. A Inconfidência já entrou no ar como estatal/pública, outorgada ao governo de Minas Gerais. A Nacional iniciou suas transmissões com concessão comercial em 1936 e foi estatizada em 1940,

pelo então presidente Getúlio Vargas. (Ferraretto, 2017; Zuculoto, 2017). Também em 1936, outra emissora referencial para o segmento, a Cultura de São Paulo, entra no ar. Da mesma forma que a Nacional, a Cultura paulista começou privada e somente em 1969, em plena ditadura, foi incorporada pelo governo de São Paulo à Fundação Padre Anchieta. (Cunha Lima, 2008)

### **O Golpe destrói, persegue, demite, prende e silencia**

Verificamos que, no período específico do Golpe de 64 e nos anos imediatos à instauração da ditadura, as emissoras estatais/públicas consideradas educativas começam a se consolidar nesta linha voltada à educação – tanto por meio do ensino instrucional, sobretudo ministrando aulas pelas ondas radiofônicas, como pelo não formal, com programas educativos – e a cultural, como mencionado anteriormente.

Enquanto a Rádio Nacional e todo o segmento comercial viviam sua fase áurea, as emissoras não-comerciais começam a se firmar como educativas, dando ênfase a programas definidos como voltados à educação e especialmente, ao ensino formal, transformando estúdios radiofônicos em verdadeiras salas de aula. Transmitiam de aulas de matemática até educação física, passando pelo inglês, português, história, entre outras matérias escolares. (Zuculoto, 2012b, p. 123)

Além destes instrucionais, irradiavam muitos programas musicais e culturais, que também tinham o objetivo de educar, compreendendo-se educação no seu sentido mais amplo e como disseminação do conhecimento. E justamente contra a maior referência educativa da época, a Rádio MEC RJ, é que, entre outras, a ditadura se voltou com força destruidora já nas suas primeiras horas. No mesmo dia 1º de abril de 1964, o interventor Eremildo Luiz Viana<sup>1</sup> tomou a emissora. Maria Yedda Linhares, a diretora naquele momento, foi demitida e passou a sofrer perseguições.

A pesquisadora Ana Baumworcel (2006, p.3) relatou assim as primeiras

---

<sup>1</sup>Eremildo Luiz Viana (1913-1998) foi um historiador e professor universitário, que lecionava História Antiga e Medieval na Faculdade Nacional de Filosofia. Ficou conhecido pelo seu apoio à Ditadura Militar. Assumiu o comando da Rádio MEC sob o pretexto de que havia lá um foco de agitação, com rumores de que haviam armas armazenadas para uso em atos subversivos.

ações da ditadura contra a MEC e como foi a invasão:

Naquele abril de 1964, Eremildo, acompanhado de dez pessoas armadas, que segundo Maria Yedda eram filiadas ao MAC (Movimento Anticomunista), invadiu a Rádio MEC para destituir a diretora, “a mando do alto comando da revolução”. A secretária da Rádio MEC, Sandra Ribeiro da Costa, barrou os invasores e chamou seu pai para ajudá-la, o ministro do Supremo Tribunal Militar, Orlando Ribeiro da Costa. Só com um documento da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, Eremildo conseguiu entrar na emissora e lá ficou como diretor de abril de 1964 até dezembro de 1969.

O livro Rádio MEC – Herança de um Sonho (Milanez, 2007) narra que ocorreu uma verdadeira tomada da estação pelos golpistas.

Junto com o governo militar, assume a direção, em 1º de abril, Eremildo Luiz Vianna. Permanece no cargo até 3 de dezembro de 1969. Eremildo ficou conhecido por ter “tomado” a emissora de arma em punho e, posteriormente, perseguido funcionários e colaboradores. Foi criticado por cronistas como Sérgio Porto, Carlos Heitor Cony e outros. (Milanez, 2007, p. 217)

E conforme Baumworcel (2006, p. 1), na época o episódio foi assim contado em crônica de Stanislaw Ponte Preta no jornal “Última Hora”: “O Sr. Eremildo Vianna, o distinto que tomou de assalto a Rádio Ministério de Educação, por motivo de vingança, continua a futricar em nome da revolução, para apanhar mais toucinho”.

Outros dos ataques iniciais mais violentos do “novo” diretor foi tirar do ar um dos mais destacados programas da emissora, o “Quadrante”, apresentado pelo ator Paulo Autran. Em depoimento ao informativo “Amigo Ouvinte”, da Soarmec, em trechos transcritos no livro “Rádio MEC – herança de um sonho” (Milanez, 2007), o ator relembra aqueles “tempos difíceis, tempos tristes”:

Quando veio o golpe militar, a Rádio MEC caiu nas mãos de um senhor chamado Eremildo Viana, que, se tinha cultura, não demonstrava. (...) Ele queria mesmo era acabar com todo e qualquer programa que tivesse liberdade artística de escolha ou qualquer coisa assim. E, então, ele acabou com o Quadrante. A essa altura eu já tinha vários anos de Rádio MEC, já estava como funcionário público da Rádio, e continuei a participar de outros programas, lendo sempre crônicas ou trabalhos de alguém. [...] Ele não podia me demitir, mas continuou me dando coisas completamente desinteressantes para ler no microfone, e eu acabei pedindo demissão da Rádio Ministério da Educação, contra a vontade de vários colegas. Esta foi a minha passagem pela Rádio MEC, uma passagem

muito agradável, de glórias, até o golpe de 64 e, depois, uma coisa meio constrangedora. (Autran *apud* Milanez, 2007, p. 203)

Nos acervos da Soarmec e em Milanez (2007), são inúmeros os depoimentos e dados recuperados acerca daqueles tempos realmente difíceis e tristes da emissora considerada marco inicial do sistema educativo, maior expressão do segmento na época e que também carrega o emblema de ter nascido de uma das primeiras estações radiofônicas implantadas no Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Quando a ação destruidora do Golpe se abateu sobre a rádio, era este o cenário lembrado por Edino Krieger, maestro, músico e compositor, que foi produtor e diretor musical da MEC:

[...] A programação musical tinha, ela própria, um caráter educativo, de formação e informação do público radiouvinte. [...] Mais do que uma emissora radiofônica, a Rádio MEC se tornou, nas décadas 50 e 60, um verdadeiro centro de atividades culturais, promovendo eventos especiais como os Concursos para Jovens Intérpretes, de Crítica Musical e Corais Escolares, estes últimos organizados com apoio da Associação de Canto Coral, tendo Villa-Lobos, ainda vivo, como patrono. A difusão da música clássica no Brasil teve e tem, com certeza, na Rádio MEC de ontem e de hoje, um dos seus instrumentos mais valiosos e eficientes. (Krieger, 2007, p 115)

Em outro depoimento, intitulado “Eremildo Viana: diretor com mãos de ferro”, também ao informativo “Amigo Ouvinte”, que até 2013 se encontrava disponível no site da Soarmec, desativado posteriormente, tendo seu acervo doado principalmente para a UFRJ, é Edino Krieger quem relata o desmonte praticado pela ditadura na emissora. Krieger lembra que “Eremildo fez uma verdadeira caça às bruxas pela ideologia e vinculações políticas”. E lamenta ainda que a MEC “[...] não conseguiu se recuperar das perdas vindas da ditadura”. Neste acervo da entidade, os depoimentos se sucedem, evidenciando o quanto o Golpe, de imediato, e na sequência, também os governos da ditadura prejudicaram a emissora. Na gestão de Eremildo Viana, ainda como exemplo, houve muitas perseguições e demissões de funcionários, a começar pela diretora Maria Yedda Linhares, cuja gestão era bastante elogiada e que foi por ele destituída. É a ex-diretora quem relata o que aconteceu:

Ceguei à Rádio MEC em meados de 1963, em pleno governo de Jango Goulart – que tinha como Ministro da Educação e Cultura, Paulo de Tarso, católico, da A.P. Paulista. Momento de efervescência política, quando setores de esquerda eram nacionalistas, lutavam pelas reformas de base e defendiam a democratização da sociedade brasileira pela aplicação de políticas de distribuição de renda equitativa. Pensava-se, como eu, que seria possível acabar com as oligarquias e pôr em prática as reformas necessárias capazes de dar acesso à terra, ao trabalho, à educação, à cultura. [...] Minha passagem pela Rádio MEC rendeu-me, ao longo da ditadura, em parte por denúncias de Emerildo Luiz Vianna, oito inquéritos policiais militares, três prisões, aposentadoria pelo AI-5, exílio de seis anos na França, onde fui nomeada pelo Governo Francês professora titular visitante (professeurassocié). Tenho a alegria de lembrar tudo isso de coração leve e mente aberta. Cumprir minha missão e não me arrependo, graças a Deus. (Linhares, 2007, p. 207-209)

O Golpe e a ditadura que instaurou no Brasil, nos seus primeiros tempos aqui evidenciados, foram implacáveis contra a Rádio MEC do Rio de Janeiro, promovendo um desmonte da emissora, com destruição de acervo, retirada de programas do ar e perseguição aos seus funcionários, entre outras ações já reveladas. A pesquisadora Ana Baumworcel, referindo-se à MEC em artigo sobre “A censura à rádio educativa”, descreve assim aqueles tempos:

O agonizante declínio de uma emissora cultural que teve em seus quadros cientistas, acadêmicos e intelectuais, como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Guerra-Peixe, Radamés Gnattali, Francisco Mignone, Alceo Bocchino, Edino Krieger, Fernanda Montenegro, entre tantos outros. Chocante imaginar uma emissora formada por “homens de letras” se transformar quase numa “prisão”. Quando tomou posse, Emerildo botou todos os funcionários em fila e ficou examinando uns papéis durante meia hora. Segundo Sergio Porto parecia “um bedel de colégio interno examinando boletim de garoto levado. Depois levantou a cabeça (...) e explicou que ali todo mundo era suspeito. Estava instalado o regime do dedo-duro” (Baumworcel, 2006, p. 3)

A Nacional, uma rádio estatal que funcionava em modelo de veículo comercial e acabou tornando-se o exemplo do sistema privado, hegemônico na radiodifusão do Brasil, igualmente sofreu ataques imediatos do regime de arbítrio instalado com o Golpe de 64.

Também a Nacional, que tentara repetir o episódio da Legalidade, vai sofrer o impacto da chegada dos militares ao poder. Dias depois do golpe,

o radialista Mario Neiva Filho foi nomeado diretor da emissora. Rapidamente, ele elabora um relatório sobre a atuação, dentro da rádio, dos subversivos – aqueles que defendiam a legalidade do governo deposto. Sessenta e sete funcionários são afastados, outros 81 passam a ter suas vidas investigadas. (Ferraretto, 2000, p. 151)

Em várias publicações sobre a Rádio Nacional há informações de que o relatório foi elaborado contando inclusive com denúncias de outros radialistas da emissora, que teriam delatado os colegas.

Se a TV enfraquecia a Rádio Nacional aos poucos, as denúncias de César de Alencar, Hamilton Frazão e Celso Teixeira, que entregaram, nos idos de 1964, dezenas de colegas de emissora às autoridades militares, foi o golpe de misericórdia. Cambaleante na disputa com a televisão, a dispensa de atores, atrizes e cantores do porte de Eurico Silva, Paulo Roberto, Oduvaldo Viana, Mário Lago, Hemílcio Fróes, Herivelto Martins, Jorge Goulart, Nora Ney, Jonas Garret, Isis de Oliveira, Ghiaroni, Paulo Gracindo, Marion e João Saldanha, entre outros, jogou a Rádio Nacional no chão. (Aguiar, 2007, p.25)

O episódio dos verdadeiros expurgos patrocinados pela ditadura contra a equipe da Rádio Nacional, nos primeiros tempos do Golpe de 64, é contado em diversas publicações, de obras memorialistas ou de pesquisas científicas a matérias informativas em rádio, TVs ou na Web. Produzido pelas próprias emissoras Nacional e MEC, o docudrama "Eles não nos calaram", em formato de radioteatro, lembrou o acontecimento da "lista" de demissões em 2014, nos 50 anos do Golpe, inclusive com a participação de dois dos funcionários demitidos e perseguidos na época: Gracindo Júnior e Gerdal dos Santos. (EBC, 2014). O repórter Paulo Virgílio (2014) também relatou o caso em matéria intitulada "Rádio Nacional é invadida por militares por dar voz à resistência ao golpe", publicada na Agência Brasil, da EBC, em 31 de março de 2014, igualmente marcando os então 50 anos do Golpe.

A Rádio Nacional foi tomada pelos militares na tarde do dia 1º de abril de 1964. Nas horas que antecederam à invasão ainda ensaiou a resistência. Na madrugada do Golpe, por exemplo, "entre os que usaram os microfones da **Rádio Nacional** em defesa da democracia esteve o então deputado federal

Rubens Paiva, depois cassado e, finalmente, morto após sequestro e tortura por militares da Aeronáutica e do Exército”. (Vírgilio, 2014).

Também conforme a reportagem, durante a luta pela anistia no Brasil, “no final da década de 70, os expurgados da **Nacional** formaram uma comissão”, liderada pelo ator, cantor, compositor e poeta Mário Lago. Defendiam a reintegração dos expurgados, o que só conseguiram em 1980, quando alguns já haviam falecido. O jornalista e radioator Gerdal dos Santos foi um dos reintegrados e trabalhou na Nacional até 2018, completando mais 60 anos na emissora. Morreu em 2022, aos 92 anos.

Também como já referimos anteriormente, a Cultura de São Paulo, naquela época, ainda não havia sido vinculada pelo governo paulista à Fundação Padre Anchieta. A incorporação se deu somente em 1969, desde quando a Cultura passou a buscar uma programação mais identificada com as educativas da época. Da mesma forma que as demais estações do segmento, observamos que a Cultura acabou beneficiando-se da política de integração nacional implementada pelos militares. Essa política fez com que investissem na radiodifusão e ampliassem o espaço para sistema educativo.

Principalmente as estações educativas eram responsáveis pela produção e distribuição de grandes produtos e projetos radioeducativos como Colégio no Ar, Projeto Minerva, entre muitas outros que tinham transmissão também pelas demais emissoras do país. (Cunha Lima, 2008; Blois, 2007)

Na produção do “Colégio no Ar”, por exemplo, estiveram envolvidas as rádios da Universidade do Rio Grande do Sul (junto com a Fundação Padre Landell de Moura), a Cultura e a MEC. O Projeto Minerva foi produzido e veiculado especialmente a partir das instalações da Rádio MEC, em coproduções com a Cultura. Posteriormente, já ao final da ditadura e vivendo a fase áurea da radiodifusão educativa, o SINRED, tendo a maior parte do tempo a MEC como cabeça de rede e muitas vezes também a Cultura, foi outra possibilidade de avanço para o segmento. Porém, há integrantes do próprio rádio educativo que acreditam que períodos como o do Minerva e do SINRED,

mesmo em plena ditadura, permitiram reerguer emissoras do grupo, uma delas a MEC.

[...] Nos anos 1970, o Serviço de Radiodifusão Educativa (SER), do MEC, ao qual a Rádio era subordinada, fica responsável pela produção e veiculação do Projeto Minerva, a mais importante iniciativa governamental do uso do rádio para fins educativos. O “Brasil grande” precisava de cidadãos que continuassem sua escolarização, saídos das salas de aula do Mobral espalhadas por todo País. Grandes educadores voltavam a ganhar espaço nas ondas do rádio, então em rede nacional, com ofertas dos Cursos de 1º e 2º Grau, e séries e cursos para professores. Mestres como Aurélio Buarque de Holanda, Arnaldo Niskier, Jairo Bezerra, Domício Proença Filho, Arno Welling, entre outros, deram sua inestimável contribuição, nesse momento em que a educação brasileira passava por grande transformação. [...] (Blois, 2007, p.143)

As emissoras estatais/públicas começam, então, a sua Era de Ouro, possibilitada inclusive a partir das políticas desenvolvimentistas do regime militar, principalmente pelo incentivo à produção de programação educativa, com ênfase no ensino instrucional. A política de integração nacional também trouxe estímulos ao crescimento do meio com o Plano de distribuição, mas especialmente para o segmento não comercial com o estabelecimento da reserva dos canais educativos, como contextualizamos anteriormente.

### **Considerações**

Esses são os primeiros resultados de um estudo histórico em andamento, visando uma revisão, sistematização e ampliação do relato sobre o que ocorreu com as estações estatais/públicas, do então chamado segmento educativo, nos tempos próximos e imediatos ao Golpe de 1964.

Preliminarmente, já é possível observar que rádios do segmento não comercial daquela época, a exemplo também de outras emissoras radiofônicas do sistema comercial, foram alvos preferenciais do Golpe de 64 na área da comunicação e do jornalismo. Afinal, como as estações aqui evidenciadas, o rádio era, então, uma das mídias mais populares e de maior audiência. Embora já enfrentasse a concorrência da televisão, continuava sendo o meio de massa

mais acessível à população, pois, ao contrário da nova mídia emergente, atingia todas as camadas.

O meio tinha maior alcance geográfico e de mobilidade (com o rádio portátil conseguia ser ouvido nos mais variados lugares e nas mais diversas situações do cotidiano das pessoas), mais baixo custo (tanto de produção quanto de recepção) e por se utilizar somente da linguagem oral para se comunicar com a audiência, dispensava, por exemplo, saber ler. (Zuculoto, 2012a). Na época do Golpe de 64, o índice de analfabetos no Brasil chegava a quase 40% da população brasileira a partir dos 15 anos (INEP, s/d).

Além disso, especialmente o grupo de estatais, universitárias e culturais já começava a consolidar, então, uma programação denominada educativa, que ao chegar no seu auge nas décadas seguintes, de 1970 e 1980, levou o segmento a também ter uma Era de Ouro (Zuculoto, 2012b). Assim, ao mesmo tempo em que buscou silenciar e impedir resistências da mídia radiofônica ao Golpe, a ditadura vislumbrou justamente no rádio um dos instrumentos para implementar suas políticas de desenvolvimento e de integração nacional. Investindo na programação educativa que já se produzia e alavancando sobretudo o ensino instrucional pelas ondas radiofônicas, o regime tentou também atacar um dos graves problemas sociais daquele tempo, o analfabetismo.

Como ainda evidenciamos neste artigo, a expansão do número de emissoras também foi possibilitada, com o estabelecimento de canais educativos na legislação da radiodifusão e, ainda, com a criação da faixa FM. Mas se não calou totalmente o rádio, a ditadura impactou de forma determinante o meio no Brasil e ainda há muito por investigar, inclusive acerca do desmonte no período específico do Golpe de 64. Para a Rádio Nacional, por exemplo, o Golpe é apontado como um dos grandes responsáveis pela sua decadência.

Ainda sob os impactos dos “golpes” sofridos nas décadas de 50, logo depois a emissora amarga outro choque considerado e aqui compreendido como um dos principais responsáveis pelo aguçamento de seu declínio. [...] não apenas o advento da televisão está entre as

principais causas da derrocada, como também a ditadura instaurada em 1964. Autores como Goldfeder (1980), Ferraretto (2000) e Aguiar (2007), além de radialistas que integravam o quadro da Nacional à época, são categóricos ao apontar o desmonte da emissora a partir do Golpe de 64 como um dos principais causadores da sua decadência. (Zuculoto, 2017, p. 62)

Apesar de você  
Amanhã há de ser  
Outro dia  
Você vai ter que ver  
A manhã renascer  
E esbanjar poesia  
Como vai se explicar

(outro trecho de “Apesar de Você”, de Chico Buarque, uma das músicas mais críticas à ditadura e que tão logo lançada, em 1970, foi censurada pelos militares)

O outro dia da música de Chico Buarque chegou tão somente 20 anos depois. Hoje, 60 anos após o Golpe de 64 ainda reivindicamos nosso direito a muitas explicações e punições dos que fizeram chorar a nossa pátria mãe gentil.

## Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

BARBOSA, Marialva. **Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história**. In.: BRAGANÇA, Anibal; MOREIRA, Sonia Virgínia. (orgs). Comunicação, acontecimento e memória. São Paulo: Intercom, 2005

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. Comunicação e História: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008.

BARBOSA, Marialva Carlos (org.). **Os manuscritos do Brasil** – Uma rede de textos no longo século XIX. Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense – EDUFF, 2017.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Mirar o Presente Olhando o Passado: O Risco do Foco Presentista nos Estudos de Comunicação Permeados pela Mídia**. [Entrevista cedida a] Ana Paula Heck et al. Revista UNINTER de Comunicação, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 129 – 131, jun. 2019

BAUMWORCEL, Ana. **A censura à rádio educativa**. In.: Encontro Nacional de História da Mídia, 4, GT História da Mídia Sonora, 2006. Anais... São Luís do Maranhão:

Associação Maranhense de Imprensa; Rede Alfredo de Carvalho - ALCAR; Uniceuma; UFMA e Faculdade, 2006.

BLOIS, Marlene. **Florescem as FM Educativas no Brasil**. Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos. Rio de Janeiro: UGF, 1996. Tese de Livre-Docência em Comunicação Televisão e Rádio. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1996.

BLOIS, Marlene. **Rádio MEC** – A mais concretizada expressão da radiodifusão educativa. In.: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008

CUNHA LIMA, Jorge da. **Uma história da TV Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008.

EBC. **Eles não nos calaram**. Rio de Janeiro: Rádios Nacional e MEC, 2014. Disponível em: <https://busca.ebc.com.br/sites/radios/nodes?q=Eles+n%C3%A3o+nos+calaram> Acesso em: 01 out. 2024.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: INEP, s/d. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/mapa-do-analfabetismo-no-brasil> Acesso em: 02 out. 2024

KRIEGER, Edino. **Rádio MEC: um centro de difusão da música clássica**. In.: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

KRIEGER, Edino. Eremildo Viana: diretor com mãos de ferro. In.: **Amigo Ouvinte**, Soarmec. Disponível em [http://www.soarmec.com.br/AMIGO\\_43.pdf](http://www.soarmec.com.br/AMIGO_43.pdf) Acesso em 05 ago. 2024.

LINHARES, Maria Yedda. **Confissões sobre o próprio trabalho**. In.: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007. p. 207-209.

MARTINO, Luiz C. **Classificação e exame crítico da literatura sobre História da Comunicação**. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008. p. 27-43.

MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica** [p. 269-279] In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em**

comunicação. 2. ed. 8. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A Hora do Clique**. Análise do Programa de Rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República. São Paulo: Annablume:ECA-USP, 1995.

ROMANCINI, Richard. Inventando tradições: os historiadores e a pesquisa inicial sobre jornalismo. **Revista PJ:Br** – Jornalismo Brasileiro. São Paulo, ECA/USP, v.3, n. 3, 2004. Disponível em: [www.eca.usp.br/prof/josemarques/arquivos/ensaios3\\_a.htm](http://www.eca.usp.br/prof/josemarques/arquivos/ensaios3_a.htm). Acesso em: 07 ago. 2024

ROMANCINI, Richard. História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In.: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 28, NP 02 – Jornalismo, Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 5, 2005. Anais... Rio de Janeiro: Intercom, UERJ, 2005.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SCHUDSON, Michael. **Enfoques históricos a los estudios de la Comunicación**. In.: JENSEN, K.B; JANKOWSKI, N.W.(orgs). Metodologias cualitativas de investigación em Comunicación de Masas. Barcelona: Bosch, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

VIRGILIO, Paulo. Rádio Nacional é invadida por militares por dar voz à resistência ao golpe. **Agência Brasil**, EBC, 31/03/ 2014. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/radio-nacional-e-invadida-por-militares-por-dar-voz-a-resistencia-ao-golpe> Acesso em: out 2024

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **No ar**: a história da notícia de rádio no Brasil. Florianópolis: Insular, 2012.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **Rádio Nacional do Rio de Janeiro** - de emissora comercial nacional a rádio pública local. In: DEL BIANCO, Nelia; KLÖCKNER, Luciano; FERRARETTO, Luiz Artur. 80 anos das rádios Nacional e MEC [recurso eletrônico], ed.1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017

## ENTREVISTA

### JOÃO BATISTA DE ABREU

*Por: Nair Prata, Nelia Del Bianco e Karina Woehl de Farias*



“Esse período tenso da história do país e do radiojornalismo precisa ficar registrado para que não caia no esquecimento, principalmente entre os jovens, que não viveram sob a mordada hertziana, nem na escuridão do silêncio. Não existem heróis, nem vilões; apenas personagens anônimos que, de alguma forma – e quase sempre com a aprovação silenciosa dos gerentes e donos de emissoras – exerceram algum tipo de resistência”

### **Os bastidores da resistência à censura no rádio**

No contexto atual de disputas sobre a interpretação histórica da ditadura, iniciativas de preservação da memória e justiça competem com discursos que promovem a militarização e o controle social repressivo. Esses ecos autoritários destacam a necessidade de uma análise crítica dos eventos e suas consequências. No marco dos 60 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil, a **Revista Radiofonias** publica este dossiê para que pesquisadores de rádio e mídia sonora possam contribuir com estudos sobre o período.

Durante a ditadura militar no Brasil, as emissoras de rádio enfrentaram diversos problemas significativos como censura, perseguição a jornalistas e radialistas, controle e vigilância, propaganda do regime e autocensura, contribuindo para o silenciamento de muitas vozes contrárias ao regime e que marcaram profundamente a história das mídias no país.

Ao revisitar essas questões, para uma compreensão crítica da democracia e da história, nesta edição da **Revista Radiofonias** conversamos com o jornalista e professor João Batista de Abreu, que vivenciou os desafios impostos pela ditadura em emissoras de rádio. A partir do seu olhar experiente e aguçado, o professor relembra fatos de destaque daquele período e faz análises que atualizam as vivências de um tempo que ainda ressoa entre nós.

**Radiofonias:** Professor, começamos esta entrevista buscando entender a configuração da censura em nosso país durante a ditadura militar. Havia tipos diferentes de censura?

**João Batista de Abreu:** Sim, pelo menos três tipos de censura. A oficial, imposta pelo Estado, ocupado por um regime autoritário; a censura interna, determinada pelo dono dos meios de comunicação, geralmente para atender interesses econômicos do grupo e de anunciantes. Em algumas emissoras populares cariocas, o próprio chefe do Jornalismo se encarregava de cumprir a missão de censor interno, descartando as notícias que poderiam causar problemas. A alegação era de que determinados temas não faziam parte da linha editorial do grupo. O terceiro tipo – e com certeza o pior deles – é a autocensura, porque exige as duas outras instâncias de qualquer intervenção. Se o jornalista – ou outro produtor de conteúdo – induz a priori que o assunto/episódio não merecerá cobertura, por conta de circunstâncias políticas, econômicas, culturais ou morais, a tendência é prevalecer o silêncio. Ao contrário, quando o meio de comunicação decide acompanhar o fato, mesmo diante da possibilidade de vir a ser censurado, a cobertura fica registrada e algum dia, dependendo dos ventos democráticos, poderá vir a público. Isso aconteceu, por exemplo, com o jornal O Estado de São Paulo, que sofreu censura interna durante 10 anos seguidos. Depois da redemocratização, o jornal publicou o livro *Mordaça no Estadão*, organizado por José

Maria Mayrink, com as principais notícias censuradas.

**Radiofonias:** Como se dava a censura à mídia durante a ditadura?

**João Batista de Abreu:** Emissoras de rádio, televisão e jornais de grande circulação costumavam receber frequentemente notas do Departamento de Censura da Polícia Federal com proibição de menções a fatos, episódios e manifestações que contrariavam os interesses do governo federal e mesmo de autoridades. No começo, as rádios recebiam os avisos por ligação telefônica sem que o interlocutor sequer se identificasse e informasse o número do telefone. Ainda não estava disponível comercialmente o aparelho Bina, identificador de chamadas. É neste cenário que os meios de comunicação tentam equilibrar-se, a maioria conivente com o regime militar por medo e pelos benefícios de concessões de emissoras e verbas oficiais e dos anúncios de empresas estatais.

**Radiofonias:** As redações recebiam ordens da censura de forma específica?

**João Batista de Abreu:** Isso acontecia de forma clara. Em setembro de 1972, por exemplo, os jornais receberam algumas recomendações, sob o título Regras Gerais de Censura. É o que poderíamos chamar de Os 8 Mandamentos da Censura. Estas são as regras: 1. Inconformidade com a censura de livros, periódicos, jornais e diversões; 2.

Campanhas visando à revogação dos atos institucionais, nomeadamente do Ato Institucional nº 5; 3. Contestação ao regime vigente. Difere de oposição, que é legal; 4. Notícias sensacionalistas que prejudicam a imagem do Brasil, tendentes a desnaturar as vitórias conquistadas pelo Brasil; 5. Campanha de descrédito à Política Habitacional, Mercado de Capitais e outros assuntos de vital importância para o Governo; 6. Assaltos a estabelecimentos de créditos e comerciais, acompanhado de abundante noticiário, instrutivo e exemplificativo, em sentido negativo; 7. Tensão entre a Igreja Católica e o Estado e agitação nos meios sindicais e estudantis; 8. Ampla publicidade sobre nações comunistas e pessoas do mundo comunista.

**Radiofonias: A censura se dava sempre pela proibição de fatos a serem noticiados?**

**João Batista de Abreu:** Não apenas assim, mas havia outras formas. Por exemplo, além dos fatos vedados de noticiar, as rádios eram orientadas a ignorar a existência da censura nos meios de comunicação. É o que se pode chamar de metacensura. Uma nota de 5 de junho de 1973 determinava: “De ordem superior fica terminantemente proibida publicação de crítica ao sistema censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como qualquer notícia, crítica ou referência, escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada, contra órgãos de censura,

censores, legislação censória até posterior liberação. Esta ordem é para qualquer programa”. Houve também um veto, por parte do inspetor Costa Sena, em 19 de setembro de 1972, ao discurso do próprio líder da ARENA no Senado: “A Censura Federal proíbe a divulgação do discurso do líder da Maioria, Senador Filinto Muller, negando que exista censura no Brasil”. É importante lembrar que o ex-major Filinto Muller fora chefe de Polícia no Distrito Federal durante o Estado Novo.

**Radiofonias: Pode-se dizer que a ditadura brasileira era um regime contraditório?**

**João Batista de Abreu:** Nem o escritor tcheco Franz Kafka seria capaz de imaginar tal contradição nos regimes autoritários. Em algumas ocasiões a censura atuava como fonte informativa das redações. O secretário de redação do Jornal do Brasil, José Silveira, arquivou algumas notas enviadas pela censura. Uma delas dizia: “O Inspetor Costa Sena telefonou às 21h15min para avisar que um comandante da Marinha, já reformado, teve um acesso de loucura em um avião em São Paulo e criou um problema sério. A notícia não pode ser divulgada”.

Gostaria de lembrar também a relação, às vezes conturbada, da ditadura com a Igreja Católica. A preocupação com os sacerdotes se deve às denúncias de prisões arbitrárias e torturas que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e padres faziam publicamente ou em sermões durante a

missa. Ficaram famosos os sermões do arcebispo de São Paulo, cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, na missa dominical na Catedral da Sé, transmitida pela Rádio Nove de Julho. Não foi à toa que, em 1972, o pedido de renovação da concessão da frequência da emissora vinculada à arquidiocese foi negado pelo Ministério das Comunicações. A nota de 28 de junho de 1973 dizia: “De ordem superior reitero proibição de difusão de notícias tendenciosas sobre supostas torturas baseadas em falsas declarações contidas em relatórios forjados atribuídos a padres brasileiros. Agente Rubem”.

**Radiofonias:** Na sua avaliação, qual foi a proibição mais incomum daqueles tempos?

**João Batista de Abreu:** Apesar de toda a virulência da censura oficial imposta pela ditadura civil-militar – herança do Estado Novo getulista (1937-1945) – a proibição mais insólita e também a mais socialmente irresponsável foi durante o surto de meningite que se abateu sobre a região metropolitana de São Paulo e o sul da Bahia, em 1974. A pretexto de evitar pânico entre a população, o Departamento de Censura da PF distribuiu a seguinte nota em 26 de julho de 1974: “De ordem superior, atendendo solicitação em virtude de fato superveniente, fica proibida a divulgação, através dos meios de comunicação social, de entrevista concedida pelo Ministro da Saúde sobre

meningite, e qualquer divulgação de dados e gráficos sobre frequência de meningite, notícias sobre quantidade e datas de chegada de vacinas importadas, bem como referências necessidade de previsão. Divulgação de matéria sensacionalista ou exploração tendenciosa através da imprensa de qualquer assunto relativo a meningite, fica igualmente proibido”.

Cabe lembrar que a meningite é uma doença de alto poder letal que costuma evoluir muito rapidamente para o óbito, se for virótica, ou causar sequelas graves, se bacteriana. Os infectologistas advertem que, diante dos primeiros sinais e sintomas, como manchas escuras nas articulações e a nuca incapaz de se movimentar, o paciente deve ser levado logo para uma unidade de saúde especializada. A pergunta que ficou sem resposta é: quantas pessoas, sobretudo crianças, morreram porque a família desconhecia a existência do surto de meningite e os sintomas e sinais da doença, justamente na maior metrópole do país?

**Radiofonias:** Especificamente na Rádio Jornal do Brasil, onde o senhor trabalhou, como era a relação com a censura?

**João Batista de Abreu:** De 1973 a maio de 1978, a Rádio JB recebeu 299 notas de censura, todas até então transmitidas pelo telefone, e sempre valendo por tempo indeterminado. Somente após a intermediação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com o Ministério da Justiça,

as notas começaram a chegar com o nome do inspetor e o telefone de origem. Uma das últimas notas de censura recebida pela Rádio JB foi em abril daquele ano. A nota proibia textualmente a menção à declaração de um dos candidatos da ARENA - o partido governista, ex-governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, e sua pretensão fracassada de se tornar presidente da República. Por ironia, ele foi um dos líderes civis do golpe de 1964. O candidato vencedor fora o general João Batista Figueiredo, ex-chefe da Casa Militar do Governo Medici e chefe do Serviço Nacional de Informações no Governo Geisel. O banqueiro mineiro morreu na praia.

Em relatório interno endereçado ao superintendente da rádio, jornalista Carlos Lemos, a chefe do Departamento de Radiojornalismo Ana Maria Machado fez, em maio de 1978, um relato detalhado dos atropelos que aquela forma de proibição trazia ao trabalho cotidiano, quando a ação da censura começava a dar sinais de esvaziamento no final do Governo Geisel. A jornalista lembrava que a censura telefônica não se constituía na única forma de coerção do Estado de exceção. Também eram constantes as visitas de agentes do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) para apreender fitas com o noticiário gravado que fora ao ar, sob pretexto de averiguar eventuais denúncias de descumprimento das ordens de censura. Vale lembrar que todas as emissoras de amplitude e frequência

modulada eram obrigadas a gravar a programação e armazenar a fita por no mínimo 30 dias. Internamente, essas fitas de rolo de baixa rotação eram chamadas de “dedo duro”. Os textos dos noticiários ficavam arquivados por 90 dias.

O documento de Ana Maria Machado conclui: “Esse conjunto de mecanismos de proibições não escritas e intervenções sem deixar vestígios sujeita os jornalistas de rádio a viver uma situação de puro arbítrio em que a única lei é a do mais forte. Ou seja, a censura age de fato, mas não se escora em qualquer amparo legal, dando a impressão de não existir para quem com ele não convive no cotidiano”.

#### **Radiofonias: Como era a convivência com a censura no dia a dia?**

**João Batista de Abreu:** Conviver com a censura exigia postura preventiva. Quando a direção da redação previa que chegaria uma ordem proibindo a menção a uma manifestação estudantil ou ato público em defesa da anistia e da volta dos exilados, a partir de 1978, por exemplo no campus das PUC do Rio de Janeiro, a Rádio JB cobria o engarrafamento que se estabelecia na rua Marquês de São Vicente e adjacências, na Gávea. Quando o Governo Geisel fechou o Congresso, em abril de 1977, depois de perder uma votação sobre a aprovação da Reforma Judiciária, criando o Pacote de Abril, a orientação era buscar no noticiário internacional episódios grotescos de ditadores mundo afora. Esse ato de resistência, podemos chamar assim, era um

trabalho anônimo e coletivo, com a orientação da chefia e da direção da emissora. Sem este apoio velado, nada poderia ser feito.

**Radiofonias:** De modo geral, as emissoras de rádio aceitavam as imposições da censura? Ou se mostravam desconfortáveis com a situação?

**João Batista de Abreu:** Havia várias emissoras que não aceitavam bem o cenário ditatorial. Entre as que mostravam desconforto com as notas de censura, ao lado da Rádio Jovem Pan de São Paulo e da Continental de Porto Alegre, estava a Rádio Jornal do Brasil do Rio. Fundada em 1935 e uma das cinco frequências cariocas a dispor de canal alcance internacional, a rádio manteve-se desde a década de 1960 dedicada ao jornalismo e a uma programação musical voltada para as camadas médias.

Por conta dessa independência foi tirada do ar em três ocasiões. Em junho de 1961, por fazer referência a uma discordância militar sobre armamentos e munições entre o governo Jânio Quadros e o de Arturo Frondizi. Em 1968 pela manifestação após a missa de sétimo dia, na Candelária, do estudante Edson Luiz de Lima Souto, morto por policiais militares no restaurante estudantil Calabouço. A terceira vez foi em 1972.

Cabe destacar que a Rádio JB nunca esteve

entre as de maior audiência, predominando entre os segmentos de camadas médias urbanas. No entanto, a audiência segmentada e a credibilidade do noticiário faziam com que ela servisse de radioescuta pelas demais emissoras.

**Radiofonias:** E como ficavam os jornalistas neste cenário de imposição?

**João Batista de Abreu:** O cenário era de um compreensível desconforto dos jornalistas. Desde a imposição do decreto lei 1077, de janeiro de 1970, conhecido como Lei Buzaid (para lembrar o nome do ministro da Justiça do Governo Garrastazu Medici), as notas chegavam à redação das emissoras por telefone. Do outro lado da linha, alguém que não se identificava limitava-se a ler o texto da proibição dizendo apenas que era da parte do Departamento de Censura da Polícia Federal e a seguir desligava. Nenhum nome ou revelação do número do telefone. Vale lembrar que hoje em dia, com a popularização do aparelho identificador de chamadas, tal exigência seria praticamente desnecessária.

A ausência de dados concretos sobre as proibições trazia insegurança para editores e redatores. Afinal, o telefonema poderia não passar de um trote e não havia como checar a veracidade. Lembro mais um trecho do já citado documento escrito pela Ana Maria Machado, hoje acadêmica da Academia Brasileira de Letras: “No momento em que se assinala a suspensão da censura prévia aos jornais, um silêncio

sobre a permanência das proibições ao rádio, à televisão e a algumas revistas pode contribuir para dar a sensação de que o final da censura à imprensa é total. Essa atitude pode reforçar a tendência que sempre acompanhou, nos últimos anos, o controle sobre os noticiários de rádio e tevê: o cuidado em não deixar pistas”.

No documento a jornalista frisa que, ao passo que nos veículos impressos a proibição se fazia por meio de documentos escritos e entregues mediante recibo, o protocolo para os meios audiovisuais se baseava na informalidade: “A mecânica de relacionamento das emissoras de rádio e televisão com os órgãos responsáveis pela censura aos noticiários é baseada numa trama de fios frágeis – a rede telefônica”.

O relato também apontava: “Todo esse processo deixa o jornalista sem qualquer defesa diante de alguns grandes riscos. Em primeiro lugar, o telefonema pode ser falso. Qualquer pessoa pode passar um trote para a emissora, mesmo dando um número de telefone onde possa ser encontrada a seguir para uma eventual confirmação. No entanto, mesmo esse procedimento mínimo de segurança nem sempre é possível, na medida em que algumas vezes os autores dos telefonemas chegam a recusar a hipótese de se identificar pelo telefone”. De acordo com o relato de Ana Maria Machado, o telefonema poderia cair em um ramal do setor administrativo e o jornalista jamais poderia provar não ter recebido a

mensagem. “Numa situação que o próprio Kafka não imaginou, (o jornalista) está sendo regido por uma proibição que desconhece e é passível de sanções por desrespeitá-la”.

### **Radiofonias: Algum outro documento de destaque daquele tempo?**

**João Batista de Abreu:** Há um texto importante, também de natureza interna, do editor do turno da tarde da Rádio JB, Rosental Calmon Alves. Ele observava que, em 1967, o marechal Castelo Branco, primeiro presidente após o golpe militar, fizera alterações no Código Brasileiro de Telecomunicações, que entrou em vigor em 1962, no governo João Goulart. Só que as mudanças do marechal mantiveram a liberdade de imprensa, prevista no artigo 54 do código: “São livres as críticas e os conceitos desfavoráveis, ainda que veementes, bem como a narrativa de fatos verdadeiros, guardadas as restrições estabelecidas em lei, inclusive em atos de qualquer dos poderes”.

Rosental Calmon, hoje professor da Universidade do Texas, em Austin, menciona que alguns acréscimos efetuados na lei poderiam deixar em situação delicada um policial que porventura telefonasse para a redação anunciando uma proibição. “A autoridade que impedir ou embaraçar a liberdade de radiodifusão ou de televisão fora dos casos autorizados em lei incidirá no que couber na sanção do artigo 322 do

Código Penal. Sob o título Violência Arbitrária, o artigo previa pena de detenção de seis meses a três anos para a autoridade que praticasse violência no exercício da função.

Mas, como se sabe, após a decretação do Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, e a posse do general Garrastazu Medici na presidência da República, em 1969, o tempo fechou e o dia escureceu. A lei Buzaid alterou a Constituição de 1967, no seu parágrafo 153, e estendeu a proibição a publicações e exteriorizações à moral e os bons costumes, antes restritas a espetáculos, aos meios de comunicação e às emissoras de rádio e televisão. A partir de então, as eventuais críticas ao regime militar, tanto no Brasil, quanto no exterior, produzidas por entidades ou divulgadas por agências internacionais de notícias, passaram a depender do crime do Departamento de Censura da Polícia Civil. Falar mal do governo tornara-se atitude antipatriótica e, portanto, passível de proibição.

Cabe destacar ainda que, além da censura oficial, havia a pressão contra as empresas privadas que anunciavam em veículos considerados de oposição. Não era incomum que, após advertência informal feita por “parceiros do regime”, o grupo econômico recebesse a visita de fiscais da Delegacia Regional do Trabalho, para averiguar os contratos dos empregados, o registro na carteira e as folhas de ponto. Companhias que solicitassem empréstimos

de bancos públicos como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal corriam o risco de verem seus pedidos mofarem na gaveta. E, claro, as Divisões de Segurança e Informação (DSI), que existiam em cada universidade, órgão público ou empresa de economia mista, desaconselhavam anúncios de veículos de comunicação tidos como “traidores da pátria”.

**Radiofonias: Na sua avaliação, esta forma de atuação da censura junto à mídia seria possível nos dias de hoje?**

**João Batista de Abreu:** Penso que não. Hoje, quase meio século depois, intervenções do Estado autoritário dessa natureza seriam de eficácia duvidosa tal a pulverização dos meios de comunicação digitais e das redes sociais. Não que iniciativas de cerceamento da liberdade de imprensa tenham saído de moda. Basta lembrar a tentativa do Governo Bolsonaro de boicotar o número de casos de Covid e de óbitos para minimizar a extensão da pandemia e economizar verbas de combate à doença de alto contágio e índice letal.

Talvez a maior contribuição dos meios de comunicação hegemônicos no âmbito sanitário nos últimos 50 anos tenha ocorrido durante a pandemia da Covid 19. Falo do consórcio que reuniu os jornais O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo, além de veículos regionais. A preocupação em colher dados oficiais nas prefeituras das grandes cidades e nos estados traçou um painel mais seguro dos

efeitos desastrosos da pandemia e reforçou a credibilidade da imprensa hegemônica. Os donos de jornal aprenderam a se vacinar contra a ignorância.

**Radiofonias: E quando se deu o fim da censura?**

**João Batista de Abreu:** O ano era 1978. Após 14 anos do golpe civil-militar que mergulhou o país na escuridão, a ditadura começa a perder fôlego. A insatisfação social volta a tomar conta das fábricas e gabinetes, geradas pela queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, o que leva o presidente Ernesto Geisel a assinar decreto-lei proibindo greve em setores considerados de segurança nacional e órgãos públicos. A tortura, o desaparecimento de adversários políticos e as prisões arbitrárias ganham destaque no noticiário internacional, sobretudo após os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog (outubro de 1975) e o operário Manuel Fiel Filho (janeiro de 1976) nas dependências do Doi-codi, em São Paulo. O uso massivo do futebol havia esgotado sua capacidade de se fazer passar como circo do povo. “Onde a ARENA vai mal, o time no Nacional, onde a ARENA vai bem, outro time também”, ironizava o *slogan* da oposição.

O presidente Jimmy Carter visita o Brasil e demonstra descontentamento dos Estados Unidos com a falta de liberdade na sociedade brasileira, agravado pela política internacional e industrial que se distancia

cada vez mais dos interesses norte-americanos, como a assinatura do acordo nuclear Brasil-Alemanha e o apoio velado ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de Agostinho Neto.

**Radiofonias: Houve algum fato marcante do fim da censura ou foi um movimento que se deu de forma mais lenta e gradual?**

**João Batista de Abreu:** O fim da censura prévia nos meios audiovisuais, em junho de 1978, não terminou em festa. Embora os cintos tenham sido afrouxados, os laços do autoritarismo permaneceram fortes por mais alguns anos, pelo menos até o processo de redemocratização do país, que culminou com a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988. Portanto 10 anos depois. O papel da História é passar a limpo fatos e episódios como este para que, ao se tomar conhecimento deles, busque alternativas para fazer valer a liberdade de informar.

O semanário O Repórter registrou em editorial bem-humorado o fim da censura prévia, em junho de 1978: “Exu Tiriri, a entidade a quem apelamos em despacho publicado na edição passada, conseguiu bem mais do que imaginávamos a princípio: acabou com a censura prévia à imprensa escrita de todo o país. A partir de 8 de junho todos os jornais brasileiros estão livres dos censores. (...) agora só falta total liberdade às revistas, emissoras de rádio e tevê, ainda sujeitos à censura prévia, mas por pouco tempo. Exu Tiriri não

terminou seu trabalho. Os censores que se cuidem, porque nosso protetor não descansa”.

**Radiofonias: Relembrar estas histórias é um modo de evitar o silenciamento do passado?**

**João Batista de Abreu:** Marc Bloch analisa as dificuldades do historiador de constatar com exatidão os fatos que estuda. “Estamos na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu.; do físico que, retido no quarto pela gripe, só conhece os resultados de sua experiência graças aos relatórios de um funcionário de laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente indireto”. E conclui a seguir: “Que haja nessas observações uma grande parte de verdade, ninguém pensará em negá-lo. Elas exigem, no entanto, serem sensivelmente nuançadas”. Membro da resistência francesa na 2ª Guerra Mundial, Marc Bloch desenvolve um pensamento peculiar sobre o conhecimento. Preso pela Gestapo em Lyon, à espera de ser fuzilado, escreve na cela para o filho de seis anos questionando se o conhecimento profundo da política evitaria mesmo que a História se repetisse. Se assim fosse, as ideias nazistas não sobreviveriam.

Nessa recompilação de relatos históricos, vale lembrar o papel pioneiro desempenhado pelos menestréis da Idade Média, que percorriam as aldeias da

Europa relatando os feitos dos senhores feudais, mas também deixando escapar as mazelas destes mesmos senhores. Poderiam ser classificados como precursores do repórter de rádio, passíveis de punição com o silenciamento pelos donos da terra.

Nos séculos XVI a XVIII a Península Ibérica convivía com os pregoeiros, em Portugal, e os “pregoneros” na Espanha. Ambos alternavam o anúncio de produtos à venda com novidades dos reinos e comunidades distantes. Mais recentemente no Brasil das décadas de 60/70 tínhamos os vendedores, que perambulavam pelos bares e restaurantes divulgando e, às vezes, até interpretando as manchetes dos jornais populares. O restaurante Lamas, no Largo do Machado, no Rio de Janeiro, era um dos desses bares que se ofereciam palcos porta-vozes das notícias.

O pesquisador e jornalista Juan Gargurevich acentua que também nos primeiros tempos do vice-reino do Peru, no século XVI, a necessidade de divulgar os ordenamentos e normas impostos pela Coroa espanhola ajudou a popularizar a figura do pregonero na vida cotidiana das cidades. “A história da informação e da comunicação no Peru tem antecedentes nestes personagens que lembram os jornalistas modernos. A pregoneria tornou-se tão importante que logo mereceu um local especial na rua e ganhou justamente o nome de pregoneria”.

A notícia é algo que sempre escapa entre

os dedos, qualquer que seja a época. Mas é indispensável lembrar que, nos tempos da ditadura civil-militar brasileira, qualquer forma, sem a iniciativa de jornalistas como Ana Maria Machado, José Silveira e Rosental Calmon Alves, as coisas se tornaram ainda mais difíceis para os historiadores e memorialistas dos tempos atuais. Silenciar o passado sempre foi o sonho dos regimes autoritários, seja qual for o matiz ideológico ou religioso.

### **Radiofonias: Qual a importância destes registros?**

**João Batista de Abreu:** A História serve também para divergir. Quem conhece os fatos do passado aprende, não necessariamente a evitar sua repetição, mas a entender por que às vezes eles se repetem. Talvez, quem sabe, possamos assim colher os frutos e deixá-los aos nossos filhos.

Esse período tenso da história do país e do radiojornalismo precisa ficar registrado para que não caia no esquecimento, principalmente entre os jovens, que não viveram sob a mordada hertziana, nem na escuridão do silêncio. Não existem heróis, nem vilões; apenas personagens anônimos que, de alguma forma – e quase sempre com a aprovação silenciosa dos gerentes e donos de emissoras – exerceram algum tipo de resistência. Jornalistas exercem o papel de cronistas do cotidiano. No caso do

rádio, agem como menestréis da Idade Média apregoando de aldeia em aldeia os mandos e desmandos dos senhores feudais.

---

### **Sobre o entrevistado**

**João Batista de Abreu** tem graduação em Jornalismo e Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, é doutor e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com especialização em rádio pelo Ciespal/ Radio Nederland Training Centre.

É professor titular do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa. Publicou os livros *As manobras da informação - análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil*; *Batalha sonora - o rádio na Segunda Guerra Mundial* e *Afasta de mim este cale-se*.

Como jornalista profissional, trabalhou no Jornal do Brasil, Rádio Jornal do Brasil, O Globo, TV Globo, TV Educativa, Jornal do Commercio e Folha de S. Paulo, entre outras empresas.

---

### **>> Como citar este texto:**

PRATA, Nair; BIANCO, Nelia Del; FARIAS, Karina Woehl. Os bastidores da resistência à censura no rádio. Entrevista: João Batista de Abreu. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 117-128, mai./ago. 2024.

## RESENHA

### O controle do rádio nos regimes de Vargas e Salazar

*The control of radio in the Vargas and Salazar regimes*

*El control de la radio en los regímenes de Vargas y Salazar*

Erivelto Amarante

A obra de Izani Mustafá, intitulada “O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas e António Salazar – 1930-1945”, apresenta em cinco capítulos uma análise comparativa detalhada do papel do rádio como ferramenta de propaganda nos regimes autoritários de Vargas (Brasil) e Salazar (Portugal). O livro, publicado em 2024 pela Editora Insular, é fruto de uma tese de doutorado defendida pela autora e oferece um trabalho robusto que combina o rigor da pesquisa histórica com uma abordagem crítica sobre os mecanismos de controle midiático em regimes ditatoriais.

**>> Como citar este texto:**

AMARANTE, Erivelto. O controle do rádio nos regimes de Vargas e Salazar. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 129-140.

**Livro resenhado:**

O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas e António Salazar – 1930-1945



**Sobre o autor**

Erivelto Amarante

[erivelto.amarante@ufpr.br](mailto:erivelto.amarante@ufpr.br)

<https://orcid.org/0000-0003-4158-3444>

Doutorando em Ciência Política pela UFPR, mestre em Comunicação e especialista em Sociologia Política. Graduado em Jornalismo e membro do Grupo de Pesquisa Rádio, Política e Mídias Sonoras (GP-RPM – UFMA/Imperatriz).

Com prefácio de Luiz Artur Ferraretto, professor doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e um dos maiores pesquisadores do rádio no Brasil, o livro inicia com panorama sobre o uso político do rádio no período entre 1930 e 1945 pelos dois governos ditatoriais analisados. Mustafá posiciona o rádio como um dos principais meios de comunicação do século XX, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, quando este veículo se consolidou como a principal forma de difusão de informação em massa. Nesse contexto, o rádio se tornou essencial na vida cotidiana das populações urbanas e rurais.

A capacidade de atingir milhões de pessoas simultaneamente transformou o novo veículo em uma ferramenta estratégica para regimes totalitários, que viam no rádio um meio eficaz de manipular a opinião pública e disseminar suas ideologias. Nesse ponto, a autora faz uso da ideia de “propaganda moderna” elaborada por Edward Bernays, que defende que a propaganda não é meramente informativa, mas um processo de persuasão que visa manipular as massas de forma deliberada (BERNAYS, 2005).

O primeiro capítulo do livro estabelece o pano de fundo político e social no qual Vargas e Salazar consolidaram seus regimes autoritários. No Brasil, Getúlio Vargas assumiu a Presidência em 1930, após a Revolução de 1930, e, gradualmente, construiu um regime ditatorial que culminou no Estado Novo em 1937. Mustafá descreve como a crise econômica de 1929 teve um papel crucial na centralização do poder por Vargas, que usou a oportunidade para implementar políticas de controle estatal e censura. O autoritarismo de Vargas foi moldado por sua habilidade em manipular a narrativa pública por meio da propaganda política, um elemento-chave de seu regime (FAUSTO, 2001).

Em Portugal, o cenário era igualmente turbulento. António de Oliveira Salazar assumiu o poder em 1932, tornando-se presidente do Conselho de Ministros e, mais tarde, líder absoluto do Estado Novo português. Mustafá destaca a crise econômica e política que antecedeu o regime salazarista, bem como a forte dependência do país do setor agrícola. A partir da década de 1930, Salazar implementou uma série de medidas econômicas que buscavam

estabilizar o país, ao mesmo tempo em que promovia a centralização do poder e a criação de um sistema de propaganda eficiente, principalmente por meio do rádio.

O rádio emerge como um meio ímpar no processo de controle ideológico de ambos os regimes. Mustafá explora como o rádio foi aproveitado como um canal de comunicação unidirecional, que visava influenciar a população sem espaço para diálogo ou contestação. Em Portugal, a Emissora Nacional tornou-se um braço do governo para disseminar mensagens que fortaleciam o regime de Salazar. No Brasil, a Rádio Nacional seguiu um caminho similar, sendo nacionalizada em 1940 e colocada a serviço da propaganda do Estado Novo. Mustafá cita Luciano Klöckner, que descreve o impacto de programas como o “Repórter Esso”, que foram fundamentais na construção da narrativa oficial durante o regime de Vargas (KLÖCKNER, 2008).

A autora destaca que, embora ambos os regimes tenham usado o rádio de forma semelhante para consolidar suas ideologias, havia diferenças marcantes na abordagem. Vargas, com seu estilo populista, usou o rádio para se conectar diretamente com as massas, especialmente os trabalhadores urbanos, promovendo políticas sociais que o consolidaram como “pai dos pobres”. Já Salazar, com sua postura mais conservadora e distante, usava o rádio como uma ferramenta de doutrinação e preservação dos valores tradicionais portugueses, sem a necessidade de engajamento emocional com a população. Esses contrastes são desenvolvidos ao longo do capítulo, mostrando a versatilidade do rádio como ferramenta de poder.

A obra de Mustafá é eficaz ao traçar desde o início paralelos entre as situações políticas, econômicas e sociais de Brasil e Portugal, preparando o terreno para a análise mais detalhada dos usos específicos do rádio pelos dois regimes. O novo veículo, que inicialmente surgiu como um meio de entretenimento e informação, é transformado em uma ferramenta essencial para a manipulação ideológica e a consolidação de regimes autoritários (FERRARETTO, 2001).

No segundo capítulo, Mustafá examina detalhadamente o uso do rádio por Getúlio Vargas como uma ferramenta de controle e propaganda. O rádio no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, ganhou um espaço central na vida pública e política, e Vargas foi rápido em reconhecer seu potencial. A autora descreve como o governo de Vargas tomou medidas para controlar e regulamentar a radiodifusão no Brasil, permitindo que o Estado tivesse controle sobre o que era transmitido. Nesse contexto, a criação da Rádio Nacional em 1936, e sua nacionalização em 1940, foi um marco crucial. Para Vargas, o rádio não era apenas um meio de comunicação, mas uma extensão de sua capacidade de governar e influenciar as massas (LOPES, 1999).

A narrativa de Vargas, que frequentemente se dirigia aos “trabalhadores do Brasil” em seus discursos radiofônicos, consolidou sua imagem de líder paternalista. Mustafá destaca como o populismo de Vargas foi articulado através de suas mensagens de rádio, que buscavam aproximá-lo das classes trabalhadoras e criar um senso de unidade nacional. O uso do rádio para transmitir discursos que promoviam as realizações de seu governo, como a industrialização e as políticas sociais, foi essencial para manter seu poder durante o Estado Novo. A autora descreve como Vargas utilizou o rádio para sustentar seu regime autoritário, ao mesmo tempo em que se apresentava como um líder democrático.

Além dos discursos de Vargas, Mustafá explora como a Rádio Nacional desenvolveu uma programação diversificada que incluía radionovelas, programas de auditório e noticiários, todos com a finalidade de entreter e informar o público, mas sempre dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Estado. Programas como o “Repórter Esso” foram fundamentais para criar uma narrativa oficial que favorecia o regime de Vargas, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil participou do lado dos Aliados. Mustafá destaca como o controle sobre a programação permitia ao governo moldar a opinião pública de maneira eficaz, especialmente em tempos de crise.

O controle sobre o rádio foi ainda mais facilitado pelo Departamento de

Imprensa e Propaganda (DIP), criado por Vargas em 1939 e dirigido por Lourival Fontes. Mustafá analisa o papel do DIP como órgão central de controle da informação no Brasil, supervisionando tudo o que era transmitido pela Rádio Nacional. O DIP também desempenhou um papel fundamental na censura da imprensa, garantindo que apenas as mensagens favoráveis ao regime fossem disseminadas. Mustafá discute o impacto da censura no Brasil durante o Estado Novo, que foi fundamental para a manutenção do controle político de Vargas.

Por fim, o segundo capítulo também aborda a relação entre Vargas e a imprensa escrita, que, apesar de ser amplamente censurada, ainda mantinha algum grau de autonomia em comparação ao rádio. No entanto, Mustafá observa que o rádio tinha a vantagem de ser mais acessível à população em geral, especialmente nas áreas rurais, onde a alfabetização era menor. Essa acessibilidade permitiu a Vargas alcançar um público muito maior, solidificando ainda mais seu controle sobre a sociedade brasileira. O uso do rádio como ferramenta de manipulação ideológica, portanto, foi essencial para a perpetuação do regime de Vargas até seu declínio em 1945.

O terceiro capítulo da obra foca no uso do rádio por António de Oliveira Salazar em Portugal. Diferentemente de Vargas, Salazar não tinha o mesmo carisma populista e preferia manter uma postura mais distante em relação às massas. No entanto, ele reconheceu o valor do rádio como uma ferramenta de controle e doutrinação. Mustafá explica que, em 1935, com a criação da Emissora Nacional, Salazar implementou uma política de comunicação centrada na difusão de valores conservadores e na preservação da ordem social. A autora destaca que o veículo atuou como uma peça-chave no sistema de propaganda do regime salazarista.

Enquanto Vargas utilizava o rádio para se aproximar do povo, Salazar via o rádio como um instrumento para educar e disciplinar a população. A Emissora Nacional, dirigida pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) sob a liderança de António Ferro, foi criada com o objetivo de promover os valores do Estado Novo e garantir que a mensagem do governo chegasse a todos os lares

portugueses. Salazar entendia o rádio como uma ferramenta não apenas de informação, mas de moldagem moral e política da sociedade, preservando os ideais conservadores e católicos que ele acreditava serem os pilares de uma nação estável. O SPN, diferentemente do DIP no Brasil, tinha uma orientação mais pedagógica do que populista, promovendo o espírito nacionalista tradicional, vinculado à ruralidade e à religião.

A autora aborda o discurso conservador de Salazar, que enfatizava a ideia de um Portugal agrário, católico e imune às influências modernas e estrangeiras. Esse discurso foi amplamente transmitido pelo rádio, moldando a percepção pública sobre o regime. O rádio em Portugal, ao contrário do Brasil, não se centrava em programas de entretenimento ou na aproximação emocional com o público, mas na difusão de uma mensagem moral e educativa. Para Salazar, o novo veículo de comunicação era uma ferramenta para disciplinar a sociedade, e não para cativá-la.

Mustafá destaca ainda que, embora o controle sobre o rádio fosse rigoroso, Salazar preferia não se envolver diretamente nas transmissões. Ao contrário de Vargas, que regularmente se dirigia à nação via rádio, Salazar mantinha uma distância calculada. Ele acreditava que a eficiência de sua propaganda residia na estabilidade e na repetição constante dos valores do Estado Novo, e não em um apelo direto às massas. A autora observa que o líder português se apresentava como uma figura paternalista e distanciada, que governava com base em uma moral superior e não em uma conexão direta com o povo.

Outra diferença importante entre os regimes de Vargas e Salazar é o foco temático das transmissões de rádio. Enquanto no Brasil o rádio era utilizado para promover a industrialização e o progresso, em Portugal, as transmissões focavam na preservação da identidade nacional e nos valores tradicionais. Mustafá destaca como o Estado Novo português enfatizava a preservação da ordem, o respeito à hierarquia e a obediência ao governo como formas de proteger a nação de influências externas, especialmente durante a Segunda

Guerra Mundial. O rádio foi uma ferramenta essencial para reforçar essas mensagens e garantir que a população permanecesse leal ao regime.

Finalmente, a autora analisa como o controle rígido sobre o conteúdo transmitido pela Emissora Nacional foi eficaz em criar uma narrativa para os cidadãos portugueses. Através de uma combinação de censura e propaganda, o regime de Salazar conseguiu manter o controle sobre a informação que chegava ao público, promovendo uma visão de estabilidade e prosperidade que contrastava com a realidade de dificuldades econômicas e sociais que Portugal enfrentava. Mustafá argumenta que o uso do rádio por Salazar foi central para a manutenção do regime por décadas, garantindo que a oposição e as críticas fossem silenciadas, e que o governo pudesse continuar promovendo seus valores sem contestação.

O quarto capítulo da obra é dedicado à análise comparativa das duas principais emissoras de rádio controladas pelos regimes de Vargas e Salazar: a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e a Emissora Nacional de Portugal. Mustafá faz uma descrição detalhada da história e da evolução de ambas as emissoras, destacando suas semelhanças e diferenças no uso do rádio como ferramenta de propaganda política. A autora destaca que, embora ambas as emissoras tenham sido criadas com o objetivo de promover os valores do Estado, elas seguiram caminhos distintos, refletindo as particularidades dos regimes de Vargas e Salazar.

No Brasil, a Rádio Nacional foi fundada em 1936 como uma emissora privada, mas foi nacionalizada em 1940, passando a ser controlada pelo governo de Vargas. A partir de então, tornou-se o principal meio de comunicação do Estado Novo, transmitindo programas de entretenimento, notícias e discursos do governo. Mustafá explica que a Rádio Nacional se tornou um símbolo do poder de Vargas, sendo utilizada para promover a modernização do país, a industrialização e as políticas sociais que caracterizaram o Estado Novo. A autora discute o papel da Rádio Nacional como um veículo de construção da identidade nacional e da cidadania, especialmente nas áreas urbanas.

Por outro lado, em Portugal, a Emissora Nacional foi criada em 1935 como uma emissora estatal desde o início, com o objetivo de promover os valores conservadores do Estado Novo. A Emissora Nacional, sob o controle do SPN, teve uma abordagem mais austera e formal, com uma programação que priorizava palestras, conferências e discursos políticos. Mustafá destaca que, enquanto a Rádio Nacional do Brasil utilizava o entretenimento como uma forma de atrair o público e promover a propaganda de Vargas, a Emissora Nacional de Portugal mantinha um foco mais rígido na difusão dos valores tradicionais e na educação da população.

Mustafá aborda como a Emissora Nacional foi utilizada pelo regime de Salazar para consolidar uma ideologia nacionalista baseada na religião, no ruralismo e na obediência ao governo. A autora argumenta que a programação da Emissora Nacional refletia a ideologia conservadora do Estado Novo, sendo uma ferramenta essencial para a preservação da ordem e da estabilidade social. Ao contrário da Rádio Nacional, que era um símbolo de progresso e modernização, a Emissora Nacional promovia uma visão de continuidade e tradição, rejeitando as mudanças trazidas pela modernidade.

Outro ponto importante abordado por Mustafá é o papel das duas emissoras durante a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a Rádio Nacional foi fundamental para moldar a opinião pública sobre a participação do país no conflito, transmitindo notícias e reportagens que enfatizavam o papel do Brasil como aliado dos Estados Unidos e das forças democráticas. Em Portugal, a Emissora Nacional manteve uma postura mais neutra, refletindo a política de neutralidade de Salazar durante a guerra. Mustafá destaca que, embora o rádio tenha sido utilizado de maneiras diferentes durante o conflito, em ambos os países ele foi essencial para manter o controle sobre a narrativa oficial e evitar críticas ao governo.

Não obstante, Mustafá compara o impacto social das duas emissoras, destacando que, enquanto a Rádio Nacional tinha um apelo popular mais amplo, especialmente nas áreas urbanas, a Emissora Nacional era mais limitada em seu

alcance, sendo ouvida principalmente pelas classes médias e altas de Portugal. No entanto, em ambos os casos, o rádio foi uma ferramenta crucial para a manutenção dos regimes autoritários, permitindo que Vargas e Salazar controlassem a informação e moldassem a opinião pública de acordo com seus interesses. A autora observa que, embora as emissoras tenham seguido caminhos diferentes, elas foram igualmente eficazes em promover os valores do Estado e consolidar o poder dos dois líderes.

No capítulo final, Mustafá faz uma análise comparada das semelhanças e diferenças entre o uso do rádio pelos regimes de Vargas e Salazar, destacando como o meio foi central para a consolidação de seus poderes. A autora argumenta que, embora os dois líderes tenham utilizado o rádio de maneiras diferentes, ambos reconheceram seu potencial como ferramenta de controle e manipulação da opinião pública. Mustafá observa como a propaganda moderna, especialmente através do rádio, foi essencial para criar uma narrativa única e unificada que favorecia os interesses do Estado.

Uma das principais semelhanças entre os dois regimes foi o uso do rádio como um meio de censura e controle da informação. Tanto Vargas quanto Salazar implementaram políticas rigorosas de censura que garantiam que apenas as mensagens favoráveis ao governo fossem transmitidas. Mustafá lembra que o DIP, no Brasil, e o SPN, em Portugal, desempenharam papéis fundamentais na supervisão do conteúdo transmitido pelas emissoras de rádio. A censura foi uma ferramenta essencial para garantir que as emissoras não se tornassem um espaço para o dissenso ou para a oposição política.

No entanto, Mustafá também destaca as diferenças nas abordagens dos dois regimes em relação ao uso do rádio. Enquanto Vargas utilizava o meio de forma mais populista, buscando uma conexão emocional direta com as massas, Salazar mantinha uma postura mais distante e formal. Mustafá ressalta como o populismo de Vargas foi essencial para sua capacidade de mobilizar o apoio popular, enquanto Salazar confiava mais em um controle rígido e na promoção de valores conservadores. Essa diferença refletia as personalidades dos dois

líderes e suas abordagens distintas para o exercício do poder.

Outro ponto de diferença destacado por Mustafá é o conteúdo das transmissões de rádio em ambos os países. No Brasil, a Rádio Nacional tinha uma programação mais variada, que incluía entretenimento, notícias e discursos políticos, enquanto em Portugal, a Emissora Nacional focava em uma programação mais austera, voltada para a educação e a promoção dos valores conservadores do Estado Novo. Essa diferença de abordagem reflete as diferentes formas como Vargas e Salazar viam o papel do Estado na sociedade. Para Vargas, o rádio era uma ferramenta de integração nacional e modernização, enquanto para Salazar, ele servia para preservar a ordem e os valores tradicionais.

Outro aspecto importante abordado por Mustafá é a relação entre o rádio e a política externa dos dois regimes. Durante a Segunda Guerra Mundial, o rádio foi um instrumento essencial para moldar a opinião pública em ambos os países. No Brasil, a Rádio Nacional foi utilizada para promover a participação do país na guerra ao lado dos Aliados, transmitindo notícias e discursos que exaltavam a luta pela democracia. Em Portugal, a política de neutralidade de Salazar foi reforçada pelas transmissões da Emissora Nacional, que evitavam qualquer alinhamento explícito com os blocos em guerra. Mustafá destaca o papel do rádio para a construção da narrativa oficial de neutralidade em Portugal, enquanto no Brasil ele serviu para justificar a entrada do país no conflito.

Por fim, Mustafá conclui que, embora as abordagens dos dois regimes em relação ao rádio fossem diferentes, ambos reconheceram seu potencial como uma ferramenta de controle social e político. O rádio permitiu que Vargas e Salazar moldassem a percepção pública de seus regimes, promovendo suas ideologias e suprimindo qualquer forma de oposição. A autora ressalta que o legado do uso do rádio por esses regimes autoritários nos ajuda a entender como a mídia continua a ser utilizada como uma ferramenta de poder em contextos políticos contemporâneos. Ao traçar um paralelo entre os regimes de Vargas e Salazar, a autora oferece uma compreensão aprofundada de como o rádio foi

instrumental para a manutenção do poder em regimes autoritários no século XX.

Na conclusão, Izani Mustafá reflete sobre o legado do rádio como ferramenta de propaganda em regimes autoritários, destacando como Vargas e Salazar utilizaram as emissoras estatais para consolidar seus poderes e manipular a opinião pública. A autora argumenta que o rádio foi o meio de comunicação mais eficiente para alcançar grandes massas de maneira rápida e eficaz, permitindo que os regimes controlassem a narrativa pública sem a interferência de outros meios de comunicação. Mustafá lembra como a propaganda via rádio não era apenas informativa, mas visava moldar comportamentos e crenças, consolidando o poder dos líderes.

Embora o rádio tenha perdido parte de seu protagonismo com o advento da televisão e, mais tarde, da internet, Mustafá argumenta que o controle sobre a mídia continua a ser uma ferramenta central para regimes autoritários e democráticos. A obra conclui que o estudo do uso político do rádio por Vargas e Salazar oferece lições importantes sobre o poder da mídia na formação da opinião pública e na legitimação de regimes políticos.

A obra de Mustafá proporciona uma análise fundamental sobre a intersecção entre comunicação, poder e regimes autoritários. Ao traçar um paralelo entre os contextos do Brasil e de Portugal, a autora não apenas revela o papel central do rádio na construção e consolidação de ambos os regimes, mas também amplia nossa compreensão sobre como os meios de comunicação podem ser instrumentalizados para perpetuar ideologias políticas e culturais. O uso do rádio, nas mãos de Vargas e Salazar, não foi apenas uma estratégia para controlar a informação e suprimir o dissenso, mas uma ferramenta poderosa de construção de identidades nacionais e manutenção da hegemonia.

O diferencial da obra de Mustafá reside na abordagem comparada e na profundidade com que a autora investiga as particularidades de cada regime, ao mesmo tempo que revela semelhanças estruturais no uso da propaganda radiofônica. Através de uma investigação cuidadosa a autora oferece uma análise crítica robusta sobre como Vargas e Salazar adaptaram o rádio para seus

fins políticos, cada um dentro de seu próprio contexto histórico e social.

Não obstante, a obra se destaca ao conectar o passado com implicações contemporâneas, sugerindo que as lições aprendidas com o uso do rádio em regimes autoritários do século XX continuam relevantes nos dias atuais. Mustafá nos alerta para a importância de compreender como os meios de comunicação de massa podem ser manipulados por governos para controlar narrativas, moldar comportamentos e perpetuar sistemas de poder. Essa reflexão é especialmente pertinente num cenário global em que o controle sobre a mídia continua sendo uma questão central em muitos regimes políticos, autoritários ou democráticos.

Em suma, o livro de Izani Mustafá é uma leitura indispensável para qualquer estudioso interessado em comunicação política, história dos meios de comunicação e regimes autoritários. Sua contribuição não se limita a uma análise histórica detalhada, mas também oferece uma perspectiva crítica sobre o papel da mídia na formação da opinião pública e na legitimação de regimes políticos. A obra demonstra que, tanto no passado quanto no presente, a mídia – em particular, o rádio – permanece uma ferramenta essencial para o exercício e a manutenção do poder, lembrando-nos da importância de uma análise crítica e contínua sobre o controle da informação em sociedades democráticas

## Referências

BERNAYS, Edward. **Propaganda**. Renewed by Anne F. Bernays. Lisboa: Mareantes Editora, Unipessoal, Lda, 2005.

FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o Veículo, a História e a Técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso a Síntese Radiofônica Mundial que fez História**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

LOPES, Sonia de Castro. **Lourival Fontes: as duas faces do poder**. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

MUSTAFÁ, Izani. **O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas e António Salazar – 1930-1945**. Florianópolis: Insular, 2024.